

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL FACULDADE DE
EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Ana Luiza Benato e Silva

**MULHERIZANDO E INDIGENIZANDO A EDUCAÇÃO: os marcadores sociais da
diferença no Curso de Licenciatura Plena Intercultural Indígena "Povos do Pantanal"
(CPAQ/UFMS)**

Campo Grande, MS
2024

ANA LUIZA BENATO E SILVA

**MULHERIZANDO E INDIGENIZANDO A EDUCAÇÃO: os marcadores sociais da
diferença no Curso de Licenciatura Plena Intercultural Indígena "Povos do Pantanal"
(CPAQ/UFMS)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Faculdade de Educação, como requisito total para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Cultura e Sociedade. Núcleo de Estudos Néstor Perlongher.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Victor da Rosa.

Campo Grande, MS
2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. **Marcelo Victor da Rosa** – Orientador
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof^ª. Dra. **Vera Lúcia Ferreira Vargas** – Membro Titular Interno
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. **Antônio Carlos do Nascimento Osório** – Membro Suplente Interno
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS)

Prof. Dr. **Carlos Magno Naglis Vieira** – Membro Titular Externo
Universidade Federal de Rondônia (UNIR/Porto Velho)

Prof^ª. Dra. **Adir Casaro Nascimento** – Membro Suplente Externo
Universidade Católica Dom Bosco (UCDB/Campo Grande)

Campo Grande, MS
2024

Dedico essa dissertação, com amor e lágrimas,
a minha avó paterna (em memória),
Renata Braun
e ao "prof." (em memória),
Antonio Brand.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me dar forças e possibilidades para realizar esse trabalho. Agradeço a minha família, amigas, amigos, meus companheiros de quatro patas, colegas, professoras, professores e minha psicóloga por me motivarem a realizar um curso de pós-graduação e me fazerem acreditar que seria capaz de começar, escrever e terminar algo tão maravilhoso. Não seria possível fazer essa dissertação, sem a ajuda e inspiração de pessoas especiais, as quais faço questão de nomear aqui... Agradeço a Mera, Karen Cruz e Adriana Lino, pelas conversas, conselhos, ombros-amigos, livros, textos e risadas durante todo esse período. Nada disso seria possível, sem professoras e professores, agradeço a Celeida Maria e ao Carlos Magno, professora e professor que despertaram naquela graduanda assustada o interesse de pesquisar, agradeço eternamente as professoras Eva Maria e Lenir Ximenes, pela oportunidade de estagiar, pesquisar e vivenciar no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI), mulheres incríveis que mudaram a minha vida; é difícil colocar em palavras a gratidão que sinto por vocês e por esse local, que abriu meus olhos e me motivou a escrever essa pesquisa com essa temática. Agradeço ao professor e orientador Marcelo Rosa, por acreditar em mim, ser paciente e compreensível, e abraçar essa aventura em nossos primeiros anos de PPGEduc. Dentro da vasta UFMS, agradeço também às professoras, Vera Lúcia, Iára Quelho e Fabiany de Cássia, que pouco sabem, mas são referências profissionais e pessoais para mim; também agradeço aos professores Antônio Osório, Linoel Ordóñez e Renato Jales pelas ajudas e oportunidades. Agradeço a todas as mulheres que fazem parte desse trabalho, as entrevistadas e citadas, vocês são fonte de inspiração e força. Vocês são "Maria, Maria", do músico negro Milton Nascimento, pois "são um dom, uma certa magia, uma força que me alerta, mulheres que merecem viver e amar, como outra qualquer do planeta, pois são som, cor, suor, a dose mais forte e lenta, de uma gente que ri quando deve chorar e não vive, apenas aguenta". Finalizo esse agradecimento, ressaltando a importância do póstumo e eterno professor Antonio Brand, minha maior inspiração acadêmica e profissional, um pesquisador militante apaixonado pelo que fazia, capaz de deixar um legado extenso e de permanecer vivo intensamente em nossos corações. Se pudesse resumir seu trabalho, viraria um trecho da música "Alucinação" do cantor cearense Belchior, uma vez que "amar e mudar as coisas lhe interessou mais".

“A mulher que ouve a sua intuição, que percebe os seus sonhos, que ouve a voz interior das velhas e das mulheres guerreiras de sua ancestralidade e que possui o olhar suspeito dos desconfiados, essa sim, é uma ameaça ao predador natural da história e da cultura.”

Eliane Potiguara

RESUMO

O direito a uma licenciatura específica que visa graduar professoras e professores indígenas para atuarem em suas respectivas comunidades é uma conquista muito recente. Posto isto, a pesquisa em questão teve como objetivo analisar as constituições identitárias percorridas pelas acadêmicas indígenas mulheres, matriculadas no curso de Licenciatura Plena Intercultural Indígena “Povos do Pantanal”, ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no *Campus* de Aquidauana (CPAQ). Nesse sentido, empregamos o uso de entrevistas semiestruturadas, possibilitando, assim, que as sujeitas discorressem sobre suas experiências. Ademais, o embasamento teórico se deu a partir de uma revisão bibliográfica de referenciais foucaultianos e da realização do “estado da arte” de estudos sobre o tema. Diante disso, analisar o processo de subjetivação das sujeitas da pesquisa em questão, faz com que seja possível compreender, em parte, suas histórias de vidas e identidades. Os resultados sinalizaram que as constituições identitárias percorridas pelas acadêmicas indígenas mulheres estão intrinsecamente ligadas com os marcadores sociais da diferença saltados no campo e discorridos em suas experiências pessoais e acadêmicas. Tais quais, os discursos atrelados a religiosidade evangélica encontradas em suas narrativas, assim como a maternidade, o maternar e seus desdobramentos para a escolha do curso e para as suas trajetórias acadêmicas. Assim como podemos observar que o curso de Licenciatura Plena Intercultural Indígena exerce extrema relevância no processo de afirmação das identidades de gênero, etnia e de escolaridade das sujeitas desta pesquisa. Também foi possível observar a importância e relevância das mulheres indígenas para o processo de aldeamento do CPAQ e por consequência, do processo de valorização das culturas indígenas nos mais diversos espaços.

Palavras-chave: Mulheres indígenas. Constituições identitárias. Licenciatura Plena Intercultural Indígena.

ABSTRACT

The right to a specific degree that aims to graduate indigenous teachers to work in their respective communities is a very recent achievement. That said, the research in question aimed to analyze the identity constitutions followed by indigenous female academics, enrolled in the Licenciatura Plena Intercultural Indígena course, offered by the Federal University of Mato Grosso do Sul on the Aquidauana Campus (CPAQ). In this sense, we employed the use of semi-structured interviews, thus enabling the subjects to talk about their experiences. Furthermore, the theoretical basis came from a bibliographical review of Foucauldian references and the achievement of the “state of the art” of studies on the topic. Therefore, analyzing the process of subjectivation of the research subjects in question makes it possible to understand, in part, their life stories and identities. The results showed that the identity constitutions followed by indigenous women academics are intrinsically linked with the social markers of difference highlighted in the field and discussed in their personal and academic experiences. Such as the discourses linked to evangelical religiosity found in their narratives, as well as motherhood, motherhood and their implications for the choice of course and their academic trajectories. We can also see that the Indigenous Intercultural Full Degree course is extremely relevant in the process of affirming the gender, ethnic and educational identities of the subjects of this research. It was also possible to observe the importance and relevance of indigenous women for the CPAQ village process and, consequently, the process of valuing indigenous cultures in the most diverse spaces.

Keywords: Indigenous women. Identity constitutions. Licenciatura Plena Intercultural Indígena.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação da interseccionalidade	58
Figura 2 - Intersecções presentes na pesquisa.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Investigação na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Quadro 2 - Investigação no Portal de Periódicos da CAPES (CAPES)

Quadro 3 - Investigação no site do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu)

Quadro 4 - Autodeclarações de identidades de gênero e de identidades de sexualidade

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BR	Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior/ Portal de Periódicos da CAPES
CID	Classificação Estatística Internacional de Doenças
CEDOC	Centro de Documentação
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CONEP	Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
FAED	Faculdade de Educação
FUNAI	Fundação Nacional dos Povos Indígenas
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ISA	Instituto Socioambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTQIAPN+	Lésbicas, <i>Gays</i> , Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, <i>Queers</i> , Intersexos, Assexuais/Agênero, Pansexuais, Não-binários.
MS	Mato Grosso do Sul
NEPPI	Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas
NUTESES	Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em: Educação, Educação Física e Educação Especial

OMS	Organização Mundial da Saúde
PIB	Povos Indígenas do Brasil
ProLind	Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas
PPG	Programa de Pós-Graduação
PPGCult	Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais
PPGEdu	Programa de Pós-Graduação em Educação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UCDB	Universidade Católica Dom Bosco
UFMS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Uniedas	União das Igrejas Evangélicas da América do Sul

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	17
1 ESCAVANDO “O OBJETO”, UM MODO DE FAZER PESQUISA	23
1.1 As sujeitas da pesquisa e o campo	23
1.2 Ferramentas, arqueologia e interseccionalidade	31
2 MULHERES INDÍGENAS, UNIVERSITÁRIAS, UMA GENEALOGIA, UM ESTADO DA ARTE	37
2.1 Um breve estado da arte	37
3 POVOS INDÍGENAS E UNIVERSIDADE	50
3.1 Mulherizando e indigenizando espaços: uma trajetória da universidade como território indígena no Brasil	50
3.2 Inclusão e interseccionalidades: reflexões acerca da presença dos povos indígenas nas universidades brasileiras	55
4 "EU AMEI TE CONHECER, AMEI FAZER ESSA ENTREVISTA, CONVERSAR COM VOCÊ, É MUITO BOM SER OUVIDA ASSIM": AS INTERSECÇÕES PRESENTES NAS ENTREVISTAS	63
4.1 "Será que eu tô fazendo errado?": as mães indígenas universitárias	64
4.2 "Vou continuar estudando [...] se Deus quiser!": a religiosidade das indígenas universitárias	68
4.3 Gênero e sexualidade das/para as indígenas universitárias	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICES	93
Apêndice 1 - Instrumento de pesquisa/Roteiro de entrevista semiestruturada:	93
Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	96
ANEXOS	99
Anexo 1 - Carta de autorização	99
Anexo 2 - Carta de anuência	100

APRESENTAÇÃO

Antes de entrarmos nas formalidades, por assim dizer, gostaria de fazer alguns apontamentos, mostrando meus caminhos, até chegar aqui, como eu, Ana Luiza me envolvi e me encontro enquanto pesquisadora sobre as temáticas indígenas, ou ainda, nas palavras da professora Vera Lúcia, pesquisadora indigenista militante, embora eu ache esse título muito grandioso para mim. Não pretendo aqui, fazer uma mini biografia, mas sim, apontar como cheguei até aqui, nesta dissertação de mestrado com esta temática, que, apesar da localização geográfica, tentará ser "o menos ocidental possível".

Eu, Ana Luiza, sou uma mulher cis branca, nascida no Sul do Brasil, especificamente em Curitiba, Paraná, no dia dez de setembro de 2000, às 12h01min de um domingo qualquer. Criada na cidade, mas com um pé e com grande parte da alma na chácara do meu avô, em minha infância não tive contatos profundos com os povos indígenas, mesmo vivendo em um estado com mais de 30 mil indígenas das etnias Guarani, Guarani Ñandeva, Kaingang e Xetá, segundo o Instituto Socioambiental (Povos Indígenas do Brasil - ISA/PIB)¹. Estado esse que insiste em afirmar, tristemente, que tem orgulho pelas suas "raízes europeias", mas é negligente em valorizar e garantir a sobrevivência dos verdadeiros donos e raízes desta terra, os povos indígenas.

Nessas idas e vindas ao interior do Paraná, via a resistência indígena em beira das estradas, lutando pela demarcação, e eu, criança dos anos 2000, não entendia isso, não sabia ainda de tamanha importância, de tamanha grandiosidade cultural, de tamanha luta ali envolvida, mas sinto que, parte de mim, já indagava sobre o que via. Já na minha pré-adolescência, com 11 anos de idade, juntamente com a minha família (meu pai, minha mãe e meu irmão mais novo), andei para mais longe, especificamente 1.000 km, para Campo Grande, Mato Grosso do Sul, terceiro estado com mais indígenas no Brasil (de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE), a população indígena soma 80.459 habitantes, presentes em 29 municípios. Sendo oito etnias diferentes: Guarani, Kaiowá, Terena, Kadwéu, Kinikinaw, Atikun, Ofaié e Guató²) e um dos estados que mais mata indígenas no Brasil.

Fazendo um salto nessa caminhada, em 2018, entrei na Universidade Católica Dom Bosco, UCDB, para cursar História, sinto que sempre quis cursar esse curso, mesmo tendo

¹Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Categoria:Povos_ind%C3%ADgenas_no_Paran%C3%A.

²Disponível em:

<https://www.setesc.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/#:~:text=Em%20Mato%20Grosso%20do%20Sul,%2C%20Atikun%2C%20Ofai%C3%A9%20e%20Guat%C3%B3>.

um pouco de dificuldade nessa disciplina na educação básica, mas foi no meu interesse pela História do Egito, pelas culturas de outros povos, pela Revolução Francesa, pela História da Arte e pelo meu ouvido atento para as histórias que meu avô contava sobre Getúlio Vargas e a criação das leis trabalhistas, que a chama da História se acendeu em meu coração.

Quando entrei na universidade, mal sabia o que ia encontrar lá, não fazia ideia do que me esperava e nem do que esperar daquele curso. No dia 22 de fevereiro de 2018, participei como ouvinte da minha primeira palestra na graduação, proferida pela Prof.^a Dr.^a Marina Evaristo Wenceslau, intitulada: Educação indígena em Dourados-MS, creio que suas expressões indignadas, suas palavras de revolta para com a situação dos indígenas residentes em Dourados e região, jamais sairão da minha memória, posso dizer que esses sentimentos dela, passaram para mim, foi ali que soube que queria pesquisar sobre a temática indígena e de alguma forma, tentar contribuir para com esse(s) movimento(s).

Mais tarde, tive contato, por meio da Prof.^a Dr.^a Lenir Gomes Ximenes e da Prof.^a Eva Maria Luiz Ferreira, com o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas, NEPPI, situado na UCDB e também no meu coração, solicitei à Prof.^a Dr.^a Lenir uma vaga voluntária no projeto de extensão no Centro de Documentação lá localizado, nomeado de CEDOC Antonio Brand e ela, em poucos dias, me ofertou uma vaga como bolsista estagiária, que felicidade sem fim! Lá no CEDOC, tive contato com o legado do Prof. Dr. Antonio Brand, com outras professoras e professores, acadêmicas e acadêmicos indígenas, com documentos institucionais, livros, fotografias, filmagens, recortes de jornais, diários de campo e histórias de pesquisadoras e pesquisadores. Foi nesse contato que a minha indagação, revolta e desejo de pesquisa aumentou. Então, foram três maravilhosos anos de graduação em História dentro desse meio... e com poucos meses para me formar, algumas professoras e professores me incentivaram a dar continuidade nos estudos por meio da pós-graduação *stricto sensu*. Eu sabia que gostaria de contribuir com as causas indígenas, com o legado do Brand, com a militância, com o movimento feminista, e de alguma forma, com boas professoras que me incentivaram ao desafio de ir para um novo ambiente acadêmico, Mestrado em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

Sabia que não seria fácil, e realmente não foi, muitos desafios, muitos questionamentos, muitos aprendizados, rotina nova, pessoas novas, professoras e professores novas/os, outras demandas, mas acima de tudo, importantíssimo para a minha formação, para a minha compreensão de que esse trabalho é uma costura que atravessa a minha vida pessoal e profissional, de que esse trabalho é militância. Comecei com medo, principalmente por ter vivenciado anos em um desgoverno do inominável e inelegível, e com o passar do tempo,

ganhei confiança e força a partir das oportunidades que foram surgindo, como por exemplo, a bolsa da Capes que tornou esse trabalho viável, um governo democrático representado por Luiz Inácio Lula da Silva, com, pela primeira vez na história desse país, um Ministério dos Povos Indígenas, liderado por uma mulher indígena, Sônia Guajajara. Como diria Aldir Blanc e João Bosco, na voz de Elis Regina, "a esperança dança...".

Com essa breve apresentação e posicionamento, começo essa escrita, fruto de bolsas, de democracia, de luta, sangue, suor, lágrimas, alegrias, de dedicação de muitas professoras, professores, mestras e mestres, pessoas comuns, pesquisadoras, pesquisadores, indígenas, militantes e resistência. Não existe luta sozinha, esse trabalho foi escrito por mim, Ana Luiza, pelo meu orientador, Marcelo Rosa, pelas entrevistadas ativas, pelas pessoas citadas nas referências e pelas pessoas citadas nos agradecimentos, uma vez que, conforme Michel Foucault (1969, p. 02) "O autor é, sem dúvida, aquele a quem se pode atribuir o que foi dito ou escrito. Mas a atribuição - mesmo quando se trata de um autor conhecido - é o resultado de operações críticas complexas e raramente justificadas. As incertezas do *opus*." Dito isso, no próximo momento, realizamos uma introdução à temática, com dados históricos que perpassam essa jornada.

INTRODUÇÃO

Lutas, mobilizações e articulações são palavras-chave para compreender como se deu a construção e promulgação da Constituição de 1988, a conhecida constituição da democracia, reconhecida e enaltecida assim, mundialmente. Dentre os direitos e deveres estabelecidos, pela primeira vez na História do Brasil, os direitos indígenas foram assegurados. Conforme Rafael Ricarte e Rômulo Carvalho (2020), a participação do líder indígena Ailton Krenak, do professor e pesquisador Dr. Antonio Brand, do jurista e professor Dalmo Dallari, o deputado indígena Mário Juruna e entre outros militantes, nos debates da constituinte de 1987 foram de suma importância para que esses direitos fossem estabelecidos. E, dentro do capítulo VIII, intitulado “dos índios” e seus diversos incisos do artigo 231, o direito à diferença se faz presente, sendo que este reconhece as organizações sociais, os costumes, culturas, cosmologias e territórios indígenas (Brasil, 1988).

Entretanto, a constituição ainda não discorria acerca de uma educação básica e superior específica para os povos indígenas, apesar de que a demanda pela inclusão indígena nas universidades já existisse desde a década de 1970, haja vista o pedido realizado por lideranças indígenas de Cabo Frio (RJ), através de um documento enviado ao Ministério dos Negócios da Fazenda do Rio de Janeiro, que solicitava o direito em questão, conforme citam Rosângela Faustino, Maria Novak, Isabel Rodrigues (2020). Entretanto, segundo Ariadne Ayres, Fernanda Brando e Olavo Ayres (2023), após o processo de redemocratização, nos anos de 1990, o debate sobre os direitos para os povos indígenas, e a proposta de uma educação específica ganharam força. Cabe ainda ressaltar que, concomitante à nova Constituição, as pressões e manifestações dos movimentos indígenas, foram essenciais para a fomentação de discussões acerca de ações afirmativas e direitos indígenas no que se diz respeito ao território, e principalmente nesse período, a educação.

Diante de mais reivindicações articuladas pelos povos indígenas, no ano de 2001, por meio do Plano Nacional de Educação (PNE) o direito a uma educação específica para esta população foi estabelecido. Criando assim, uma nova meta nacional dentro dos parâmetros educacionais, a educação escolar indígena, bem como, no mesmo documento, os primeiros rascunhos, do que mais tarde seria o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (ProLind) foram escritos (Brasil, 2001). E mais tarde, no ano de 2005, conforme Fernando Vianna, Eva Ferreira, Beatriz Landa e Antonio Urquiza (2014), o ProLind se tornou uma realidade, mas não com meras palavras, assim como aqui escrevemos, mas sim, com muita luta, resistência e força e, isso demonstra, que a (r)existência de

programas e de ações afirmativas para povos indígenas é uma luta incessante³, uma militância infinita marcada por sangue, suor e lágrimas (ora de alegria, ora de tristeza).

No que se diz respeito aos cursos de licenciatura específica para os povos indígenas, Nívea dos Santos (2018), pontua em sua dissertação, que estes fazem parte de uma luta para a perpetuação das culturas e saberes indígenas, bem como um modo de fortalecimento da identidade étnica, uma vez que as licenciaturas interculturais indígenas, direito ligado à Constituição de 1988 e com a LDB 9.394/1996. Estes documentos têm como objetivo, respectivamente, o direito à diferença, a preservação e valorização das culturas indígenas e graduar professoras e professores indígenas para atuarem dentro de suas comunidades.

Dentro dessas trajetórias de mobilizações e articulações, as mulheres indígenas possuem um protagonismo imenso, tendo em vista que, conforme Adriana Souza, Juvana Santos e Edileia Santiago (2020), as mulheres indígenas têm protagonizado diversas ações nas suas comunidades, elas têm sustentado não só suas culturas e lutas, como por exemplo, Tuíre Kayapó Mëbêngôkre⁴, mas também os mais diversos espaços institucionais que têm ocupado, ou seja, elas têm aldeado⁵ os espaços, como Sônia Guajajara⁶. Além do mais, conforme Elizabeth Ruano-Ibarra e Victoria Oliveira (2020), as mulheres indígenas possuíram (e possuem) incumbência fundamental em articulações ocorridas durante os anos de 2000 a 2010, para que o acesso e permanência dos povos indígenas nas universidades se tornasse uma realidade.

Em continuidade, Karian Molina e Paula Ribeiro (2021), também discorrem sobre as mulheres indígenas na universidade. Segundo as autoras, a presença de indígenas mulheres nas universidades do Brasil, representam um grande avanço na luta pela "igualdade" de direitos de forma efetiva, indo além da racionalidade política que possibilita essas ações, fato que evidencia a governamentalidade democrática, ou seja, um *modus* de governo, pelo qual todas/os/es podem governar e serem reconhecidas/os/es e/ou destacadas/os/es enquanto sujeitas/os/es da História.

Cabe ainda ressaltar uma crítica à "igualdade", conforme Joan Scott (2005), (teórica que critica o conceito) o princípio de igualdade como conceito social se consolidou durante a Revolução Francesa, por meio de premissas matemáticas. Entretanto, "essa igualdade" implica que todos os indivíduos poderiam ser tratados igualmente ao passo que generalizam

³Cabe ressaltar que a luta incessante do ProLind, será melhor aprofundada no capítulo três deste trabalho.

⁴Ver: <https://memorialdademocracia.com.br/publico/image/3604>.

⁵O conceito de aldeamento dos espaços será melhor aprofundado no capítulo três deste trabalho.

⁶Ver: https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/01/em-cerimonia-recheada-de-simbolismos-anielle-franco-e-sonia-guajajara-tomam-posse/230111_planalto_posse-guajajara-e-franco_foto-ricardostuekert.png/@images/18ff4577-f850-4577-98b7-6151fcf122f8.png.

as identidades e propõe que todas/os/es estejam na mesma categoria. Diante disso, compreendemos que a "igualdade"⁷ de direitos de forma efetiva é necessária, todavia, é preciso questionar se essa não visa relativizar as identidades, uma vez que pensamos que, no processo de formulação de leis e de condutas, atributos especificados ou implícitos das/os/es sujeitas/os/es deveriam ser considerados e atribuídos.

Ainda pensando no que se diz respeito à formulação de condutas, tanto coletivas como individuais, podemos citar o conceito de governamentalidade, cunhado por Michel Foucault (2008; 1989), esta pode ser entendida como as diversas formas de se governar a si e aos outros, diversas formas de governo, sendo que essas estão relacionadas com os deslocamentos de noções de poder e de cuidado de si.

Sendo que, para Bruno Galvão (2014, p. 157), nos destaca que o cuidado de si pode ser entendido como:

A ética do “cuidado de si” consiste em um conjunto de regras de existência que o sujeito dá a si mesmo promovendo, segundo sua vontade e desejo, uma forma ou estilo de vida culminando em uma “estética da existência”. O cuidado de si não consiste em uma ética em que o sujeito se isola do mundo, mas sim retorna para si mesmo para depois agir.

Posto os entendimentos foucaultianos que perpassam a nossa temática, retomaremos agora para as movimentações indígenas e quem são as/os/es sujeitas/os/es que estão em proeminência nestas. As mobilizações de mulheres indígenas possibilitaram a efetivação de diversos direitos, tendo principal destaque, o direito à educação específica, uma vez que, segundo Ruano-Ibarra e Oliveira (2020), as mulheres indígenas têm buscado aldear a educação para fins de que suas culturas sejam perpetuadas, para possuírem uma melhor qualidade de vida e também para que suas/seus filhas/os/es tenham acesso à educação escolar indígena. Portanto, a formação acadêmica ganhou espaço e hoje se torna um “novo arco e flecha” nos movimentos indígenas.

Mas quem são essas mulheres indígenas? Como se dão as suas trajetórias de constituições identitárias? Para dar sustentação teórico-epistemológica a essas análises, buscaremos nos aprofundar nas noções de sujeito, assujeitamento e subjetivação para Foucault. Também partiremos de um olhar interseccional, ou seja, buscaremos observar as questões de gênero, etnia, regionalidade e escolaridade, uma vez que as nossas parceiras intelectuais são mulheres indígenas universitárias que estudam em Aquidauana (MS) e outros

⁷ Posto a crítica ao conceito, optamos por colocar este entre aspas quando o mesmo aparece no corpo do texto.

marcadores sociais da diferença que saltarem ao campo, e como isso leva à uma produção cultural e identitária dessas sujeitas, assim como a dinamicidade dessas identidades.

As universidades, bem como os cursos de graduação específicos, dispõem de um “deleite a interseccionalidade”, uma vez que as/os/es sujeitas/os/es presentes nesses espaços possuem identidades e culturas singulares, que levam a produções culturais únicas, que vêm como resistência em meio a opressões possivelmente vividas. É oportuno mencionar que a interseccionalidade, conforme Carla Akotirene (2018), é um método de abarcar as vivências e suas intersecções que perpassam sujeitas/os/es, ou seja, a interseccionalidade é uma categoria de análise que visa compreender como se dão as trajetórias identitárias de cada uma/um, sendo que essa perspectiva analítica tem como base as diversas correntes feministas e busca, por meio de uma lente de análise social, compreender as multiplicidades identitárias.

Convém ainda evidenciar que a dissertação em questão está inserida na linha de pesquisa Educação, História e Sociedade no programa de pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) PPGedu/FAED e tem como objetivo primário, analisar as constituições identitárias⁸ percorridas pelas acadêmicas indígenas mulheres, matriculadas nos cursos de Licenciatura Plena Intercultural Indígena "Povos do Pantanal", ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no *Campus* de Aquidauana (CPAQ/UFMS), tal qual, têm como objetivos específicos, evidenciar os desafios e as potências vividas nas trajetórias identitárias acadêmicas de mulheres indígenas matriculadas nos cursos de Licenciatura Plena Intercultural Indígena "Povos do Pantanal", ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no *Campus* de Aquidauana (CPAQ/UFMS); observar como os marcadores sociais da diferença (que serão posteriormente melhor explicados no momento 3.2), em uma leitura interseccional construcionista, estão presentes em suas identidades; identificar os motivos pelos quais as acadêmicas indígenas escolheram cursar seus respectivos cursos dentro da Licenciatura Intercultural Indígena “Povos do Pantanal” e porque a escolha da licenciatura específica, de maneira a apresentar uma breve descrição dos caminhos percorridos pelos povos indígenas em busca da garantia do direito de uma educação superior específica no Brasil.

Cabe ainda delinear uma breve contextualização do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (ProLind), acima citado e analisado na pesquisa em desenvolvimento. O ProLind que, de forma institucionalizada pela Universidade

⁸Cabe ressaltar que, o que compreendemos como constituição identitária, será melhor explicado no capítulo 4 deste trabalho.

Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) no ano de 2018⁹, passou a ser denominado Licenciatura Intercultural Indígena, ou ainda, Licenciatura Intercultural Indígena "Povos do Pantanal", e este é ofertado no *Campus* localizado na cidade de Aquidauana (CPAQ), que se encontra a 139 km da capital, Campo Grande.

A Licenciatura Intercultural Indígena conta com os seguintes cursos específicos: Matemática e Educação Intercultural; Linguagens e Educação Intercultural; Ciências Sociais e Educação Intercultural e Ciências da Natureza e Educação Intercultural. Entretanto, em contextos atuais, é ofertado apenas o curso de Linguagens e Educação Intercultural e projeta iniciar o curso de Pedagogia Intercultural Indígena em março de 2024¹⁰, e busca atender os Povos Indígenas do Pantanal. Convém destacar que os cursos em questão estão amplamente relacionados com o direito à educação específica e direito à diferença previsto na Constituição de 1988, na seção de direitos indígenas (BRASIL, 1988).

Ao que se refere ao recorte de gênero a ser realizado na pesquisa, tem-se que, de acordo com o site Número UFMS¹¹, 56, 20% das acadêmicas dos cursos de Licenciatura Intercultural Indígena "Povos do Pantanal", são mulheres. Pode-se dizer que isto está relacionado com a organização do movimento de mulheres indígenas que, há décadas, vêm se articulando para que o direito de acesso ao Ensino Superior lhes seja assegurado, conforme citam Ruano-Ibarra e Oliveira (2020). Outro ponto que vale ser salientado é o índice de violência contra indígenas presentes no estado em que as relações colonialistas ainda imperam, segundo dados,¹² Mato Grosso do Sul é o segundo estado que mais mata e violenta indígenas no Brasil. Diante do exposto, refletimos que a presença de mulheres indígenas na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul é possível por (re)existência.

Com isso, a pesquisa apresenta os seguintes capítulos, tópicos e subtópicos. Capítulo um denominado, Escavando "o objeto", um modo de fazer pesquisa, buscaremos discorrer sobre as sujeitas da pesquisa (tópico 1.1, As sujeitas da pesquisa e o campo) e as ferramentas necessárias para se fazer a pesquisa (tópico 1.2, Ferramentas, arqueologia e interseccionalidade). Já no capítulo dois, Mulheres indígenas, universitárias, uma genealogia, um estado da arte, neste momento, realizamos um levantamento dos trabalhos que perpassam

⁹Disponível em:

<https://cpaq.ufms.br/licenciatura-intercultural-indigena-e-institucionalizada-como-curso-regular-da-ufms/>.

¹⁰Disponível em: <https://cpaq.ufms.br/pedagogia-indigena/pedagogia-indigena-historico-do-curso/>.

¹¹Disponível em: <https://numeros.ufms.br/graduacao-alunos>.

¹²Disponível em:

[https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registrou-180-mortes-de-indigenas-em-2022/#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20%20anos%2C%20foram,quarta%2Dfeira%20\(26\)](https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/brasil-registrou-180-mortes-de-indigenas-em-2022/#:~:text=Nos%20%C3%BAltimos%20%20anos%2C%20foram,quarta%2Dfeira%20(26).).

as temáticas discutidas nesta dissertação, tratando também de uma análise das pesquisas em questão.

O capítulo, ou momento três, Povos indígenas e universidade, busca apresentar os caminhos percorridos para a garantia do direito de uma educação superior específica para os povos indígenas do Brasil, no tópico, 3.1 Mulherizando e indigenizando espaços: uma trajetória da universidade como território indígena no Brasil. Já no tópico, 3.2 Inclusão e interseccionalidades: reflexões acerca da presença dos povos indígenas nas universidades brasileiras abordaremos o conceito de inclusão e interseccionalidade e como estes se relacionam com a presença dos povos indígenas, perpassando também pelas noções de corpo, agência e poder. No capítulo quatro, nomeado de "Eu amei te conhecer, amei fazer essa entrevista, conversar com você, é muito bom ser ouvida assim": as intersecções presentes nas entrevistas, será novamente um momento de análises, entretanto, de relatos, trazendo assim, as entrevistas. Contando com os tópicos, 4.1 "Será que eu tô fazendo errado?": as mães indígenas universitárias, que aborda a maternidade e seus desdobramentos para as entrevistadas; 4.2 "Vou continuar estudando [...] se Deus quiser!": a religiosidade das indígenas universitárias, que aborda a religiosidade e seus desdobramentos para as entrevistadas; 4.3 Gênero e sexualidade das/para as indígenas universitárias, que delinea as identidades de gênero e sexualidade das participantes, seus entendimentos sobre essas temáticas e impacto do curso para a constituição destas como mulheres.

1 ESCAVANDO “O OBJETO”, UM MODO DE FAZER PESQUISA

A pesquisa perpassa por marcadores sociais da diferença, sendo estes, inicialmente etnia, gênero, regionalidade e escolaridade, de mesmo modo que atravessa a questão de uma educação específica para os povos indígenas. Devemos também ressaltar que, o campo é plural e inesperado, com isso, outros marcadores sociais da diferença surgiram a partir do campo, fato que pode ser observado no capítulo quatro desta pesquisa. Por tanto, fez-se necessário utilizar-se de ferramentas foucaultianas para analisar as sujeitas e os temas que as transpassam, dentro do período que se encontram na universidade, observando também quais são os discursos e saberes produzidos por elas em suas constituições identitárias. Dentro das ferramentas e/ou domínios de Michel Foucault, podemos citar, a arqueologia, a genealogia e a ética. Assim como também buscamos a ferramenta analítica da interseccionalidade, para observar esses marcadores sociais da diferença e como estes confluem nas avenidas das vidas de nossas parceiras intelectuais. Podemos pontuar, resumidamente, que o nosso modo de fazer pesquisa surge a partir de uma aliança entre as ferramentas foucaultianas e os marcadores sociais da diferença.

Faz-se necessário ressaltar que, conforme o historiador da descontinuidade francês, Foucault (2008), os acontecimentos não esgotam em si mesmos, mas perpassam diversas frases, proposições e atos de linguagem, portanto, pode-se encontrar outras questões, saberes, discursos, marcadores sociais da diferença quando vamos ao campo, fato que pode enriquecer ainda mais a pesquisa. Não vamos a campo buscando encontrar relações e enunciados já mentalizados previamente, ou seja, não adentramos a ele buscando encontrar relações de machismos por exemplo, ou agências, mas sim, deixamos que o campo nos mostrem estes, nos tornando assim, arqueólogos do saber, escavando o "objeto", as sujeitas da pesquisa. Essas questões acima citadas estão amplamente relacionadas com os enunciados produzidos, encontrados no campo, sendo que estes (os enunciados), podem ser discursivos ou não-discursivos e estão relacionados com eventos simultâneos, os acontecimentos acima citados.

1.1 As sujeitas da pesquisa e o campo

Perante o exposto, é importante realizar uma breve explanação sobre o que se entende como sujeito, segundo a perspectiva foucaultiana, e sobre quais são/foram as nossas parceiras intelectuais entrevistadas nessa pesquisa. Para João da Fonseca (2012), Foucault não emprega

a palavra sujeito como sinônimo de pessoa ou forma de identidade, mas utiliza dos termos como subjetivação, no sentido de processos, e a expressão si, no sentido de relação (relação a si).

Diante disso, o sujeito encontra-se num vínculo de força com si, que está relacionado à constituição de modos de existência ou ainda das possibilidades de vida, sendo que o "si" (ou ainda o cuidado de si), só é possível na vida em sociedade. Cabe ainda ressaltar que, para Foucault (1985), o corpo, processos de subjetivação e de assujeitamento são conceitos que vêm antes do entendimento de sujeita/o/e. Em resumo, Foucault, olha para os caminhos de subjetivação e de assujeitamento das/os/es sujeitas/os/es, ou seja, o processo de sermos quem somos por meio da nossa internalização e da nossa relação com a sociedade e com a/o/e outra/o/e. Não há sujeita/o/e sem a/o/e outra/o/e. Com isso, podemos dizer que entendemos sujeita/o/e, não como uma identidade fixa ou sinônimo de pessoa, mas sim, como um modo de existência e resistência dentro de um determinado contexto social, que está em constante transformação. Posto isto, as sujeitas entrevistadas durante a pesquisa, são indígenas acadêmicas dos cursos da Licenciatura Intercultural Indígena.

Mas por que as acadêmicas dos cursos da Licenciatura Intercultural Indígena? Os primeiros rascunhos e desenhos da pesquisa tinham como sujeitas, mulheres indígenas acadêmicas da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, no *Campus* de Campo Grande, dos mais variados cursos e com o passar do tempo, vimos a Licenciatura Intercultural Indígena, ofertada pela UFMS na cidade de Aquidauana como uma grande potencialidade e familiaridade, tendo em consideração que o Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (ProLind), em seus caminhos de muita luta constante, foi institucionalizado em 2018 pela UFMS, tem como objetivo graduar professoras e professores indígenas para atuarem, principalmente, em suas comunidades/territórios.

Atualmente, o curso também é chamado de Curso de Licenciatura Plena - Intercultural Indígena - Povos do Pantanal e visa atender as etnias: Atikum, Guató, Kamba, Kadiwéu, Kinikinau, Ofaié e Terena, que habitam a região do Pantanal, por meio da Pedagogia da Alternância, ou seja, um módulo especial de ensino que conta com parte da vivência e conhecimentos universitários, dentro da sala de aula e com parte da vivência e conhecimentos das comunidades indígenas. O que se iniciou como projeto, por meio de muita luta, se tornou um curso com a participação efetiva de indígenas em todas as etapas de sua formulação¹³.

¹³Dados disponíveis em: <https://cpaq.ufms.br/licenciatura-indigena/historico-licenciatura-indigena/>.

Cabe ainda frisarmos que, conforme citado na introdução desse trabalho, a Licenciatura Intercultural Indígena contava com os seguintes cursos específicos: Matemática e Educação Intercultural, Linguagens e Educação Intercultural, Ciências Sociais e Educação Intercultural e Ciências da Natureza e Educação Intercultural, entretanto, em contextos atuais, apenas oferta o curso de Linguagens e Educação Intercultural. Contudo, isso foi observado durante nossa ida ao campo, ou seja, depois da formulação do Instrumento de Pesquisa¹⁴, por isso, todas nossas entrevistadas estão matriculadas em Linguagens e Educação Intercultural. Posto isso, iremos apresentar as participantes da pesquisa.

Entrevistamos Maria, mulher cis¹⁵ de 23 anos, pertencente a etnia Kadiwéu, filha de pai e mãe indígenas, ela nasceu na comunidade indígena Alves de Barros e apenas se mudou para Aquidauana para realizar a graduação, ela é evangélica e participa do Fórum Estadual de Professores Indígenas, sobre sua identidade de gênero e de sexualidade, Maria afirmou ser uma mulher cis e hétero; ela é casada e não possui filhos; estudou no Curso Normal Médio Indígena e atualmente trabalha como professora em sua comunidade, Maria cursa o último semestre de Linguagens e Educação Intercultural Indígena. A entrevista levou cerca de 17 minutos.

Em seguida, entrevistamos Nina, mulher cis de 36 anos, pertencente a etnia Terena, filha de mãe indígena e pai mestiço com paraguaio, ela nasceu em uma comunidade indígena próxima ao município de Miranda, ela é evangélica e afirmou participar de um movimento indígena e complementou que tem muita vontade de ir à Brasília para participar de eventos como a Marcha das Mulheres Indígenas¹⁶, sobre sua identidade de gênero e de sexualidade, se autodeclarou como uma mulher cis e hétero; Nina é casada e possui cinco filhos; ela afirmou estar cursando Curso Normal Médio Intercultural Indígena e atualmente trabalha como monitora em uma escola em sua comunidade, é bolsista e Nina cursa o 4º semestre de Linguagens e Educação Intercultural Indígena. A entrevista durou cerca de 17 minutos e ela ressaltou muito como a UFMS e as/os professoras/professores têm ajudado ela como mulher, mãe e indígena.

Entrevistamos também Ynara, mulher cis de 35 anos, pertencente a etnia Terena, filha de mãe e pai indígenas, ela nasceu e viveu toda a sua vida na comunidade indígena aldeia

¹⁴Ver Apêndice 1.

¹⁵Cabe ressaltar que, por se tratar de uma pesquisa que envolve gênero, sempre que nos referimos a uma sujeita, indicaremos sua identidade de gênero, mesmo que, posteriormente, ela se autodeclare de uma forma diferente.

¹⁶A Marcha das Mulheres Indígenas trata-se de uma mobilização organizada pelas representantes de diversos povos indígenas, que ocorre anualmente em Brasília (Distrito Federal) e busca salientar os direitos das mulheres indígenas, a luta pelos seus territórios e a denúncia de relações de violências. Ver: <https://cimi.org.br/2019/08/marcha-mulheres-indigenas-documento-final-lutar-pelos-nossos-territorios-lutar-pel-o-nosso-direito-vida/>.

Lagoinha, que fica próxima ao distrito de Taunay, ela é evangélica e ressaltou para nós que a aldeia que vive é a única aldeia sem Igreja Católica, sobre sua identidade de gênero e de sexualidade, Ynara afirmou ser mulher e feminina; ela disse ser divorciada e ter quatro filhos; Ynara é advinda do Curso Normal Médio Intercultural Indígena Povos do Pantanal e, atualmente, atua como professora regente em uma escola multisseriada em sua aldeia e também cursa o 4º semestre de Linguagens e Educação Intercultural. A entrevista levou cerca de 15 minutos e Ynara foi sorridente e um pouco envergonhada o tempo todo, ao final ela me convidou para ir em sua aldeia e disse que não teria problemas pois o cacique era seu vizinho e ainda complementou perguntando quando eu retornaria ao campus, para podermos ir a comunidade, ela também me disse que se soubesse que eu estaria lá (campus), naquele dia, ela me daria um presente (ao que tudo indica, um brinco).

Outra participante foi Juli, mulher cis de 33 anos, pertencente à etnia Terena, filha de mãe e pai indígenas e também disse que têm mais três irmãs que estudam no Campus e que têm buscado o estudo para suas vidas, ela nasceu na comunidade indígena de Babaçu, que se localiza próxima ao município de Miranda e sempre morou lá, ela é evangélica, e disse que participa do movimento indígena, chamado de Associação de Artesanato (com foco em cerâmica), ou ainda, Aibi; ela também me relatou que formou dois times de futebol de mulheres indígenas, sendo um time de mulheres mais jovens e um time de mulheres mais velhas, com o intuito de tirar as mulheres de casa e de envolver elas em atividades. Sobre sua identidade de gênero e de sexualidade, ela afirmou ser mulher e é casada, Juli tem duas filhas e um filho. Atualmente ela atua como professora intermediária de Arte e Ciências na escola de sua comunidade e ainda complementou dizendo que a maioria das pessoas que atuam na escola são mulheres, e cursa o 4º semestre de Linguagens e Educação Intercultural. A entrevista levou cerca de 20 minutos e a Juli ao final, se desculpou, pois, segundo ela, fala muito.

Mayara, mulher cis de 48 anos e pertencente a etnia Terena, filha de pais indígenas também pertencentes à etnia Terena, ela nasceu e sempre morou na aldeia Bananal, que fica no Distrito de Taunay e próxima a Aquidauana (MS) e relatou que atualmente não está morando na sua aldeia de origem, mais sim em Dourados, na aldeia Jaguapiru que, segundo ela, é misturado Terena, Guarani e Kaiowá mas é tranquilo, aceitável (em relação a convivência com outras etnias em um mesmo território e ao fato dela não ter nascido lá). Sobre sua religião, a mesma afirmou que atualmente não pratica nenhuma religião, mas já fez parte de uma comunidade evangélica, em relação a sua participação em movimentos indígenas, a mesma afirmou participar do movimento de professores indígenas em nível

estadual; sobre sua identidade de gênero e de sexualidade, ela afirmou ser uma mulher e disse que gosta de homens, dando risadas, ela se encontra solteira após morar junto por quatro anos e tem uma filha e um filho e ainda relatou que um deles é casado. Ela é advinda do Curso Normal Médio Indígena e atualmente atua como professora de Língua Portuguesa e Língua Terena na aldeia que reside, ela cursa Linguagens e Educação Intercultural e não tem bolsa, mas ela diz que vai tentar o processo seletivo de bolsas, pois, segundo ela, isso a ajudaria bastante, complementou que sabe que existem colegas que não trabalham e que precisam da bolsa para amenizar suas dificuldades; quando perguntada sobre o semestre que está, ela afirmou não saber em qual está, pois uma vez ela trancou o curso e retornou, então, segundo ela, cursa disciplinas. Mayara já é formada em Letras. A entrevista durou cerca de 13 minutos.

Também entrevistamos Alice, uma mulher cis de 29 anos e pertencente a etnia Terena, filha de uma mulher indígena com um homem *purútuye*¹⁷, ela nasceu em Campo Grande e atualmente mora na aldeia Nova Buriti (MS); ela se declarou como católica não praticante e complementou dizendo que a maioria das pessoas da sua comunidade são católicas. Sobre sua identidade de gênero a mesma afirmou se identificar como mulher e sobre sua identidade sexual ela disse que é abertamente heterossexual, mas se considera bissexual, ela disse que tem que se assumir como hétero em sua comunidade, pois, segundo ela, isso ainda é um tabu e ela é casada com um homem, sobre seu estado civil, a mesma afirmou ser casada/amancebada e não possui filhas/os/es. Ela é bolsista e cursa o 8º semestre de Linguagens e Educação Intercultural. Ao final da entrevista, que durou cerca de 38 minutos, ela me desejou boa sorte no mestrado e disse que se precisasse de alguma coisa, ela estaria ali e demos algumas risadas.

Nossa outra entrevistada se chama Suyane, uma mulher cis de 44 anos, pertencente a etnia Terena, filha de mãe indígena e de pai não-indígena, nasceu na aldeia indígena *La Lima*, que fica próxima do município de Miranda, e, segundo ela, tendo seu parto feito por uma parteira da sua comunidade, que era sua própria avó, que tem 92 anos atualmente, Suyane disse que sempre morou na aldeia, mas aos 14 anos, por conta de seu pai que prestava serviço para a FUNAI, ela e sua família se mudaram para outros lugares, com 15 anos ela foi morar na aldeia São João, dois anos depois, ela foi morar na aldeia de Cachoeirinha mas disse que não parava lá, com isso, retornou para a aldeia São João, e um tempo depois que seu pai faleceu, ela retornou para a aldeia *La Lima*. Suyane afirmou ser evangélica, de uma igreja que

¹⁷A palavra significa (em tradução livre), branco, em referência a pessoa não-indígena em linguagem Terena.

fica dentro de sua comunidade, ela ainda me disse que lá existem duas igrejas católicas; quando perguntada sobre sua participação em movimentos indígenas, ela diz que participa do movimento da escola e associação de pais e mestres. Ela se identifica como mulher e sobre sua identidade de sexualidade, ela disse que gosta de homem mesmo (ri), e que gosta de mulher só por amizade mesmo (tinha dito a ela quais seriam as identidades de sexualidade), ela ainda disse que não via problema nenhum em responder perguntas assim, já sobre seu estado civil, ela disse que é juntada mesmo (ri), e ela possui dois filhos e uma filha e também dois netinhos. Suyane é advinda do Curso Normal Médio Intercultural Indígena, e ainda afirmou que o curso é muito legal, que é a base para quem se interessa em seguir na carreira da Educação. Ela trabalha como professora há 22 anos e é bolsista pela UFMS e atualmente está no 6º semestre de Linguagens e Educação Intercultural. Ao final da entrevista, que durou cerca de 18 minutos, eu perguntei se ela gostaria de falar mais alguma coisa e ela disse que deixaria para uma próxima e deu risadas.

Outra entrevistada foi Yara, uma mulher cis de 56 anos e pertencente a etnia Terena, filha de pais indígenas também Terena e nasceu na aldeia indígena *Taunay-Ipegue*, mas se mudou aos 20 anos para a cidade de Aquidauana, segundo ela, por conta das condições financeiras dos seus pais, ela relatou que seus pais não tinham condições de lhe dar o que ela precisava, pois na aldeia não teria como trabalhar, seus pais vivem do que plantam, pesca e caça, e complementou que a questão cultural foi muito forte, ela não sabia falar português e tinha medo de falar pois, segundo ela, os *purítuye* (ela me explica e traduz a palavra) dão risada, chacota se você erra, por ser indígena, porque se você erra no inglês, ninguém tira sarro, então é por ser indígena. Yara é evangélica e atualmente está envolvida com a militância indígena, participando dos grupos Mulheres Indígena, Fórum dos Caciques e Associação dos Moradores Indígenas de Aquidauana e ela me relatou que já foi a Marcha das Mulheres em Brasília. Sobre seu gênero ela diz se identificar como mulher, mas não quis responder quando perguntada sobre sua identidade sexual, seu estado civil é solteira, segundo ela e possui três filhos, sendo dois meninos e uma menina, ela é advinda do Curso Normal Médio Intercultural Indígena e atualmente é aposentada pela prefeitura e bolsista da UFMS. Sobre o trabalho a mesma me relatou, que foi para Aquidauana com 20 anos e trabalhou como contratada na prefeitura, depois de um tempo, ela passou em um concurso e atuou na vigilância sanitária, mas já trabalhou também como professora substituta de língua Terena, seu pai era professor e sua mãe era parteira na aldeia. Hoje ela ajuda as pessoas mais velhas de sua comunidade com questões da área da saúde, solicitando remédios, exames, intervindo em encaminhamentos de consultas e ressonâncias pois, segundo ela, a sua comunidade é

esquecida. Esquecida pela Saúde. Atualmente ela cursa o sexto semestre do curso de Linguagens e Educação Intercultural. Ao final da entrevista ela disse que amou me conhecer, amou fazer essa entrevista, conversar comigo, segundo ela, é muito bom ser ouvida assim; ela relatou que muitas pessoas de sua comunidade, principalmente as mais velhas têm medo e vergonha de falar com pesquisadora/pesquisador/pesquisadore, comentei como diversas/os pesquisadoras/es retêm informações e vão embora, sem dar retribuições as comunidades originárias e ela concordou dizendo que, elas/es (indígenas) querem ser ouvidas/os, querem que as pesquisas cheguem longe, mudem alguma coisa, falei da minha intenção com a pesquisa e ela disse que espera que eu chegue longe pois eu teria boa intenção e isso seria difícil de encontrar (em referência de pessoas com boa intenção).

Conversamos também com a Laura, mulher cis de 20 anos, e pertencente a etnia Terena, filha de mãe e pai indígenas, ela nasceu na comunidade Água Azul que fica próxima ao município de Miranda; ela afirmou ser evangélica, quando perguntada se participa de algum movimento indígena a mesma afirmou que, particularmente não participa, mas quando se trata de acadêmicos indígenas, ela participa sim, principalmente para buscar mais recursos para as/os/es acadêmicas/os, dentro da universidade. Quando perguntada sobre sua identidade de gênero, a mesma afirmou que se identifica como mulher e sobre a sua identidade de sexualidade, ela disse que está namorando e não possui filhas/os/es. Quando perguntada se trabalha, ela me disse, que ela, mulher indígena está totalmente fora da sua área, segundo ela, ela está se formando como professora, mas em sua aldeia, ela atua como *designer* de sobrancelhas e de cílios¹⁸. Ela é bolsista pela UFMS e atualmente cursa o 6º semestre de Linguagens e Licenciatura Intercultural, ela me relatou que não possui outra formação acadêmica, mas disse que um pouco antes da pandemia, iniciou o curso de pedagogia na UEMS e, quando a pandemia começou, ela acabou trancando o curso, principalmente pela distância, instabilidade da internet e o cansaço do deslocamento. A entrevista durou cerca de 24 minutos.

Helena tem 28 anos e é pertencente a etnia Kinikinau, seus pais são também indígenas Kinikinau, ela nasceu na aldeia São João, que fica próxima do município de Porto Murtinho (MS), mas morou lá até os 18 anos, quando terminou o Ensino Médio na aldeia, ela se mudou para Bonito (MS) para trabalhar, ela complementou que seus pais tem seis filhos e para ajudar no sustento de sua família, resolveu mudar para a cidade e atualmente, eles estão

¹⁸Expressão comumente utilizada para se referir a um procedimento estético que consiste em uma aplicação artificial de cílios de durabilidade média, dando a impressão de cílios mais longos e/ou volumosos, aplicado apenas por pessoas especializadas, uma vez que requer curso para tal. Recentemente, o mesmo tem sido muito utilizado por mulheres, sendo um procedimento que substitui a utilização de máscara de cílios (maquiagem).

morando na aldeia Mãe Terra, saíram de lá (aldeia São João) e estão morando na aldeia Mãe Terra e disse que às vezes os visitam. Quando perguntada se pratica alguma religião, a mesma afirmou que vai à igreja evangélica (em observação, percebi que Helena deu a entender que ela não pratica a fé, ou seja ela seria uma "evangélica não praticante"). Quando perguntada sobre sua identidade de gênero e sua identidade sexual a mesma afirmou se identificar como mulher e disse que gosta de homem, ela tem uma filha de sete anos e não é advinda do Normal Médio Indígena e complementou que, por conta de seu trabalho na cidade, pressão e não aceitação de seus chefes, ela não cursou o Normal Médio Indígena, mas quando surgiram os Cursos de Licenciaturas Interculturais Indígenas, ela saiu do trabalho para realizá-lo. Ela é bolsista pela UFMS, e segundo ela, isso a ajudaria muito para comprar um *notebook*, para realizar pesquisas e outros atributos da universidade; ela cursa o segundo semestre de Linguagens e Educação Intercultural. Ao final da entrevista desejei a ela boa sorte, falei que esperava que ela não desistisse e disse que ela se tornaria a melhor professora de sua comunidade e ela retribuiu com risos e dizendo que, assim esperava. A entrevista durou cerca de 16 minutos.

Também tivemos como parceira intelectual a Liz, uma mulher cis de 24 anos e pertence à etnia Ofaié, sua mãe era/é indígena da etnia Guarani e seu pai era/é indígena da etnia Ofaié, Liz nasceu em comunidade indígena e quando perguntada sobre o nome da aldeia, ela me disse que não tinha um nome específico, sendo um território em beira de rio, que em certo momento de alarde de uma enchente, mudaram sua comunidade de lá e atualmente mora em uma Aldeia Ofaié. Liz é evangélica; sobre sua identidade de gênero e de sexualidade, ela diz se identificar como mulher e gosta de homem, ela se encontra em uma união estável e tem duas filhas. Ela é advinda do Normal Médio Intercultural Indígena, ela trabalha como cozinheira em uma escola e também é bolsista da UFMS e atualmente cursa o 2º semestre do curso de Linguagens e Educação Intercultural. A entrevista durou cerca de oito minutos.

Maya, uma mulher cis de 41 anos e é pertencente a etnia Kinikinau, filha de pais indígenas Kinikinau, ela nasceu na aldeia São João, que fica próxima do município de Porto Murtinho (MS), sobre sua religião, a mesma afirmou ser da Igreja Petencostal Deus é Amor, a respeito de sua identidade de gênero e sexualidade a mesma disse que se identifica como mulher, gosta de homem, mas sabe que existem pessoas que gostam de mulher, de homem e ela respeita a opção da/o outra/o/e, ela é casada e tem dois filhos. Ela é advinda do Curso Normal Médio Indígena, atualmente não trabalha e afirmou que está aguardando o resultado do processo seletivo para receber a bolsa, e atualmente ela cursa o 2º semestre do curso de

Linguagens e Educação Intercultural e também possui Magistério. Ao final da entrevista, ela perguntou novamente meu nome e se referiu a mim como senhora, me deu um papel com seu número de telefone, pedindo para eu anotá-lo e também pediu para que eu fizesse o mesmo e durante esse "momento de trocas" ela me contou a seguinte história: "eu moro ali na aldeia Mãe Terra, uma retomada assim, a gente veio de lá do Município de Porto Murtinho, da aldeia São João, por causa dos Kadiwéu que roubaram muita das nossas...da minha mãe mesmo, eles roubaram a leiteira, um dia ela foi na igreja e reviraram tudo a casa dela, roubaram gasolina, motosserra e eles xingavam ela por ser de outra etnia, aí a gente saiu de lá, porque aquele lugar não é nosso, é deles... aquela aldeia, a gente tem o nosso próprio território, aí a gente tá lá na Mãe Terra, assentado, aguardando e lá tem várias etnias, tem Kadiwéu, tem Terena e nós que tamo lá e lá é mais tranquilo mas não tem espaço pra nós plantar, criar as coisas, aí a gente tá aguardando..."e ficou em silêncio com um olhar meio triste e depois disse "eu nunca tive uma entrevista sabe? A gente fica meio sem jeito." E ao sair ela disse que foi bom me conhecer.

Posto as sujeitas participantes/entrevistadas, no próximo momento iremos buscar as ferramentas foucaultianas e a interseccionalidade para dar sustentação teórico-metodológica a nossa pesquisa.

1.2 Ferramentas, arqueologia e interseccionalidade

Posto as sujeitas, neste momento, buscamos as ferramentas foucaultianas para delinear a pesquisa. Têm-se como arqueologia do saber, a busca por saber das condições de emergência de um discurso e dos saberes, de modo que ela pergunta aos sujeitos "o que posso saber?" se tornando o "como?" dentro de uma pesquisa. Já a genealogia, busca reconstruir a maneira pela qual o saber implica, perguntando "que posso fazer?", problematizando o surgimento de algo. Já a ética, para Foucault, pode ser entendida como um conjunto de regras facultativas que avaliam o que fazemos, dentro da pesquisa, questiona "quem posso ser?" e/ou ainda "como nos tornamos o que somos?".

Para o estudo em questão, a partir desses questionamentos acima citados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas, indicadas no instrumento de pesquisa conforme o Apêndice 1, uma vez que, segundo Maria Lima, Maria de Almeida e Cristiane Lima (2008), a entrevista semiestruturada possibilita às sujeitas discorrerem sobre suas experiências, a partir do *locus* proposto pela/o/e pesquisadora/e; ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas. Ou seja, a escolha por se utilizar entrevistas semiestruturadas se dá pela

possibilidade de observar outras questões que vão para além daquilo que se está pré-estabelecido nas perguntas que vão a campo, observando assim deslocamentos, acontecimentos e enunciados que surgem dentro do processo de escavar o objeto.

Têm-se ainda o olhar para as constituições identitárias dessas indígenas mulheres, dos marcadores sociais da diferença que interseccionam as sujeitas e da análise de uma educação específica para os povos indígenas, essas questões além de serem embasadas nas ferramentas foucaultianas e nas entrevistas semiestruturadas, foram fundamentadas a partir de revisões bibliográficas e na realização do estado da arte de estudos sobre o tema. Para fins, também, de dar sustentação teórico-epistemológica à pesquisa de mestrado.

Retomando a arqueologia de Foucault (2008), esta pode ser definida como um método de análise de discursividades locais, sendo que permite a descrição detalhada de um discurso, observando a emergência e evidência de enunciados, os quais constituem um saber específico. Ou seja, a arqueologia nos permite analisar como os saberes se dão, consistindo em uma ferramenta de análise, ela também pode ser entendida como a constituição de uma superfície de inscrição, sendo essa, tema de enunciados, que estão relacionados a eventos simultâneos. Partindo desse pressuposto, com a pesquisa em questão, buscaremos como são engendrados os saberes, discursos, questões e marcadores sociais da diferença no campo e nas sujeitas da pesquisa.

Conforme Adriana Piscitelli (2008), existem diversos olhares para os marcadores sociais da diferença, ou seja, essa ferramenta analítica possui distintas abordagens. Dentro delas, podemos citar a leitura sistêmica de Kimberlé Crenshaw, que vê a interseccionalidade por formas de capturar as consequências entre diversos meios de subordinação, partindo pelo olhar de gênero e raça. Já para Anne McKlinton e Avtar Brah, com abordagens construcionistas, os marcadores sociais da diferença estão relacionados, sobretudo, com os aspectos dinâmicos das identidades sociais. Diante disso, buscaremos analisar e entender como são acionados os marcadores sociais da diferença que perpassam as sujeitas da pesquisa, tendo como escolha de análise, as abordagens construcionistas, uma vez que essas leituras se aproximam de entendimentos de poder conforme os pensamentos pós-estruturalistas e também se relaciona com as ferramentas foucaultianas.

Ainda no que se diz respeito ao modo de fazer pesquisa, retomamos aos detalhes do fazer entrevistas. Para a realização das entrevistas semiestruturadas, alguns caminhos foram percorridos, como, inicialmente, recorrer a uma carta de autorização¹⁹ do *Campus* da UFMS

¹⁹Ver anexo 1.

de Aquidauana para poder realizar a pesquisa, envolvendo suas acadêmicas e espaço físico, assim como também se fez necessário uma carta de anuência²⁰ da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para poder realizar a "coleta de dados"²¹ necessários para a realização da pesquisa. Esses caminhos são de suma importância para manter o sigilo e preservação das informações de identificação das acadêmicas, assim como o trâmite na Plataforma Brasil também é de suma importância para analisar a ética do trabalho em questão.

Diante disso, o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMS, assim como o CONEP²², solicitaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)²³ para fins de selar o compromisso ético da pesquisa, conforme pode ser visto no apêndice 2, principalmente por se tratar de uma pesquisa com mulheres indígenas, sendo que, para o desenvolvimento do TCLE, a Resolução 304/2000 foi consultada, a resolução em questão tem como objetivo aprovar normas específicas para pesquisas envolvendo povos indígenas, assim como garantir a participação dessas sujeitas e sujeitos nas pesquisas dentro da área (Conselho Nacional de Saúde, 2000).

Ainda no que se diz respeito ao sigilo da pesquisa, é importante destacarmos que os nomes das participantes foram trocados por codinomes, conforme solicitado pela Resolução 304/2000 do Comitê de Ética em Pesquisa e pela Resolução nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Outro aspecto que ressaltamos está na transcrição das entrevistas, optamos por transcrever as narrativas da forma que foram ditas, ou seja, sem correções gramaticais. Em um primeiro momento, realizamos apenas uma entrevista, esta ocorreu em novembro de 2022 de forma presencial no *Campus* do Curso de Licenciatura Plena - Intercultural Indígena (CPAQ/UFMS) e durou cerca de 17 minutos com uma acadêmica indígena da etnia Kadiwéu, que no momento em questão, estava em seu último semestre de graduação e coincidentemente, (antes da entrevista) estava apresentando o seu Trabalho de Conclusão de Curso em Linguagens e Educação Intercultural.

²⁰Ver anexo 2.

²¹Pesquisadoras e pesquisadores têm criticado a expressão "coleta de dados" que, com frequência surgem em documentos institucionais e métodos de pesquisa, pois, sugere sutilmente que os dados já estão prontos no campo e as/os pesquisadoras/es os coletam, como uma fruta madura a espera de ser coletada. No caso em questão, o documento (carta de anuência) utilizou da mesma e por isso a expressão surge em aspas do corpo do texto.

²²A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). A composição multi e transdisciplinar reúne representantes de diferentes áreas do conhecimento para cumprir sua principal atribuição, que é a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. Em cumprimento à sua missão, a Comissão elabora e atualiza as diretrizes e normas para a proteção dos participantes de pesquisa e coordena o Sistema CEP/Conep.

²³Aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos/UFMS, CAAE nº 68665923.7.0000.0021.

Em uma segunda etapa, no dia 24 de agosto de 2023, também de forma presencial no *Campus* do Curso de Licenciatura Plena - Intercultural Indígena (CPAQ/UFMS), foram realizadas mais seis entrevistas, com mulheres indígenas da etnia Terena, todas residentes de aldeias próximas aos municípios de Aquidauana (MS), Miranda (MS) e Dois Irmãos do Buriti (MS) e acadêmicas do 4º semestre do Curso em Linguagens e Educação Intercultural.

Já em um terceiro momento, ocorrido no dia 11 de setembro de 2023, foram realizadas mais entrevistas de forma presencial no *Campus* do Curso de Licenciatura Plena - Intercultural Indígena (CPAQ/UFMS), novamente mais seis entrevistas, com mulheres indígenas de diferentes etnias, sendo três Terena, duas Kinikinau e uma Ofaié, com idades, comunidades e semestralidades variadas.

Ao longo da minha trajetória acadêmica, pude perceber que diversas pesquisadoras e pesquisadores, ao realizarem entrevistas e visitas ao campo de pesquisa, tomavam notas de detalhes minuciosos, aqueles detalhes que escapam, aquilo que, por muitas vezes era dito ou não, olhares, gestos e posicionamentos que também fazem parte da pesquisa, da vivência da pesquisadora e/ou do pesquisador, o campo também é silêncio.

Dito isso, vejo como interessante pontuar, alguns detalhes sobre o campo vivenciado e observado por mim, Ana Luiza. Na minha primeira visita ao *campus*, fui recebida com olhares desconfiados, trocas em língua terena na minha frente e diversas perguntas de como e por que estava ali, creio que no fundo já esperava e não recrimino isso, uma vez que, muitas/os/es das pesquisadoras e pesquisadores não-indígenas possuem um mal hábito positivista ao se realizar pesquisas com sujeitas/os/es indígenas. O fato de eu ter mencionado o Neppi com certeza foi um divisor de águas, ou uma mudança no curso do rio, pois senti que os olhares e tratamento mudaram para melhor. Outro aspecto interessante, foi a escolha das participantes, realizada pela professora e professor que cuidam do Laboratório das Licenciaturas Interculturais Indígenas, ela e ele escolheram as participantes de acordo com o critério de "quem fala mais/quem pode contribuir mais", assim como as etnias, para que o meu trabalho ficasse, de acordo com ambos, mais completo.

Nas minhas outras duas visitas, creio que já estavam mais familiarizados comigo, me cedendo uma sala para as entrevistas, sorrisos largos, convites para ficar mais um pouco e perguntas sobre o andamento da pesquisa. A terceira ida ao campo, com certeza foi a que mais me passou aquela sensação de tranquilidade e suavidade. Me chamou atenção o fato de que se referiam a mim como "a pesquisadora", creio que nunca tinha me enxergado assim, me senti pertencente e com muita responsabilidade, gerou uma certa estranheza quando uma acadêmica, mais velha que eu, me chamou de senhora, creio que isso estava atrelado a sua

história de vida e a importância que uma pesquisadora tinha em sua vida. Se eu pudesse resumir essa experiência em um aprendizado, seria a frase que a professora Celma (professora responsável pelo Laboratório das Licenciaturas Interculturais Indígenas e que me auxiliou dentro do *Campus* de Aquidauna com as entrevistas) me disse: "Você tem que entender que o tempo do indígena é diferente do não-indígena.". Realmente aprendi, vivi e experimentei muitas coisas novas nesse período de campo. Coisas inesquecíveis.

Ainda no que se diz respeito ao desenvolvimento desta pesquisa, faz-se necessário pontuar como se deram as análises realizadas, que serão melhor exploradas no capítulo quatro. Tendo em vista os nossos objetivos, de analisar as constituições identitárias percorridas pelas acadêmicas indígenas mulheres, matriculadas nos cursos de Licenciatura Plena Intercultural Indígena "Povos do Pantanal", evidenciar os desafios e as potências vividas nas trajetórias das sujeitas de nossa pesquisa e observar como os marcadores sociais da diferença em uma leitura interseccional construcionista que estão presentes em suas identidades. Podemos dizer que nossas análises se deram de modo a responder esses objetivos, com isso, observou-se nas experiências acadêmicas suas trajetórias percorridas e nisso, os marcadores emergiram em suas narrativas. A escolha teórico-metodológica se deu por acreditarmos que estas (teorias pós-crítica), nos proporcionam um olhar mais sensível, mais amplo, com um lente que nos permite enxergar sutis detalhes, que por diversas vezes, escapam em métodos mais fixos; assim como, as teorias pós-críticas, nos proporcionam uma escrita que possibilita valorizar as mais diversas identidades e seus desdobramentos nesse mundo maluco que compartilhamos²⁴.

Cabe ainda ressaltar que para realizarmos as análises, optamos por dividirmos em tópicos as intersecções presentes nas entrevistas, enfatizando assim a frequência das mesmas nas narrativas das entrevistadas, mas cabe ainda ressaltarmos que o discurso e seus desdobramentos para as identidades não são somente feitos de frequências, mas também de jogos daquilo que não é dito, com isso, buscaremos também observar os silêncios, as minúcias e as entrelinhas. Entendemos que a constituição identitária, é um processo de existência complexo, que, de acordo com as noções foucaultianas, é caracterizada pela relação de alguém (sujeita/o/e) com outra/o/e, com instituições, saberes, normas, discursos e jogos de poderes existentes e latentes na história de vida das/os/es sujeitas/os/es (Foucault, 2008).

²⁴Em referência aos pensamentos do autor indígena Ailton Krenak: "se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos" (Krenak, 2019, p. 09)

Dito isso, no próximo capítulo realizamos a genealogia da pesquisa, ou ainda, o estado da arte dessa pesquisa, que contém os referenciais teóricos-metodológicos necessários para a realização da mesma. Buscamos realizar análises de proximidade e de distanciamento com a pesquisa em questão, se tornando assim, uma pesquisa minuciosa sobre o tema em específico e os assuntos que atravessam e escapam a ele.

2 MULHERES INDÍGENAS, UNIVERSITÁRIAS, UMA GENEALOGIA, UM ESTADO DA ARTE

Foucault (1999), coloca a genealogia como uma tarefa minuciosa de investigação teórica, investigação essa que observa diversos fatos que, por diversos momentos, foram desconsiderados e desvalorizados da História Tradicional, a genealogia é a busca da singularidade dos acontecimentos. Relacionamos o estado da arte com a ferramenta foucaultiana, genealogia. Considerando que o estado da arte é um levantamento de trabalhos acadêmicos que discorrem sobre a temática, fazendo também uma análise de proximidade e distanciamento com a pesquisa em questão, se tornando assim, a genealogia de uma pesquisa, uma vez que é um momento de investigação minuciosa. Cabe também pontuar que a História, por diversas vezes desconsidera/desconsiderou a singularidade das mulheres indígenas em sua oficialidade (fontes documentais) e que os trabalhos acadêmicos analisados aqui visam focalizar nessas sujeitas, os momentos que escapam e nas potencialidades das mulheres indígenas acadêmicas. Nesse momento, realizaremos a tarefa da genealogia desta pesquisa.

2.1 Um breve estado da arte

Nessa tarefa, realizamos buscas em cinco bases de dados: **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)**²⁵, **Portal de Periódicos da CAPES (CAPES)**²⁶, **Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu)**²⁷, **Núcleo Brasileiro de Dissertações e Teses em: Educação, Educação Física e Educação Especial (NUTESES)**²⁸ e **Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais (PPGCult)**²⁹, sendo que, nas últimas duas bases citadas, não foram encontradas pesquisas que se relacionassem com a temática da pesquisa em questão. A investigação nas bases se deu a partir de quatro descritores que permitiram encontrar trabalhos que dialogam e/ou discorrem com a temática da presente pesquisa. Os descritores escolhidos foram: 1) mulheres indígenas, 2) universidade, 3) povos indígenas e 4) ensino superior. Cabe ainda ressaltar que a investigação ocorreu no final do primeiro semestre do ano de 2022, via *online*.

Na base, Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), foram selecionados sete trabalhos, sendo seis dissertações de mestrado e uma tese de doutorado nos

²⁵Disponível em: <https://bdttd.ibict.br/vufind/>.

²⁶Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php?>.

²⁷Disponível em: <https://ppgedu.ufms.br/pesquisa/dissertacoes-e-teses/>.

²⁸Disponível em: nuteses.ufu.br.

²⁹Disponível em: <https://ppgcultpaq.ufms.br/dissertacoes/>.

seguintes programas de pós-graduação: Antropologia Social, Antropologia, Direito, Sociologia, Educação e Direitos Humanos e Cidadania. Já no Portal de Periódicos da CAPES (CAPES), foram selecionados oito artigos científicos, para as seguintes revistas acadêmicas: *Cuadernos de Antropología Social*³⁰, Revista Diversidade e Educação, Revista Tempo e Argumento, Revista e-mosaico, Revista Movimento, Revista Sociologias e Revista Psicologia & Saúde. No site do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu), encontramos uma dissertação. Para tanto, realizamos os seguintes quadros.

Quadro 1 - Investigação na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)

Título	Autora/Autor/Autore	Universidade	Programa de Pós-Graduação	Nível	Ano
Antropologia de gênero e etnologia <i>Kaingang</i> : uma introdução ao estudo de gênero na área indígena Mangueirinha/Paraná	Angela Célia Sacchi	Universidade Federal de Santa Catarina	PPG em Antropologia Social	Dissertação	1999
As trajetórias das mulheres intelectuais indígenas no ensino superior: experiências das Kaiowá e Guarani na Licenciatura Intercultural – <i>Teko Arandu</i> /UFGD	Nívea Maria Trindade dos Santos	Universidade Federal da Grande Dourados	PPG em Antropologia	Dissertação	2018
Despatriarcalizar e descolonizar o Estado brasileiro - um olhar pelas políticas públicas para mulheres indígenas	Lívia Gimenes Dias da Fonseca	Universidade de Brasília	PPG em Direito	Tese	2016
Identidade, experiência urbana e agências cotidianas: trajetórias de quatro mulheres indígenas na cidade do Rio de Janeiro	Luiza Freire Nasciutti	Universidade do Estado do Rio de Janeiro	PPG em Sociologia	Dissertação	2019
Indígena-mulher-mulher-universitária o <i>estar-sendo</i> estudante na UFRGS	Patrícia Oliveira Brito	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	PPG em Educação	Dissertação	2016

³⁰ "Cadernos de Antropologia Social" em tradução livre do espanhol para o português (BR), haja vista que é uma revista argentina e com textos escritos em espanhol.

Mulheres indígenas na Pós-Graduação: trajetórias e r-existências	Lidiane da Conceição Alves	Universidade de Brasília	PPG em Antropologia Social	Dissertação	2019
Mulheres indígenas, gênero e diversidade cultural: A institucionalização da temática de gênero na FUNAI, a partir da Perspectiva Autoetnográfica	Léia do Vale Rodrigues	Universidade de Brasília	PPG em Direitos Humanos e Cidadania	Dissertação	2019

Fonte: arquivo e produção pessoal.

Quadro 2 - Investigação no Portal de Periódicos da CAPES (CAPES)

Título	Autora/Autor/Autore	Revista	Ano
<i>“Hoy somos capaces de crecer”: mujeres indígenas rarámuri y su construcción identitaria en la universidad³¹</i>	Norma Luz González Rodríguez	<i>Cuadernos de Antropología Social</i>	2018
Mulheres Indígenas Universitárias: Problematizando Ações Afirmativas	Karina da Silva Molina e Paula Regina Costa Ribeiro	Revista Diversidade e Educação	2021
O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas	Rosângela Célia Faustino, Maria Simone Jacomini Novak e Isabel Cristina Rodrigues	Revista Tempo & Argumento	2020
Narrativas femininas Guajajara e Akrãtikatêjê no ensino superior	Tatiana de Oliveira Santana e Elison Antonio Paim	Revista e-Mosaicos	2018
Mulheres Indígenas, Ensino Superior e Colonialidade de Gênero	Elizabeth del Socorro Ruano-Ibarra e Victoria Miranda da Gama	Revista Antropolítica	2020
As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil	Mariana Zuaneti Martins, Kerzia Railane Santos Silva e Vitor Vasquez	Revista Movimento	2021
Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS	Valesca Daiana Both Ames e Marilis Lemos de Almeida	Revista Sociologias	2021

³¹“Hoje somos capazes de crescer”: mulheres indígenas Rarámuri e sua construção identitária na universidade, em tradução livre do espanhol para o português (BR).

Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas	Sonia Grubits	Psicologia & Sociedade	2014
---	---------------	------------------------	------

Fonte: arquivo e produção pessoal.

Quadro 3 - Investigação no site do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu)

Título	Autora/Autor/Autore	Nível	Ano
A formação dos professores indígenas Suruí, no estado de Rondônia	Mirivian Carneiro Rios	Dissertação	2017

Fonte: arquivo e produção pessoal.

A partir dos quadros, pudemos observar que a maioria dos trabalhos (dissertações, teses e artigos) foram escritos por mulheres e apenas dois³² têm a co-autoria de homens, também pudemos observar que existem diversas pesquisas sobre mulheres indígenas, mas poucas que discorrem sobre a presença de mulheres indígenas na universidade, tudo isso, em um intervalo de 22 anos, sendo o trabalho mais antigo de 1999³³ e o mais recente de 2021³⁴. Vejo³⁵ como uma grande potencialidade esse dado, pois ser mulher, com os mais diferentes marcadores sociais da diferença é uma potência, e pensar em um mundo, que, por diversas vezes, nos "colocou" em relações subalternas, observar mulheres resistindo e emergindo na ciência, pesquisando mulheres, demonstra o que é ser mulher em pluralidades e deslocamentos, com a possibilidade de ser quem quiser ser!

Outro apontamento diz respeito às subáreas do conhecimento que pesquisam a temática indígena, podemos observar uma constância na Antropologia, na Educação e no Direito, pesquisadoras/es dessas áreas têm se dedicado a dissertar sobre, sendo que, conforme Vianna, Ferreira, Landa e Urquiza (2014), as/os indígenas buscavam cursos de graduação e pós-graduação também dentro da área de Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

³²Narrativas femininas Guajajara e Akrãtikatêjê no ensino superior, Tatiana de Oliveira Santana e Elison Antonio Paim, Revista e-Mosaicos, 2018 e As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil, Mariana Zuaneti Martins, Kerzia Railane Santos Silva e Vitor Vasquez, Revista Movimento, 2021.

³³Antropologia de gênero e etnologia Kaingang: uma introdução ao estudo de gênero na área indígena Mangueirinha/Paraná, Angela Célia Sacchi, PPG em Antropologia Social, Dissertação, 1999.

³⁴Mulheres Indígenas Universitárias: Problematizando Ações Afirmativas, Karina da Silva Molina e Paula Regina Costa Ribeiro, Revista Diversidade e Educação, 2021; As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil, Mariana Zuaneti Martins, Kerzia Railane Santos Silva e Vitor Vasquez, Revista Movimento, 2021 e Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS, Valesca Daiana Both Ames e Marilis Lemos de Almeida, Revista Sociologias, 2021.

³⁵Apesar do trabalho estar escrito em 3ª pessoa, pois acreditamos que nenhum trabalho é desenvolvido sozinho, consideramos que nossas experiências individuais aparecem de forma mais expressiva em certos momentos, fazendo com que a escrita seja em 1ª pessoa.

Entretanto, em tempos mais recentes, as escolhas são mistas, haja vista que as/os/es indígenas têm se matriculado também em cursos da área da saúde, ou ainda também, têm buscado cursos à distância (Educação a Distância - EaD), segundo, Maria Aparecida Bergamaschi, Michele Doebber e Patricia Brito (2018), fato possibilitado pela chegada da *internet* de forma massiva nas comunidades indígenas desde o início dos anos 2000 e acelerado em decorrência da pandemia do vírus da Covid-19.

A temática indígena tem sido estudada há décadas, por diversas pesquisadoras/es com as mais diferentes perspectivas teóricas, entretanto, ainda é uma área de pesquisa com muitas lacunas e que carece de um olhar aldeado, uma vez que, parte dos estudos que são vistos como "referência" foram escritos por mulheres e homens brancos que, não necessariamente, eram/são aliadas/os/es, ou seja, por muitas vezes, o pensamento colonizador ainda é valorizado. Outro desafio se deu na especificidade do tema, uma vez que investigar sobre indígenas na universidade, ainda mais mulheres indígenas na universidade, este fato é um desafio, mesmo que a presença de indígenas na universidade não seja uma novidade, poucas pesquisadoras/es têm se debruçado no assunto, ou seja, não encontramos muitas pesquisas que dialogam sobre o assunto, ainda são muitas as intersecções, dificuldades e potencialidades a serem analisadas.

Entretanto, indo na contramão desse pensamento, podemos observar diversas autoras e autores indígenas escrevendo sobre seus povos e reivindicando seus direitos, principalmente no que se diz respeito à demarcação de seus territórios e no direito à diferença como um todo. Assim como autoras/es não-indígenas contribuindo e lutando por uma escrita descolonizada e que valoriza as culturas, os saberes indígenas e que visam observar o aldeamento das universidades, sendo que é muito difícil discorrer sobre este aldeamento sem destacar as mulheres indígenas, mulheres essas que estão em constante deslocamento do que é ser mulher e que na sua multiplicidade identitária são protagonistas nos movimentos indígenas e nas conquistas legislativas, conforme Lauriene Souza (2022). É impossível falar de movimento indígena sem citar/ressaltar mulheres indígenas! Posto essas indagações, os próximos parágrafos do capítulo em questão são analisados os trabalhos levantados e estudados.

Angela Sacchi (1999), buscou, em sua pesquisa, entender como se dava/como se dão as questões de gênero para mulheres kaingang jovens e mais idosas, visando observar traços distintivos nessas relações dentro da sociedade em questão, diante disso, encontra-se diversas intersecções tal qual, gênero, etnia e geração. Outro ponto relevante da pesquisa em questão

são os diversos deslocamentos e saberes que perpassam essa comunidade, tais como a religiosidade³⁶.

Dentre as discussões, observa-se uma aproximação com a pesquisa devido ao uso da etnologia e suas construções, entretanto, observa-se um distanciamento, partindo do pressuposto da diferença de referencial teórico, que se concentra de forma mais estruturalista, bem como seu olhar antropológico para os temas que rodeiam a pesquisa em questão. Entretanto, este trabalho é bem rico para a nossa pesquisa, uma vez que trata de forma aprofundada as intersecções e os marcadores sociais da diferença.

Já conforme Nívia Santos, (2018) têm-se um método amplamente pós-colonialista e pós-estruturalista, haja vista que ela se embasa em autores como Judith Butler, Antônio Brand, Eliel Benites questão que se contrapõe com a dissertação acima citada, entretanto, o objeto de Nívia se aproxima muito do analisado em nossa dissertação, dado que ela observa as trajetórias de mulheres indígenas da Licenciatura Intercultural Indígena, o que faz a dissertação perpassar por temas como a interseccionalidade, educação, interculturalidade, feminismos e relações de poderes.

A autora carrega um arsenal de autores para dar sustentação epistemológica ao seu tema, fato que torna a pesquisa altamente locupleta. Durante o seu dissertar, a autora cria um histórico em relação aos direitos indígenas e suas lutas, bem como os saberes que constituem a ProLind e as mulheres indígenas que por lá passaram, destacando a especificidade da educação para e pelos indígenas.

Destaca-se, como distanciamento à esta pesquisa, a especificidade de análise das etnias Guarani e Kaiowá como *locus*, pode-se dizer que isso está relacionado com o mapeamento da dissertação, entretanto é algo que pode ser uma realidade no campo (encontrar essas etnias, ou trabalhar etnias específicas) e também se têm como afastamento, o uso e análise de entrevistas com egressas, uma vez que entrevistei acadêmicas.

A tese de Lívia Fonseca (2016), encontra-se de forma mais distanciada da pesquisa que visamos traçar, uma vez que ela trabalha com um referencial teórico-metodológico mais estruturalista, sendo exemplo disso o uso de termos que levam a entender a mulher indígena como uma sujeita oprimida socialmente. Entretanto, posso destacar a proximidade à pesquisa em desenvolvimento, a ideia de descolonização proposta pela autora, assim como o uso de entrevistas semiestruturadas. Também é um afastamento, a questão do estudo das experiências plurinacionais de Estados da Bolívia e do Equador.

³⁶Cabe ressaltar que esse marcador social da diferença também emergiu em nosso campo, portanto, discorreremos posteriormente sobre o mesmo, no capítulo quatro deste trabalho.

A autora também disserta de forma que visa a aprender com as mulheres indígenas que está analisando, fato que se aproxima com nossas intenções durante a pesquisa, isso demonstra que Fonseca está preocupada em deixar que o campo “fale”, vindo à tona saberes, discursos e questões, fato que buscamos realizar. Ela também trata de temas como a interseccionalidade e se preocupa em analisar a criação de políticas públicas para as mulheres indígenas, bem como em observar como as relações de gênero permeiam a sociedade.

Luiza Nasciutti (2019), documenta a fala de mulheres indígenas por meio de entrevistas semiestruturadas, diante disso, observa-se uma grafia livre com característica única. Ao longo do trabalho, ela coloca suas entrevistadas como protagonistas e analisa suas falas, observando o processo de se entender como indígena e a agência envolvida dentro desse processo, é interessante notar que suas entrevistadas têm pouco em comum, o que reforça e valida mais ainda seu trabalho, tendo em vista que Nasciutti (2019), foca em pluralidade das sujeitas. E, apesar de parte de suas protagonistas terem passado pela universidade e militem sobre a questão, Nasciutti (2019) não foca nessa temática, mas sim sobre as experiências urbanas e como isso perpassa a vida das mulheres indígenas, diante disso, encontra-se o afastamento à pesquisa.

Conforme Patrícia Brito (2016), ela é coadjuvante nas histórias que relata, tendo em vista sua vivência na universidade com as mulheres indígenas e em programas dos quais elas estavam inseridas. A escrita realizada é de forma fluida, o que retoma ao seu objetivo de destacar que a identidade indígena não é universal como muitos colocam, e diante disso ela retrata como são constituídas as questões de ser mãe, mulher, universitária e indígena e como se dão esses deslocamentos dentro do espaço acadêmico.

Brito (2016), crítica à idealização de “índio universal”, esse entendimento pode ser encontrado em Cristiane Lasmar (1999), que coloca que “índio genérico” é uma representação pautada no senso comum e que se faz presente desde a época da colonização, haja vista a dicotomia não-indígena sobre os povos indígenas que, conforme Iara Bonin, Daniela Ripoll e José Aguiar (2015) coloca-os de forma universal, ou seja, eles teriam os mesmos hábitos, costumes, culturas, saberes e ser indígena seria algo uniforme e imutável ao longo dos anos.

Durante a pesquisa, Brito (2016) retrata as mulheres indígenas de uma forma brilhante, fato que alcança o objetivo da pesquisa previamente tratado, que é descrever e analisar as sujeitas com um olhar mais íntimo e sensível. Têm se como um afastamento, o enfoque massivo da autora em relação às questões da maternidade em seu trabalho,

entretanto, como já citado, questões como essa podem saltar quando a pesquisa for ao campo³⁷, o que pode se tornar uma temática a ser abordada.

Já a dissertação de Lidiane Alves (2018), utilizando do método da etnobiografia e de narrativas biográficas, conforme a autora, esta tem como objetivo visibilizar a presença das mulheres indígenas na pós-graduação, valorizando a subjetividade de cada experiência, observando o individual e o coletivo dentro da academia, perpassando também pela temática de interseccionalidade, tratando de dois marcadores sociais de diferença, questão de gênero e etnia. Ao longo da pesquisa, a autora usa de autores decoloniais para dar embasamento teórico a sua escrita, como por exemplo Franz Fanon, Stuart Hall, Lélia Gonzalez e bell hooks³⁸.

Alves (2018), disserta que as inserções de corpos indígenas no meio acadêmico vêm como método de resistência sendo esse espaço conquistado pelos movimentos sociais, ela ainda coloca as mulheres indígenas como o *locus* da pesquisa, relevante na produção do conhecimento antropológico, apontando também quais foram os motivos que levaram as mulheres indígenas à universidade segundo suas pesquisas. Pontua-se como principal distanciamento a esta dissertação, a especificidade e recorte do estudo e análise de acadêmicas do nível de pós-graduação.

Norma Gonzalez Rodriguez (2018), em seu artigo científico, propõe-se a observar os deslocamentos e reconstruções das identidades étnicas e das identidades de gênero dentro do que se entende como ambiente universitário, bem como, busca compreender como esse meio dialoga e de certa forma influencia ou interfere nas suas constituições das identidades de mulheres indígenas. Diante disso, Gonzalez Rodriguez (2018), buscou observar qual a importância das mulheres indígenas raramuri para o perpetuamento das culturas indígenas e valorização destas no espaço acadêmico.

Conforme a autora, o México possui uma pouca quantidade de acadêmicos indígenas, sendo que esse fenômeno ocorre devido aos reflexos da colonização, aos efeitos do narcotráfico em seus territórios e a situação de pobreza que assolou um povo que até foi dado como desaparecido. Entretanto, diante de ações afirmativas e do que a autora define como feminismo indígena, essas mulheres ocupam espaço em universidades mexicanas.

³⁷E realmente, saltou, como poderá ser observado no capítulo 4.

³⁸Cabe ressaltar que a autora escolheu grafar seu pseudônimo em letras minúsculas uma vez que recusava a egóica intelectual, ou seja, ela quer que prestemos mais atenção em seus ditos, suas críticas, suas escritas e em seus ditos do que em sua pessoa. bell hooks é semente do feminismo, do antirracismo e da busca pelo amor e pela autoestima de mulheres, sobretudo, de mulheres negras.

Ainda conforme Gonzalez Rodriguez (2018) é relevante como a produção identitária de mulheres indígenas vem como agência em meio a ideia de serem minoria no espaço acadêmico, o que gera uma identidade autocrítica e fluida, diferente do que se tem no imaginário do que é ser indígena, sendo que isso também reflete na identidade de gênero, que está amplamente ligada com o ambiente acadêmico. O distanciamento à pesquisa se dá na especificidade do estudo com as mulheres raramuri, do povo indígena mexicano, assim como o fato da autora analisar a formação de um feminismo indígena e utilizar deste como *locus* para a escrita do trabalho.

Já Molina e Ribeiro (2021), pontuam em seu artigo que a questão da inserção dos povos indígenas na universidade, não vieram unicamente por meio das ações afirmativas aprovadas pelos governos do Brasil, mas sim pelos jogos de verdade estabelecidos pelos povos indígenas, sendo que isso está relacionado com o entendimento de o que se é “sujeito”, bem como do que é cuidado de si.

Molina e Ribeiro (2021) também colocam como objeto de sua pesquisa, a formação das políticas de ações afirmativas, diante disso, se dá o afastamento da pesquisa, uma vez que elas também enfocam em temáticas como por exemplo o liberalismo e a governabilidade de Foucault, para fins de dar embasamento teórico a problematização das ações afirmativas.

Ainda sobre o artigo em questão, vale-se ressaltar que uma das maiores aproximações, para além da temática da presença da mulher indígena no contexto universitário, é, de fato, o referencial foucaultiano, o qual, as autoras tratam com muita maestria e, após realizarem uma rica fundamentação teórica, elas apontam como as relações de poder influenciam na experiência universitária das mulheres indígenas presentes na pesquisa.

Rosangela Faustino, Maria Novak e Isabel Rodrigues (2020), realizam uma abordagem histórica e linear acerca da criação e efetivação dos direitos para o acesso dos povos indígenas na universidade. Perpassando por diversos momentos históricos, como por exemplo a 2ª Guerra Mundial, a consolidação de movimentos sociais como o Diretas Já e o MST, até chegar no protagonismo e importância das mulheres indígenas para a articulação desse direito.

Como proximidade à pesquisa, pode-se citar a visibilidade ao protagonismo da mulher indígena, o histórico para as ações afirmativas, que é embasado ricamente, a questão do ProLind e a observação para as vivências universitárias. Ao longo da escrita, elas tratam dos caminhos para o direito à educação, a especificidade dos direitos e da participação das mulheres, contando com entrevistas e contextualização histórico-geográfica.

Já no que se diz respeito ao afastamento, este se dispõe da especificidade do estudo das três etnias com maior quantidade populacional do estado do Paraná, que são, os Kaingang, os Xetá e o povo Guarani, bem como se permeiam as questões indígenas no estado, além do mais, também se tem como afastamento a pesquisa em questão a escolha do referencial teórico.

O artigo de Elison Paim e Tatiana Santa (2018), que faz parte do trabalho de dissertação em Educação dos autores, possui um referencial teórico bem diversificado, que particularmente, eu não conhecia, que é o método de análise de narrativas. Ao longo do artigo, a autora e o autor tratam da escolha teórico-metodológica, que se dá em Walter Benjamin, que foca na questão das narrativas como instrumento de análise, é interessante observar o embasamento dos autores e como a opção metodológica, transborda as pautas, dando sequência, eles trazem as entrevistas e as falas das entrevistadas e por fim, algumas considerações e conclusões sobre a temática de sua pesquisa.

A temática em questão aproxima-se da nossa dissertação, uma vez que visa observar e compreender as experiências vividas no espaço do ensino superior, dando destaque a indígena mulher, bem como o uso de entrevistas semiestruturadas. Pode-se citar como afastamento à pesquisa, a questão da especificidade das etnias abordadas, o recorte geográfico e como já citado, o embasamento teórico-metodológico. E, apesar do distanciamento de autoras/autores, o trabalho se torna bem rico para a nossa pesquisa, uma vez que as entrevistas presentes são de excelência no que se diz respeito, principalmente, à forma de aplicação.

Ruano-Ibarra e Oliveira (2020), visam, por meio de narrativas das indígenas mulheres, observar o pensamento dessas sujeitas, entendendo assim, como se dá a presença desses corpos na sociedade brasileira, diante disso, tem uma aproximação à pesquisa, visto que busco observar as constituições identitárias dessas mulheres. Outra aproximação se dá no relato dos caminhos percorridos para a efetivação dos direitos à educação e do direito às diferenças dos povos indígenas, bem como os significados da luta indígena no Brasil.

Ao longo do trabalho, as autoras tratam de um histórico para o direito à educação superior para os povos indígenas, a importância das mulheres para o mesmo, a dificuldade de se permanecer na universidade e de concluir os cursos escolhidos. Ruano-Ibarra e Oliveira (2020) também pontuam como o colonialismo afeta essas estruturas, fato que já se dá como afastamento, visto o referencial teórico utilizado. Outro afastamento é a especificidade do estudo dentro da Universidade de Brasília, como recorte geográfico.

O artigo de Mariana Martins, Kerzia Silva e Vitor Vasquez (2021), diante das dissertações, teses e artigos científicos levantados para se realizar a genealogia desta

pesquisa, possui um o maior afastamento dentre todos, uma vez que sua temática é o futebol de mulheres. Entretanto, a escolha, bem como o interesse por se analisar esse trabalho se deu pelo referencial que o mesmo possuiu, tendo em conta que trabalha com foco nas intersecções de gênero e raça. Como já pontuado, o afastamento à pesquisa se dá principalmente pela questão do estudo sobre o futebol de mulheres, além de não se observar as questões acerca da educação, recorte de suma importância para a minha pesquisa.

Posto isso, a aproximação vem justamente devido ao olhar para a interseccionalidade, a escolha das autoras para o estudo e análise de questões de gênero e de raça, o uso de teóricas já citadas, como por exemplo Judith Butler e Sueli Carneiro, bem como a problematização acerca da visão que se tem das mulheres como um todo no Brasil, mas mais especificamente sobre as mulheres que praticam futebol e o perfil delas, levantadas ao longo da pesquisa.

Martins, Silva e Vasquez (2021), também trazem um breve histórico sobre o futebol de mulheres, problematizam os estereótipos criados sobre as jogadoras, barreiras rompidas na atualidade e realizam uma contextualização teórico-epistemológicas sobre a intersecção de gênero, classe e raça dentro do futebol de mulheres. E no que se diz respeito à análise e exposição acerca do perfil dos entrevistados, o mesmo se dá por meio do recurso de gráficos e tabelas.

Na pesquisa de Valesca Both e de Marilis Almeida (2021), encontra-se um grande arsenal de informações acerca da inserção e presença de indígenas do povo Kaingang na Universidade Federal no Rio Grande do Sul e os caminhos percorridos para que o seu ingresso fosse assegurado. Em contraponto com o recorte geográfico do artigo, pode-se pontuar como aproximação à pesquisa, o que as autoras colocam como a permanência dessas estudantes na instituição de ensino superior estudada, bem como o fato da mesma ser pública, uma vez que observamos a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, assim como a observância dos caminhos percorridos durante o período acadêmico, ou seja, as experiências universitárias.

O artigo conta com os seguintes conteúdos: histórico das ações afirmativas e fomentação das mesmas, inserção dos povos indígenas nas universidades após a Constituição de 1988, a experiência multiétnica no espaço acadêmico, bem como os desafios e dificuldades nesse caminho. Both e Almeida (2021) realizam um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e a presença de indígenas Kaingang na instituição, acesso e permanência destes cursos escolhidos por elas/es e os motivos para estes,

a preparação pré-vestibulares e dificuldades dentro da universidade também são temas recorrentes.

A diferença à nossa pesquisa, se dá muito pelo recorte e escolha da análise da realidade da UFRGS, bem como o recorte da etnia Kaingang, que possui massiva presença no Sul do país, ainda também pode-se citar como afastamento a análise da preparação pré-vestibular e dificuldades que perpassam o ensino básico. E no que se diz respeito ao referencial teórico e as análises, as autoras não apontaram para as questões de gênero, fato citado apenas para quesito de dados, ou seja, olha-se para os acadêmicos Kaingang de forma geral.

O artigo de Sonia Grubits (2014), assim como a pesquisa de Martins, Silva e Vasquez (2021), é um pouco diferente dos demais, apesar de abordar temáticas similares como a análise de mulheres indígenas e a efetivação de políticas públicas para educação, uma vez que Grubits (2014), possui um olhar mais antropológico para as sujeitas da pesquisa, bem como foca demasiadamente nas culturas e cosmologias das etnias indígenas de Mato Grosso do Sul, ela também não foca especificamente para a questão da educação, temática que veio como citações nas falas das entrevistadas.

A aproximação à pesquisa em questão, se dá na escolha do referencial teórico da autora, que possui um viés mais pós-estruturalista, haja vista que ela cita pensadores como Michel Foucault. Outra aproximação se dá no estudo dos caminhos percorridos até a universidade, observando a escolha dos cursos pelas acadêmicas indígenas como fator de relevância para a vivência na aldeia, pode-se citar também, o estudo de gênero como proximidade, assim como a análise de etnias regionais sendo essas, os povos Guarani/Kaiowá, os Terena e os Kadiwéu.

Ao longo da pesquisa, Grubits (2014), aborda a criação de políticas públicas para mulheres e indígenas no estado de Mato Grosso do Sul, relações de gênero e relações de poder, realizando um excelente embasamento teórico acerca do tema. Ela também observa os deslocamentos sobre pesquisas que estão relacionadas com a sua temática, em seguida, ela aborda, de forma “bem antropológica” as questões que perpassam as mulheres das etnias indígenas acima citadas, mencionando cosmologias, histórias, papéis sociais e culturas desses povos. Posteriormente ela cita reflexões sobre os relatos "colhidos" nas entrevistas, tendo como consulta, os deslocamentos e movimentações das mulheres indígenas

A dissertação de Mirivan Rios (2007), presente no repositório do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Campo Grande (PPEDu/FAED) possui diversos pontos de análise de carácter interessantes. A

autora buscou observar como se dá a formação de professores indígenas, citando como são as culturas indígenas e quais são as relações e constituições presentes dentro dessas culturas, diante disso, a formação de professores especificamente indígenas, possui uma gama de saberes diferenciados e necessita de um olhar que capture esses assuntos.

Posto isto, a questão da análise da interculturalidade, se tem como aproximação à pesquisa, levando em consideração o interesse por se estudar a formação de professores indígenas e a "diversidade" cultural, assim como os caminhos da história da educação específica. Ao longo da dissertação, Rios (2007) cita questões como legislações para os povos indígenas dentro do âmbito educacional, a articulação dos povos indígenas, especificamente os Suruí de Rondônia, assim como os saberes que constituem patrimônio e memória dos Suruí, questões acerca da formação de professoras/es e aspectos sobre a Educação Escolar Indígena.

Diante disso, o distanciamento se dá pela especificidade do povo Suruí e o recorte geográfico da pesquisa, assim como um olhar “mais antropológico”, outro ponto de distanciamento é o estudo acerca do estado de Rondônia, sua formação e contemporaneidades, um estudo mais aprofundado sobre a Educação Escolar Indígena e a pouca ênfase nas questões de gênero.

Após esse momento de análises, no próximo capítulo, apresentamos uma breve descrição dos caminhos percorridos pelos povos indígenas em busca da garantia do direito de uma educação superior específica no Brasil, conceituando aldeamento e perpassando pelas definições de interseccionalidade, corpo, inclusão, biopolítica, necropolítica, corponormatividade e agência.

3 POVOS INDÍGENAS E UNIVERSIDADE

O objetivo do capítulo em questão é apresentar uma breve descrição dos caminhos percorridos pelos povos indígenas em busca da garantia do direito de uma educação superior específica no Brasil, bem como apresentar e analisar discussões sobre inclusão, interseccionalidade, corpos e poder, temáticas que perpassam o assunto, uma vez que a presença de indígenas na universidade "é tudo isso e um pouco mais".

3.1 Mulherizando e indigenizando espaços: uma trajetória da universidade como território indígena no Brasil

Aldear, expressão indígena que teve seu principal fomento pela deputada indígena Célia Xakriabá e pela ministra indígena Sônia Guajajara, durante os anos de 2019 a 2022, anos de um desgoverno etnocida e regrediu com a nossa democracia, uma vez que provocou a desigualdade e inferiorização legislativa para com os povos indígenas. Aldear, veio do meio da resistência dos movimentos indígenas, veio de mulheres indígenas que reivindicam os seus direitos de ocupar espaços acadêmicos e políticos. Aldear é demarcar territórios que por muitas vezes, foram negados.

Aldear, ou ainda conforme a deputada indígena Célia Xakriabá, é o processo de mulherização e indigenização³⁹ da política e dos mais diversos espaços, espaços que, conforme anteriormente dito, foram negados aos povos indígenas. O processo de aldeamento consiste em tornar território indígena os mais diversos locais, como por exemplo e por emergência, a política, elegendo deputadas/os/es indígenas, criando e aprovando projetos de leis em prol das comunidades indígenas e das florestas, demarcando territórios indígenas e pensando na pluralidade cultural dos povos, fato que, por consequência, leva ao processo de aldeamento das universidades por meio da criação de cursos específicos para povos indígenas, ações afirmativas nas universidades, incentivando pesquisas dentro dessas temáticas por indígenas e indigenistas, proporcionando recursos de apoio para a valorização e perpetuação das culturas, línguas e saberes indígenas, para que assim, as/os/es indígenas ocupem cada vez mais espaços e compartilhem os seus saberes ancestrais.

O aldeamento se tornou possível pela luta de mulheres indígenas, sujeitas que rompem com as relações colonialistas e machistas, se tornando símbolos de luta e resistência,

³⁹Ver/Ouvir:

<https://open.spotify.com/episode/7wfZBMhfoaTyPwm8B9xrvh?si=MJHNdZAIR4CxX2sWFsEG8Q>.

são elas que fomentaram e tem fomentado as mobilizações em prol dos direitos indígenas. Para tanto, utilizamos dessa expressão para pensar na contextualização e historicidade do processo de aldeamento das universidades brasileiras e por conseguinte, das universidades de Mato Grosso do Sul.

Devemos pensar também em território, um território possibilita a trajetória de identidades, tendo em conta que território e identidades se constituem e se nutrem de forma simultânea. Levando assim, a possibilidade de cada povo, ou ainda, de cada pessoa de se relacionar com determinado território, criando o que a autora chama de identidade territorial. Podemos relacionar o processo de aldeamento dos espaços com a ideia de heterotopia de Foucault (2009), que pode ser compreendida como uma contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos, ou seja, a heterotopia é um olhar para o espaço de forma que escapa aos limites daquilo que se entende como real/físico e que está em constante movimento.

Adriano de Sousa (2020), define identidade territorial como um longo processo de ações de um grupo social e suas relações, costumes e tradições, ou ainda, modo de viver dentro de um território, que está para além do entendimento geográfico, ou seja, também tem características subjetivas, uma vez que os territórios são marcados pelos processos históricos das relações sociais e das relações de poder. Ainda para o autor, cabe também ressaltar que as identidades são dinâmicas e plurais, tendo como base os estudos do sociólogo britânico-jamaicano, Stuart Hall (2020), sendo assim, as constituições identitárias estão amplamente relacionadas com a ocupação de um determinado espaço e tempo.

Diante disso, a ocupação das universidades brasileiras acaba se tornando uma espécie de território para os povos indígenas, dentro do processo de aldeamento, haja vista que esse contexto é produtor de um modo de viver ao passo que se torna um lugar, um território, uma vez que possibilita a constituição de identidades plurais e dinâmicas, marcando não somente um momento da vida, mas ela como um todo, momento esse que transforma e que possui vivências singulares.

Entretanto, o espaço universitário nem sempre foi aldeado e este ainda caminha para ser demarcado, ou seja, ser equitativo. Podemos dizer que esses passos se iniciaram na década de 1970, conforme Faustino, Novak e Rodrigues (2020), foi nesse período que lideranças indígenas de Cabo Frio (RJ) enviaram um documento ao Ministério dos Negócios da Fazenda do Rio de Janeiro, solicitando uma educação superior específica e apesar do pedido ter sido indeferido, a luta não cessou. Segundo Iara Bonin (2022), foi ainda nesse período que os movimentos indígenas se consolidaram, principalmente por parte das/os/es

professoras/es indígenas, que reivindicaram o direito a uma educação específica tanto básica quanto superior.

Após a década de 1970, temos como grande marco histórico, no ano de 1988, a implementação da Constituição da República Federativa do Brasil, sendo que essa é conhecida pelo seu teor altamente democrático. Edemir Dias (2018), afirma que o acesso aos direitos efetivados pela legislação reconhece a "diversidade"⁴⁰ e as resistências indígenas e trouxe também outra concepção dos direitos territoriais, que agora observa a pluralidade étnica dos povos indígenas. Ainda conforme Dias (2018), a nova constituição, ao olhar para o direito às diferenças, busca assegurar uma educação específica, principalmente no que se diz respeito ao campo escolar, utilizando da língua própria e processos de ensino-aprendizagem diferenciados e plurais. Entretanto, essa documentação não apresenta parâmetros sobre uma educação específica para os povos indígenas, tanto de nível básico, quanto de nível superior, fato que começou a ser discutido mais tarde na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

No que se refere ao direito à educação específica e a dimensão da educação escolar indígena, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9.394/1996 vêm como um grande passo na trajetória indígena. Ela cita diversos aspectos e especificidades para o que chamamos de educação escolar indígena e dentre elas temos, a seguridade do uso das línguas maternas e de processos próprios de aprendizagem dentro das comunidades indígenas, principalmente no que diz respeito ao ensino de línguas e de matemática, sendo que a língua portuguesa é obrigatória. Já nos artigos 78 e 79 do mesmo documento, observa-se uma sessão própria sobre a educação intercultural, entretanto, antes de discorrer sobre ambos, gostaríamos de abranger o conteúdo sobre educação intercultural, ou ainda, o que é intercultural.

A intercultural, segundo Simone Romani e Raimundo Rajobac (2011), é um campo de discussão muito amplo, o qual considera os processos identitários individuais e coletivos e focaliza na possibilidade de integração e de reconhecimento das pluralidades de gênero, etnia, raça etc., pontuando também que cada um possui suas especificidades, criando um ambiente de inter-relação entre estes. Um exemplo de ambiente intercultural se dá na educação específica indígena como um todo, sendo que este vem como uma proposta pedagógica que

⁴⁰Entendemos que a diversidade no contexto do autor diz respeito à pluralidade de identidades étnicas, entretanto compreendemos que o termo vem sendo criticado por generalizar as diferenças. Sendo assim, optamos por colocar entre aspas a expressão quando a mesma aparece no corpo do texto.

visa promover a valorização identitária e o enriquecimento mútuo por meio de métodos de reconhecimento de aspectos da vida.

Diante disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), 9.394/1996, artigos 78 e 79, propõem o desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa, para que a educação escolar bilíngue e/ou intercultural aos povos indígenas seja uma realidade, por meio do fomento a cultura, assistência aos povos indígenas, desenvolvimento de programas integrados de ensino e de pesquisa. Dentro de suas especificidades, ainda pontua, de forma institucionalizada, proporcionar às comunidades indígenas a recuperação de memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas, valorização de suas línguas e conhecimentos, bem como garantir as/aos/es sujeitas/os/es indígenas o acesso às informações e aos mais diversos conhecimentos científicos (Brasil, 1996).

Já no que se refere aos sistemas de ensino, a LDB coloca os objetivos dos Planos Nacionais de Educação, sendo esses, o fortalecimento das práticas socioculturais e o uso da língua materna de cada comunidade indígena; a manutenção e permanência de programas de formação pessoal especializado, voltado para o trabalho em escolas indígenas; desenvolvimento de currículos e de programas específicos, com conteúdos culturais que correspondam às comunidades e a elaboração e publicação de materiais didáticos específicos e diferenciados. De forma sucinta, no inciso (§) três⁴¹ apresenta uma proposta de atendimento e assistência estudantil aos povos indígenas na educação superior, tanto no âmbito público quanto no âmbito privado, assim como também prevê o estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais (BRASIL, 1996).

Entretanto, apesar de observarmos uma evidência no que se diz respeito a uma valorização dos direitos aos povos indígenas nesses documentos, por meio de ideias da existência de uma educação que enxergue os aspectos históricos e culturais e que reconheça as identidades de todas as etnias, ainda faltava um grande passo nessa trajetória, diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena, ou seja, um parecer organizado, fundamentado e conceituado sobre essa temática.

Cabe ainda ressaltarmos que, para que a universidade seja demarcada, é necessário retornarmos à educação básica. Inicialmente, para pensarmos em uma universidade aldeada, precisa-se de discussões sobre a educação básica, que também precisa ser demarcada, com isso, após diversas mobilizações, no ano de 1999, por meio de uma política indigenista, que o

⁴¹O inciso diz: § 3º No que se refere à educação superior, sem prejuízo de outras ações, o atendimento aos povos indígenas efetivar-se-á, nas universidades públicas e privadas, mediante a oferta de ensino e de assistência estudantil, assim como de estímulo à pesquisa e desenvolvimento de programas especiais (Incluído pela Lei nº 12.416, de 2011). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

parecer 14/99⁴², de nome Diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena foi homologado. É importante compreendermos que as políticas indígenas, que outrora eram desenvolvidas sobre uma ótica de relações eurocêntricas e colonialistas no período adjacente à Constituição de 1988, em um momento mais atual, por meio de muitas lutas e resistências, às políticas indigenistas possuem participação direta de lideranças indígenas e vem sendo como “arco e flecha” para a efetivação dos direitos indígenas, conforme Antonio Almeida (2018). Com isso, o parecer 14/99, fundamenta e conceitua a Educação Indígena, trazendo em sua documentação história, legislação e demandas. Um grande passo nessa trajetória, que possibilitou a organização legislativa da educação escolar indígena.

Ainda sobre as diretrizes curriculares nacionais da educação escolar indígena, gostaríamos de destacar cerca de três páginas da mesma, estas apresentam a necessidade da formação e da formação continuada de professoras e professores indígenas para trabalhar nas escolas específicas, uma vez que, segundo o documento, a maioria das professoras e professores indígenas não eram, até o momento em questão, graduadas/os e/ou profissionais de magistério. O documento coloca as professoras e professores indígenas como sujeitas/os/es da interculturalidade nas escolas com sensibilidade para trabalhar os mais diversos atravessamentos das culturas indígenas (BRASIL, 1999).

Retomando as questões sobre à educação superior a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, prevê que os povos indígenas tenham acesso a uma educação que valorize a interculturalidade, bem como o desenvolvimento de programas integrados de ensino e pesquisa com o consentimento das comunidades indígenas e também o atendimento e assistência estudantil aos povos indígenas nas universidades. Entretanto, como já dito, a lei ainda não ampara especificamente a criação de ações afirmativas ou ainda de programas de formação específicos para indígenas.

Conforme Flávia Piovesan (2008), a sociedade passou por diversos momentos históricos marcados por relações de violência e de preconceitos e com isso, emergiu a necessidade de emancipação em diversos espaços a fim de que os direitos humanos fossem assegurados e assim, criou-se o ideal constitucional de que “todos são iguais perante a lei”⁴³. Entretanto, ainda segundo Piovesan (2008), esse ideal é muito generalista e não têm condições de olhar as especificidades dos grupos, quiçá das sujeitas/os/es e a partir dessa ótica mais detalhista, surge o entendimento do direito à diferença.

⁴²Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf.

⁴³O uso das aspas (“) na expressão em questão, vêm como crítica ao próprio nome e entendimento de “todos” para esse ideal.

O direito à diferença aparece na Constituição de 1988 em diferentes momentos, para nós, cabem aqui, dois deles. Primeiramente quando se diz respeito à garantia do exercício dos direitos culturais, ou seja (ou ainda em tese), o Estado garante que a pluralidade identitária pode ser exercida e ela é reconhecida por lei, outro momento em que o direito à diferença nos cabe aqui é na seção específica dos direitos indígenas, fazendo uma crítica, mesmo que com nome problemático, tendo em conta que a denominação "índios" (criada em relações colonialistas) vêm sendo criticada pelos movimentos indígenas, uma vez que a mesma generaliza as identidades e não considera as especificidades das suas culturas e também reforça o estereótipo atrasado de selvageria, a potência do “capítulo VIII - DOS ÍNDIOS” vêm como grande aliado na demarcação da universidade.

Posto estes apontamentos, abordaremos no subitem intitulado 3.2 Inclusão e interseccionalidades: reflexões acerca da presença dos povos indígenas nas universidades brasileiras, a presença dos povos indígenas na universidade e de forma breve, dissertaremos sobre o direito a uma educação específica e a inclusão dos povos indígenas nas universidades brasileiras, perpassando por conceitos como inclusão, interseccionalidade, corpo, biopolítica, corponormatividade, interculturalidade e marcadores sociais da diferença.

3.2 Inclusão e interseccionalidades: reflexões acerca da presença dos povos indígenas nas universidades brasileiras

O Brasil que hoje habitamos e entendemos como nação, sempre foi e sempre será território indígena, território de diversos povos com uma grande pluralidade de culturas, cosmologias, grafismos, crenças e saberes. Entretanto, historicamente observamos um forte movimento, de herança colonialista, que visou e ainda visa restringir o direito desses povos e excluí-los socialmente, principalmente no que se diz respeito a demarcação de territórios e o direito à diferença, que pode ser entendido, conforme Eduardo Bittar (2009), como uma luta por reconhecimento dos aspectos singulares de cada sujeita/o/e, visando sua dignidade dentro de suas particularidades. Diante disso, podemos ter, como resposta crítica a essas heranças colonialistas, a inclusão, que está amplamente ligada ao reconhecimento das plurildades culturais. Pensar de forma inclusiva, vai além de simplesmente reconhecer a existência de demais sujeitas/os/es; envolve criar também espaços de valorização identitárias e estas podem se dar nos mais variados contextos institucionais.

Quando se fala em inclusão, é comum que pensemos que essa definição somente se aplique ao campo de estudos de pessoas com deficiência⁴⁴, entretanto, conforme Sofia Freire (2008), a inclusão é um movimento educacional, social e político que visa defender o direito de todas, todos e todes que possam participar da sociedade da qual estão incluídas/os/es de forma que sejam valorizadas/os/es naquilo que as/os/es diferenciam. Diante disso, entendemos que a inclusão é um conceito amplo e que é de suma importância para que todas as identidades sociais sejam contempladas com o direito de cidadania, principalmente para aqueles que são considerados corpos de menor valor.

No que se diz respeito a corpos de menor valor, Viviane Sarmiento e Wanda de Aguiar (2022), colocam que estes são aqueles que estão fora de uma norma, ou ainda, corpos que são um obstáculo para a produção e desenvolvimento do país e que estão fora da corponormatividade. Conforme Anahi Mello (2016), a corponormatividade pode ser entendida como uma discriminação que se materializa em forma de controle de uma biopolítica de corpos com base na ideia de (in)capacidade. Ou seja, no que pessoas não podem fazer, no contexto da autora, pessoas com deficiência.

Entretanto, antes de utilizar do conceito de corponormatividade e de corpos de menor valor em análise, gostaríamos de fazer um breve parêntese e explicar o que se entende como biopolítica. A biopolítica, conceito do historiador da descontinuidade, Foucault (2002), pode ser entendida como o controle e/ou domínio da vida, dos corpos das/os/es sujeitas/os/es, sendo esse controle realizado pelo Estado e ações políticas por ele mesmo pré-definidos, criando assim, uma decisão sobre o poder de matar ou de deixar viver. Ou seja, esse poder exercido pelo Estado regulariza os corpos, definindo uma norma de como se deve viver e uma vigilância de como se deve conviver socialmente.

Já no que se diz respeito a biopolítica, Gersem Luciano Baniwa⁴⁵ (2006), cita um exemplo que ocorreu durante a década de 1970, no qual o Estado buscava “emancipar” os povos indígenas por meio de um projeto que buscava transformar as/os/es indígenas em "cidadãs e cidadãos comuns", extinguindo suas culturas e colocando-as/os nas camadas sociais mais baixas. Ou seja, buscava-se ter domínio sobre os corpos, definindo e controlando

⁴⁴Cabe ressaltar que, como o conceito de inclusão é amplamente analisado no campo dos estudos de pessoas com deficiência (pcd), vamos nos apropriar de textos que possuem essa temática para trazer uma reflexão mais profunda.

⁴⁵Gersem Luciano, também conhecido como Gersem Baniwa é um professor e pesquisador indígena, pertencente à etnia Baniwa, da região amazônica. Apesar de seu nome de nascimento completo ser Gersem José dos Santos Luciano, como forma de posicionamento e valorização identitária, Gersem, com frequência se apresenta como Gersem Baniwa, a título de reforçar sua etnia, assim como diversas/os/es indígenas fazem.

o modo de viver por meio de uma norma imposta, sendo essa uma identidade que fuja das identidades indígenas e suas pluralidades.

Quanto a corponormatividade e os corpos de menor valor, sabe-se que essas categorias analíticas são recorrentes em nossa sociedade, uma vez que discursos como: “indígena não pode ter celular”, “é muita terra pra pouco indígena que ainda por cima, não produz nada”, “indígenas são preguiçosas/os/es” e entre outras narrativas sejam reproduzidas por diversas vezes. Com isso, vê-se que muitas/os sujeitas/os/es não-indígenas pensam que corpos indígenas são um obstáculo para o desenvolvimento do país e também produzem discriminações (as/os/es sujeitas/os/es). Um exemplo é o fato de somente em 2001, ter sido aprovada uma educação básica e superior específica para as populações indígenas.

Posto isso, retomamos a Freire (2008), para discorrer sobre a inclusão educacional. A autora afirma que uma educação inclusiva rompe com a norma do ensino tradicional, uma vez que essa (a educação inclusiva) reconhece as diferenças e as culturas das/os sujeitas/os/es, possibilitando a inclusão social daquela/e aluna/o/e. Sendo que essa educação não se dá somente na relação professor/a-aluna/o/e, mas também na instituição de ensino como toda. Portanto, a inclusão dos povos indígenas em espaços acadêmicos, além de ser um direito, é um método de concretização de suas potencialidades enquanto sujeitas/os/es.

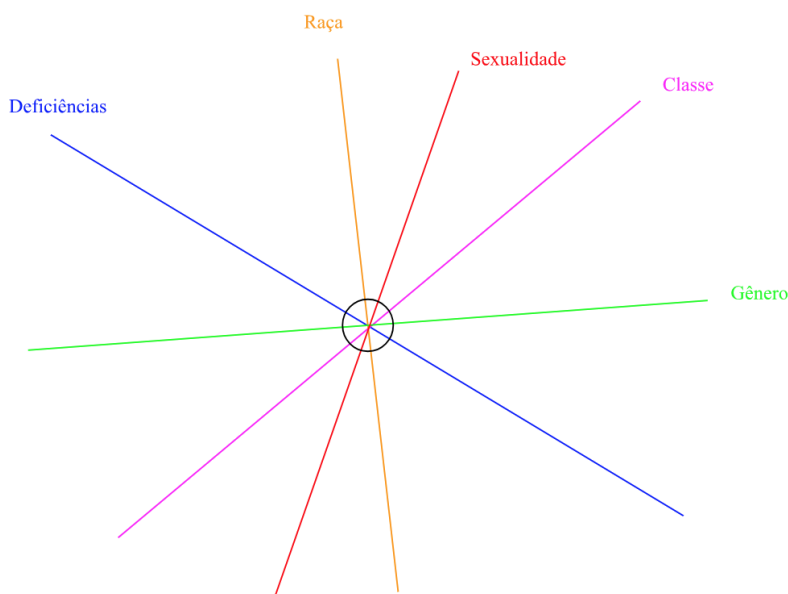
Diante disso, a inclusão se torna de suma importância, uma vez que, é por meio dela que a defesa dos direitos de que todas/os/es possam participar da sociedade de forma que suas singularidades sejam reconhecidas se torna uma realidade. Posto os diversos ocorridos com os povos indígenas, a inclusão é necessária para superar obstáculos e levar a valorização das culturas, cosmologias e territórios indígenas no país. Sendo que a inclusão educacional vem como um método de superação, bem como uma potencialidade para eles. A inclusão, advinda dos estudos de e para pessoas com deficiência pode ser empregada também em outras discussões, para poder compreendermos melhor as constituições identitárias de diversas/os sujeitas/os/es e como se dá o processo de inclusão social destes.

Após discorrer sobre inclusão, nesse momento, buscaremos pontuar a interseccionalidade, suas abordagens e sua importância para o reconhecimento das identidades indígenas, principalmente nas universidades brasileiras. A interseccionalidade é uma categoria de análise, quicá recente, e possui sua emergência no movimento feminista negro e no movimento feminista lésbico, organizado ao final da década de 1970 e 1980, conforme cita Piscitelli (2008). Ainda para a autora, a nomeação e articulação entre os conceitos de raça, gênero e sexualidade foram de suma relevância para que se questionasse a

exclusão desses marcadores sociais da diferença nas teorias feministas até então elaboradas, que mais tarde seria chamado de feminismo branco.

Diante disso e a priori, a interseccionalidade vem como, segundo Akotirene (2018), um método de abarcar as vivências e suas intersecções que perpassam, em especial a uma mulher negra, nesse momento histórico. Akotirene disserta que a interseccionalidade tem como objetivo dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade de marcadores sociais da diferença de raça/etnia, gênero, classe, sexualidade, deficiências, escolaridade etc., a autora ainda abraça crítica às consequências do capitalismo, colocando assim, esses marcadores sociais da diferença como avenidas identitárias, que quando se cruzam, se interagem, produzem identidades. Sendo que, a partir da perspectiva de Akotirene (2018), podemos observar os eixos de opressão, como por exemplo, relações de machismo e/ou de racismo. Esse cruzamento, ou ainda, a interseccionalidade pode ser exemplificada da Figura 1 abaixo.

Figura 1 - Representação da interseccionalidade



Fonte: arquivo e produção pessoal.

Conforme anteriormente citado, a interseccionalidade possui algumas abordagens e neste momento, iremos perpassar pela abordagem e/ou leitura sistêmica, como fins de discorrer sobre a abordagem metodológica, entretanto, não iremos nos aprofundar, dado que a pesquisa em questão opta pela leitura construcionista da interseccionalidade. Posto isso, a abordagem sistêmica da interseccionalidade, ou ainda, os cruzamentos das subordinações (racismo, sexismo, patriarcalismo etc.), criada pela teórica e advogada Kimberlé Crenshaw (2002), são formas de capturar as consequências da interação entre esses eixos de subordinação, uma vez que esta possibilitaria gerar uma superposição de opressões, sendo assim, quando confluídas as avenidas, uma mulher seria oprimida. Um exemplo dado pela autora é o caso de violências e opressões sofridas por mulheres *dalit*⁴⁶ na Índia.

Apesar de Kimberlé Crenshaw se ater às graves violações de direitos humanos, para Piscitelli (2008), essa abordagem possui algumas lacunas, uma vez que, segundo a autora, ela une diferença com desigualdade, coloca gênero, raça e classe como sistemas de dominação, determinando que as identidades sejam vinculadas aos efeitos da subordinação social, bem como coloca o poder como algo que é exclusivo de algumas sujeitas/os/es e não considera que as relações de poder são mutáveis e que pode haver resistência, indo à contramão do pensamento de Foucault.

Antes de analisar a abordagem construcionista, gostaríamos de fazer um breve parêntese sobre o que se entende por poder segundo Foucault. Para ele, o poder é definido não como uma entidade, ideia ou identidade teórica ou algo exclusivo de determinada pessoa ou entidade, na realidade, o poder é uma prática, que pode ser exercido por qualquer sujeita/o/e, sendo que esse poder implica em saberes. Sendo assim, mesmo que o Estado exerça a biopolítica, disciplinarização, vigilância e opressões, sempre haverá resistência, uma vez que a população também exerce poder dentro da lógica social (Foucault, 1987; 1979).

Posto isso, voltemos a Piscitelli (2008), para discorrer sobre a abordagem construcionista de Anne McKlinton e Avtar Brah, que tem como objetivo principal destacar os aspectos dinâmicos das identidades sociais e lutar contra a hegemonia vigente. Conforme a autora, na abordagem em questão, traçam-se distinções entre as categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, preenchendo (ou ainda, diferenciando) a lacuna de Crenshaw,

⁴⁶Sujeitas/os/es *dalit* são integrantes de uma casta da Índia, a qual não é bem vista socialmente, sendo elas/es consideradas/os impuras/os, por isso “devem” ser oprimidas/os. Fonte: https://www.360meridianos.com/especial/como-funciona-o-sistema-de-castas-na-india#Castas_indianas_Como_vivem_os_Dalits_os_intocaveis. Acesso em: 03 nov. 2022.

colocando uma separação entre diferença e desigualdade. Nessa perspectiva, as/os/es sujeitas/os/es possuem possibilidades, colocando assim as categorias como algo para além de exclusivamente limitantes.

Conforme Piscitelli (2008), Brah e McKlintock não isolam as experiências de raça, etnia, gênero, classe etc., mas sim analisam as relações entre as mesmas, tornando-as assim, articuladas e capazes de realizar mudanças, ou ainda, agências. Diante disso, a mulher negra, segundo a proposta Brah e McKlintock, possui uma produção cultural única e que a torna capaz de superar as opressões vividas, uma vez que a diferença nem sempre é um marcador de hierarquia e que ela também exerce poder.

Posto isso, podemos dizer que a interseccionalidade em sua maioria é marcada por raça/etnia, gênero e outras categorias, sendo assim, ela faz parte do processo de assujeitamento de sujeitas e sujeitos indígenas. Cabe frisar que o processo de assujeitamento, ou de constituição identitária pode ser entendido como um processo que, para Fonseca (2012), se relaciona com sujeitas/os e a expressão foucaultiana “si”, ou seja, a noção de subjetivação e de assujeitamento vem antes do entendimento de sujeita/o/e, e está relacionada com a relação a si, ou ainda, nas possibilidades de vida em sociedade. Sendo assim, ser uma sujeita ou sujeito é um processo, mutável e inacabado que está em constante relação com a vida em sociedade.

Retomando a questão das identidades indígenas, após compreender as abordagens da interseccionalidade, entende-se que as suas identidades são únicas e que mesmo perante a opressões, por ser, por exemplo, uma mulher indígena bissexual, essa sujeita por meio de sua identidade, pode superar os eixos de opressão, sendo resistência em espaços de inclusão previamente definidos, como o do Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciaturas Interculturais Indígenas (ProLind), ou ainda, por meio de sua produção identitária, criar espaços de inclusão.

A interseccionalidade é algo fortemente presente nas universidades brasileiras, tanto públicas quanto privadas, uma vez que diversas/os/es sujeitas/os/es ocupam esses espaços, e no que se diz respeito aos corpos indígenas, encontramos um exemplo de interseccionalidade, devido a massiva presença de mulheres indígenas. Conforme Molina e Ribeiro (2021), elas contabilizaram mais de 17 mil no ano de 2018. Sendo assim, a interseccionalidade é de suma importância para que possamos nos compreender identitariamente e, com isso, criar, ou ainda, incluir as mais diversas identidades dentro do que se entende por sociedade.

Ainda no que diz respeito a interseccionalidade, a mesma é rica em abordagens e possibilita diversas análises sobre as/os/es sujeitas/os/es por meio da abordagem

construcionista e da abordagem sistêmica. Sendo que a interseccionalidade, advinda dos movimentos sociais é um marco e verdadeiro divisor de águas nos estudos antropológicos e culturais, bem como na luta pelo reconhecimento da "diversidade" de identidades e principalmente, na consolidação de um feminismo negro, responsável por emancipar socialmente diversas mulheres, criando portas para o acesso de diversos espaços de poder.

Após exposto o entendimento de inclusão e de interseccionalidade, vamos, neste momento, dissertar, de forma breve como se deu/dá o processo de inclusão de corpos indígenas nas universidades, perpassando também pela interseccionalidade uma vez que existem identidades plurais nesse contexto.

Entretanto, a presença em si de corpos indígenas nas universidades brasileiras se tornou massiva após os anos de 2010 e a conclusão dos cursos ainda é algo “novo”. Para Vianna, Ferreira, Landa e Urquiza (2014) essa inclusão se dá devido a mobilização que culminou na lei de cotas, no ProUni, incentivo ao acesso nas Licenciaturas Plenas Interculturais e na criação de projetos de concessão de bolsas sociais/indígenas, em universidades privadas, principalmente na região Centro-Oeste do Brasil. Ou seja, a inclusão indígena é um processo deveras tardio em comparação, por exemplo, à inclusão de mulheres brancas nos bancos das universidades brasileiras, que se deu no ano de 1879.

Diante disso, observa-se que a inclusão indígena tem se dado majoritariamente de modo interseccional, uma vez que valoriza as produções identitárias dentro do contexto intercultural, ela também é interseccional, pois nas Licenciaturas Plenas Interculturais, encontra-se corpos de diversas etnias, gêneros, regiões do estado (MS, no contexto desta pesquisa), idades, sexualidades e demais marcadores que possam emergir. Podemos pontuar que a articulação para o acesso, inclusão e permanência de mulheres, homens e outras identidades de gênero indígenas, são resistência às opressões perante a norma.

Cabe ainda ressaltar que a ideia de uma identidade interseccional para os corpos indígenas é algo que, por décadas, foi considerado impossível. Hodiernamente, o movimento de se posicionar socialmente e politicamente como membro⁴⁷ da comunidade LGBTQIAPN+⁴⁸ têm-se tornado cada vez mais recorrente e com isso, diversas/os/es indígenas expressam suas identidades de gênero e sexualidade publicamente e com isso, diversos discursos como: “não sabia que existia indígena *gay!*” e “mulher indígena trans? isso não é possível” vêm à tona. Uma vez que a concepção de “índio universal” ainda se faz

⁴⁷O uso da linguagem neutra aqui, vem como posicionamento social, tendo em consideração que reconhecemos a importância do uso da mesma, bem como valorizamos sua utilização nos mais diversos espaços.

⁴⁸A sigla representa as seguintes identidades: Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Transexuais/Travestis/Transgêneros, *Queers*, Intersexos, Assexuais/Agênero, Pansexuais, Não-binários.

presente na sociedade, ou seja, a corponormatividade também perpassa pela pluralidade identitária indígena, levando a opressões, mas também a uma produção cultural única. Essas “consequências” não escapam no espaço universitário e é comum observar esses movimentos nas universidades brasileiras.

Retomando a questão da agência, a mesma pode ser definida como uma característica performativa de significado político, segundo Neiva Furlin (2014), sendo que a/o/e sujeita/o/e se configura como resistência, ela/e se torna agência. Diante disso, a agência, ou ainda, a possibilidade de agência, é a capacidade de ação e encontra-se em meio da sujeição e da subordinação, ou seja, é a mudança que se dá dentro de uma norma e/ou dinâmica social de relações de poderes, sendo que o grande motor da agência é o desejo, que pode ser entendido como uma força inovadora, o impulso a mudança que é mutável, que são possibilidades de novas condições. E mesmo que a agência não altere totalmente uma norma, uma vez que ela possui limitações, ela continua sendo resistência (Furlin, 2014).

Em suma, entende-se que, mesmo que a inclusão de corpos indígenas seja algo recente historicamente, esse processo não deixa de ser uma agência, ou ainda, as sujeitas e sujeitos não deixam de serem agência, posto que estão indo contra a norma da corponormatividade e dos discursos de corpos de menor valor. E em relação a intersecção de suas identidades, a mesma é cada vez mais uma realidade, posto que o número de autodeclarados como indígenas sobe a cada ano e que diversas etnias e gêneros adentram o campo universitário e essa movimentação tem contribuído expressivamente para o compartilhamento de saberes nas universidades brasileiras, uma vez que as identidades e saberes indígenas possuem uma produção cultural única e enriquecedora.

Diante disso vemos quão incrível é a sabedoria/memória ancestral e como ela vem sendo uma solução para o presente e será para um futuro. Sobre ancestralidade, podemos ainda relacionar a fala de Krenak (2019, p. 09) com o abordado acima, que diz, "se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos".

Podemos ainda pontuar que ambos conceitos até aqui trabalhados (inclusão e interseccionalidade) e suas ramificações são muito importantes para compreendermos o processo de inclusão dos corpos plurais indígenas nas universidades brasileiras nos mais diversos cursos, sendo eles interculturais ou não, uma vez que a presença de indígenas é agência em ambos os espaços, uma vez que estes, por diversas vezes são vistos como corpos de menor valor em nossa sociedade, mas é fato de que seu acesso e permanência em instituições de ensino superior soma no processo de compartilhamento de saberes, tendo em

vista que suas identidades são responsáveis por produções culturais e mesmo que haja opressões, sua resistência e agência é uma realidade.

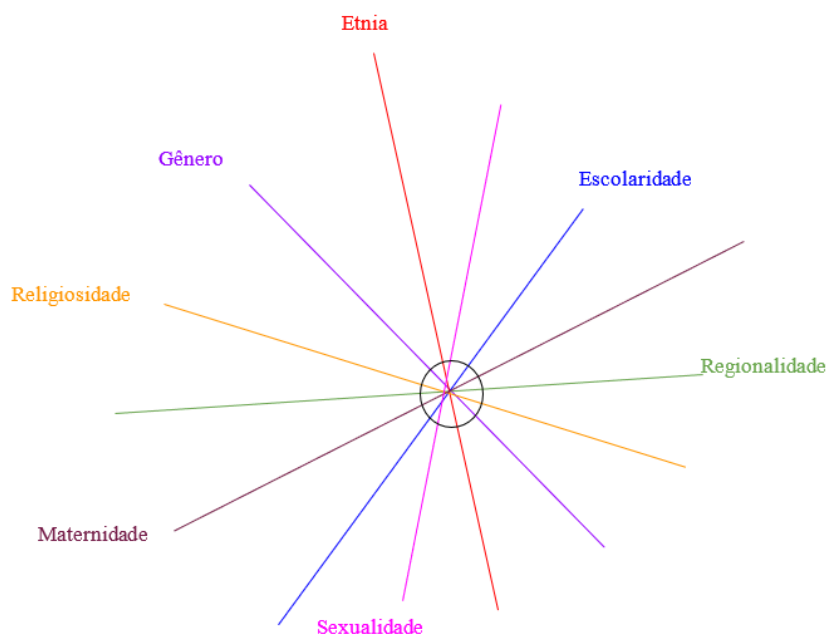
No próximo capítulo, buscamos analisar as constituições identitárias das acadêmicas indígenas mulheres, suas narrativas e desdobramentos, por meio de entrevistas semiestruturadas.

4 "EU AMEI TE CONHECER, AMEI FAZER ESSA ENTREVISTA, CONVERSAR COM VOCÊ, É MUITO BOM SER OUVIDA ASSIM"⁴⁹: AS INTERSECÇÕES PRESENTES NAS ENTREVISTAS

O objetivo do capítulo em questão é analisar as constituições identitárias percorridas pelas acadêmicas indígenas mulheres, matriculadas nos cursos de Licenciatura Plena Intercultural Indígena, ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Campus de Aquidauana (CPAQ/UFMS). Para tanto, realizamos entrevistas semiestruturadas⁵⁰, que, conforme citado no capítulo um desta pesquisa, nos possibilitou observar a espontaneidade que escapa do que se é pré-estabelecido ao ir para o campo.

Podemos também exemplificar, por meio da Figura 2, quais foram as intersecções presentes, a fim de ilustrar didaticamente o processo de constituição identitária e como esta ferramenta foucaultiana está amplamente ligada com a perspectiva analítica da interseccionalidade.

Figura 2 - Intersecções presentes na pesquisa



Fonte: arquivo e produção pessoal.

⁴⁹Narrativa de Yara, mulher cis de 56 anos e pertencente a etnia Terena.

⁵⁰Ver Apêndice 1.

Cabe ressaltar que estamos compreendendo a maternidade como um marcador social da diferença, haja vista que os discursos que a permeiam, por diversas vezes, capturam as trajetórias de vida das mulheres cis⁵¹, das mais diferentes faixas etárias. Sendo que este, perpassa por diversos deslocamentos históricos e culturais, que serão melhores aprofundados no próximo momento (4.1). Buscaremos nos ater nas narrativas que permeiam o maternar dentro de culturas indígenas, uma vez que compreendemos as alteridades engendradas nestes contextos.

4.1 "Será que eu tô fazendo errado?"⁵²: as mães indígenas universitárias

Durante a entrevista com a Nina, quando perguntada se gostaria de colaborar com mais alguma narrativa sobre sua identidade/perfil, ela me contou uma breve história do início de sua jornada acadêmica, que enfatizou a relevância da maternidade e sua relação com a vivência na universidade:

[..] como mãe né, [...] eu sou uma mãe, cinco filho, então eu separei do meu esposo (três filhos do primeiro casamento e do atual, tenho dois bebê), então, pra mim era muito difícil, pra mim eu não tinha mais... assim, pra mim, eu não tinha mais chance de estudar, já tava com 30 ano, então, eu pensei assim... não tenho mais chance pra mim, entendeu? por que eu só era beneficiado do governo, que é o Bolsa Família, então eu via meus filhos na necessidade, então, tipo, eu procurei um meio de fazer vestibular, a bolsa ajuda bastante né, mas eu, vou fazer mas não interessada na bolsa, não né, eu pensei assim... em me formar e ter um recurso melhor pros meus filho, porque não é fácil você morar na aldeia, é e ver seus filho passando necessidade e [...] porque até pensei de desistir né, porque meu bebê era pequeno, tava com oito meses, mamando ainda, aí a professora falou que não tinha como eu trazer, porque nós não tinha alojamento ainda, então eu pensei né, eu vim a primeira vez e eu deixei o meu filho prá trás e ele teve de parar de mamar, mamou de mamadeira, quando eu cheguei aqui, eu pensei no meu filho depois né, eu falei assim "será que eu tô fazendo errado?", pensei né, depois que eu voltei para casa, eu pensei em desistir porque não é fácil você deixar seu filho lá, pequenininho, que mama peito né [...] mas eu falo pras mulherada agora, que tem filho, "pensa muito bem antes de desistir", que não é fácil você entrar aqui né, cê se inscrever [...] é assim mesmo, filho da gente é o único que pode te dar força mas pode ao mesmo tempo tirar, sabe, você tem que deixar, pra você ter, conquistar alguma coisa, se você tem filho, você tem que deixar o seu filho, mas com o coração partido né, porque seu filho é, tira seu pedaço se acontecer alguma coisa com

⁵¹Pontuamos que os discursos da maternidade permeiam as vidas de mulheres cis, brancas/indígenas/negras/asiáticas e outras possíveis identidades etnico-raciais, assim como permeiam mulheres de diferentes identidades de sexualidade, diferentes gerações e outros possíveis marcadores sociais da diferença.

⁵²Narrativa de Nina, mulher cis de 36 anos e pertencente a etnia Terena.

ele, eu falo que eu tenho cinco filhos, mas todos eles são especiais pra mim [...].⁵³

Pensar em maternidade e discorrer sobre essa temática é de fato complexo, haja vista que a maternidade é uma experiência única para aquela/aquele que opta, ou não presenciá-la. Devemos ressaltar que a maternidade também é perpassada pelas intersecções de raça/etnia, gênero, idade e escolaridade. Segundo Raquel Souza e Augusta Alvarenga (2017), os discursos sobre maternidade estão em constante mudança, mas as transformações sociais e as manifestações feministas, durante o século XX, foram determinantes para novas formas de observar e analisar a maternidade. Ainda conforme Souza e Alvarenga (2017), a raça/etnia e a classe social imbricam o entendimento individual e coletivo de maternidade, sendo assim, pensar em maternidade é pensar em interseccionalidade.

Entretanto, ao pensarmos em diferentes formas de compreensão e vivência sobre maternidade, e que esta varia de acordo com a cultura e tempo, devemos levar em consideração o recorte específico da etnia em questão (Terena), para discorrermos sobre o assunto, haja vista que o discurso acerca da maternidade apareceu de forma latente nas narrativas das entrevistadas Terena. De acordo com a autora indígena Lindomar Sebastião (2012), a maternidade Terena possui as seguintes características, ela ocorre cedo, ou seja, a partir dos 15 a 18 anos, as meninas já se tornam mães, antes e pós o parto é de costume que as mulheres se banhem com folhas de algodoeiro, que, segundo suas crenças, aumentam a produção de leite materno. Outra característica interessante do materno⁵⁴, ainda para a autora, é a solidariedade entre as mães no contexto Terena, segundo ela, mães que sofrem de insuficiência de produção de leite tem suas/seus filhas/os/es amamentadas/os/es por outras mães, assim como também priorizam a amamentação acima de olhares julgadores, ou seja, alimentam sua criança em qualquer local, pois existe um pensamento de que a criança e sua fome são mais importantes.

Ainda podemos relacionar o marcador social da diferença maternidade, com o marcador social da diferença geração, uma vez que, tanto Nina, quanto Laura citam como este perpassam por suas culturas e trajetórias. Além do mais, observamos que as idades de nossas entrevistadas foram bem variadas: Maria, 23; Nina, 36; Ynara, 35; Juli, 33; Mayara, 48; Alice, 29; Suyane, 44; Yara, 56; Laura, 20; Helena, 28; Liz, 24 e Maya, 41. Entendemos que as ideias sobre geração estão amplamente relacionadas com os contextos culturais, geográficos,

⁵³Narrativa de Nina, mulher cis de 36 anos e pertencente a etnia Terena.

⁵⁴Compreendemos materno, nesse contexto, como a experiência e as características de se ter filhas/os/es de acordo com os escritos de Sebastião (2012).

históricos e com as relações de poderes, conforme cita Eduardo Meza (2022). Sendo assim, os conceitos sobre geração e seus desdobramentos estão em constante movimento, uma vez que, os discursos também se movimentam.

Dessa forma, entendemos que, as narrativas de que "com mais de 30 anos não existem chances para o estudo e para profissionalização", ou ainda "não ter filhas/os/es ou engravidar depois dos 18 anos" nos apontam o deslocamento identitário de nossas entrevistadas. Haja vista que a maioria delas estão cursando sua primeira graduação "mesmo com mais idade" e atualmente reconhecem a possibilidade de estudar e continuar estudando, apesar de que, haja uma certa norma vigente a cerca da idade "certa" para ingressar na universidade, fato que não as captura. Assim como a maternidade e a idade para o casamento se deslocam nesses contextos e podemos atrelar este com o emergir das trajetórias universitárias em suas vidas.

Retomando a maternidade e em paralelo entre Sebastião (2012), e o relato de Nina, que citou diversas vezes questões atreladas a maternidade, podemos pontuar que, conforme a autora, a tarefa da mãe Terena é de educar, proteger, salvaguardar de sua saúde, transmitir saberes tradicionais e formar suas/seus filhas/os/es, uma vez que, é comum que em suas comunidades, elas passem mais tempo com as crianças, enquanto seus parceiros buscam trabalho em contextos rurais. Isso pode ser observado quando Nina se pergunta se estava sendo uma boa mãe, se estava agindo de forma "correta" ao priorizar seus estudos e também quando diz que: "[...] filho da gente é o único que pode te dar força mas pode ao mesmo tempo tirar [...]"⁵⁵.

Sua narrativa também reforça a tarefa da mãe Terena quando a mesma diz que a motivação para a escolha do curso não estava somente em seu sucesso ou independência financeira, mas sim, acima de tudo, em uma busca por dar melhores condições de vida às suas/seus filhas/os. Demonstrando assim, que a maternidade não é somente importante, mas é algo que faz parte dela, de forma cultural, sendo mais que um hábito ou momento de vida, é um traço seu, transmitido de geração em geração.

Como anteriormente citado, a concepção de maternidade varia de acordo com o tempo e com a etnia/cultura. Entretanto, em entrevistas com participantes de outras etnias, mesmo que em sua maioria sejam mães, o discurso sobre maternar não apareceu de forma tão latente em comparação com mulheres Terena. Estas apenas citaram que são mães, respondendo uma das perguntas do instrumento de pesquisa. Outro exemplo da relevância e das características

⁵⁵Narrativa de Nina, mulher cis de 36 anos e pertencente a etnia Terena.

do maternar Terena se encontrou nas narrativas de Ynara, de Juli e de Yara, quando perguntadas sobre a motivação para a realização do curso:

[...] por conta dos meus filhos, para dar sustento melhor, uma vida de qualidade e ter uma formação acadêmica [...].⁵⁶

[...] uma melhoria financeira e de vida para os seus filhos [...].⁵⁷

Alcançar meu objetivo, de dar mais condições pro meus filho, até porque se acontece alguma coisa com os nosso filhos a gente vira uma onça né [...].⁵⁸

Ainda sobre a maternidade Terena, gostaríamos de destacar algumas narrativas de outras participantes, em resposta a outras perguntas que também demonstram as características do maternar Terena. Como na narrativa de Suyane, quando perguntada sobre como ela se percebe enquanto mulher em sua etnia e ressalta que a mulher indígena Terena é mãe, ou seja, traço identitário:

[...] A gente que é mulher indígena, a gente luta muito, como todas as outras, no geral! É casa, família, é esposa, é mãe. Na minha opinião, a mulher Terena é uma mulher de luta, correr pelo seus objetivos, principalmente pelo nossos filhos, a gente se desdobra pelos filhos né, para eles conseguirem algo na vida né também [...].⁵⁹

No mesmo eixo, a narrativa de Laura, mulher cis que não possui filhas/os/es, quando perguntada como as mulheres de sua etnia são percebidas, dentro e fora de sua comunidade, ela disse:

[...] A mulher indígena em um antepassado, voltando lá atrás, as mulheres indígenas não chegava a terminar o estudo, quando ela tinha uns 15, 14 ela já casava e acabava tendo filhos e não ia mais para escola, e também não tinha essa possibilidade de ter uma escola dentro de comunidade indígena e essa que é a mentalidade que as pessoas de fora vê das mulheres indígenas, "nossa lá elas casam cedo, então elas não conquistam nada"[...].⁶⁰

Gostaríamos também de destacar a narrativa de Alice, mulher cis que não possui filhas/os/es, uma vez que seu discurso, assim como o de Laura, demonstra que a identidade da mulher indígena Terena não é algo fixo, mas sim, está em constante movimento⁶¹, conforme

⁵⁶Narrativa de Ynara, mulher cis de 35 anos, pertencente a etnia Terena.

⁵⁷Narrativa de Juli, mulher cis de 33 anos, pertencente a etnia Terena.

⁵⁸Narrativa de Yara, mulher cis de 56 anos e pertencente a etnia Terena.

⁵⁹Narrativa de Suyane, mulher cis de 44 anos e pertencente a etnia Terena.

⁶⁰Narrativa de Laura, mulher cis de 20 anos e pertencente a etnia Terena.

⁶¹Ressaltamos que, não nos cabe fazer qualquer tipo de juízo de valor sobre a temática, dizendo se é melhor ou pior ser mãe, ou se as jovens que repensam sobre são melhores ou piores do que as mulheres mais velhas que já

dito por Hall (2020). Quando perguntei a Alice se a mesma possuía filhas/os/es a mesma disse que não, mas eu, Ana Luiza, fiquei curiosa para saber o que ela pensava sobre maternidade e tomei a liberdade de perguntá-la se tinha vontade de ter filhas/os/es e ela me disse: [...] às vezes não, pois sei do peso da maternidade e levo isso em consideração [...].⁶²

Ela ainda ressaltou a relevância da maternidade na vida das mulheres Terena, quando perguntada como ficou sabendo do curso e relatou o momento que descobriu que foi aprovada no vestibular:

[...] eu fiquei muito feliz! eu vou fazer o curso aqui, do lado da minha família, passou a semana longe, não faz muita diferença, porque pra mim, como eu te falei, eu não tenho filho, não tenho nada que me prenda, as vezes meu esposo cuida da casa, ou às vezes tá trabalhando, nem fica em casa, então é suportável (arfa) [...].⁶³

Além do mais, pudemos observar um certo deslocamento no que se diz respeito as relações de gênero quando ela pontua que seu esposo cuida da casa, uma vez que, dentro de seu contexto cultural (também recorrente em outras culturas), por diversas vezes, as chamadas "tarefas domésticas" estão atreladas como afazeres realizados por mulheres. Podemos pensar que esse deslocamento identitário de homens pode estar relacionado com os deslocamentos indentitários de mulheres, uma vez que a autora indígena Lindomar Sebastião (2012), afirma que as mulheres Terena, em períodos mais atuais, têm buscado estudos em nível superior tal qual, têm buscado exercerem lideranças em suas associações e comunidades.

Dentro da temática da maternidade, ainda é importante destacarmos a relação desta com o contexto universitário. Como já observado nas narrativas anteriores, para muitas das participantes, ser mãe e universitária possui diversos desdobramentos⁶⁴, haja vista a responsabilidade de ambas as "tarefas", tal qual, isso faz parte de suas constituições identitárias. Sebastião (2012), cita que quando a mãe Terena precisa se ausentar de sua comunidade, é comum que as avós maternem suas/seus netas/os/es, entretanto, sabemos que

possuem filhas/os/es. Mas sim, nos cabe demonstrar que a identidade e as escolhas das mulheres estão em constante movimento, principalmente por conta dos discursos feministas e de outras possibilidades de se viver a vida.

⁶²Narrativa de Alice, mulher cis de 29 anos e pertencente a etnia Terena.

⁶³Narrativa de Alice, mulher cis de 29 anos e pertencente a etnia Terena.

⁶⁴Tomo liberdade para demonstrar o meu orgulho para com a minha mãe, que quando descobriu que estava grávida do meu irmão, trancou a sonhada faculdade, mas, aos 50 anos, teve coragem, mesmo diante de tantos desafios, de retomar seus estudos e hoje é formada. Assim como, quando eu era um bebê que precisava ser amamentada, ela me matriculou em uma escola próxima do seu trabalho e deixava de almoçar para me amamentar. Obrigada.

nem sempre essa realidade é possível, haja vista que algumas mães não podem ou não querem deixar suas crianças com as avós. O que nos leva a pensar sobre a importância de espaços de suporte para as mães dentro das universidades, para fins de equilibrar as suas trajetórias e de diminuir o índice de evasão de mulheres mães das universidades. Fato que ocorreu no *Campus* de Aquidauana, conforme dito por Nina e por Mayara, respectivamente:

[...] porque até pensei de desistir né, porque meu bebê era pequeno, tava com oito meses, mamando ainda, aí a professora falou que não tinha como eu trazer, porque nós não tinha alojamento ainda, então eu pensei né, eu vim a primeira vez e eu deixei o meu filho prá trás e ele teve de parar de mamar, mamou de mamadeira, quando eu cheguei aqui, eu pensei no meu filho depois né, eu falei assim 'será que eu tô fazendo errado?', pensei né, depois que eu voltei para casa, eu pensei em desistir porque não é fácil você deixar seu filho lá, pequenininho, que mama peito né, depois a professora Celma ligou pra mim (no ano passado - 2022), falando que tinha uma babá na universidade e ela pode ficar pra você (com o bebê), na hora que você entra na sala, então isso foi um alívio pra mim, parece que tirou um peso das costas assim, então eu fiquei toda feliz né, então ou trouxe o meu filho durante o ano passado inteiro daí isso deu uma oportunidade grande pra mim [...].⁶⁵

[...] ah, em relação ao curso eu vejo que os docentes respeitam muito as mulheres, até tem um, separam né as mães do alojamento para um lugar específico para as mães, então eu vejo que o curso tem um olhar diferente para com as mulheres, entendem né [...].⁶⁶

Posto a intersecção da maternidade, no próximo momento abordaremos a religiosidade dentro das comunidades das entrevistadas e como isso aparece em suas narrativas quando se referem às ações afirmativas para indígenas universitárias/os/es.

4.2 "Vou continuar estudando [...] se Deus quiser!"⁶⁷: a religiosidade das indígenas universitárias

Religiosidade, de acordo com Ewerton Dias (2012), pode ser entendida como um termo complexo que integra as experiências das/os/es sujeitas/os/es em suas buscas por encontrarem o sentido da vida, abarcando sentimentos, emoções, vivências, pensamentos, tradições, dogmas e símbolos para além daquilo que se é compreendido como religião, mas essas experiências são possibilitadas por uma religião. Dito isso, quando abordamos

⁶⁵Narrativa de Nina, mulher cis de 36 anos e pertencente a etnia Terena.

⁶⁶Narrativa de Mayara, mulher cis de 48 anos e pertencente a etnia Terena.

⁶⁷Narrativa de Suyane, mulher cis de 44 anos e pertencente a etnia Terena.

religiosidade, não estamos tratando da religião de cada participante da pesquisa, mas sim, da forma como a religiosidade de cada uma delas afeta suas narrativas durante as entrevistas.

Como anteriormente dito, o conceito de religiosidade é complexo e pensando nas diversas manifestações religiosas das etnias indígenas, devemos entender que estas são variadas e estão em constante mudança. De forma geral, a religiosidade, de acordo com Dias (2012), age profundamente na vida das/os/es sujeitas/os/es e cumpre um papel significativo diante de suas vivências, com isso, podemos dizer que ela, para muitas/os/es é uma intersecção expressiva nos seus processos de constituição identitária. Tornando-se assim, parte de sua identidade uma vez que seus comportamentos e discursos são influenciados pelas suas percepções religiosas. Com isso, podemos dizer que a religiosidade indígena é latente, independentemente da forma que se é manifestada, levando em consideração a pluralidade religiosa das/os/es indígenas, podendo seguir religiões de matriz indígena (cosmologias indígenas), religiões de matriz africana, religiões evangélicas, o catolicismo, o espiritismo e outras.

Foucault (1999) pontua a religião e a religiosidade como um discurso que também passa por um processo de produção. Segundo ele, a produção do discurso é controlada, selecionada, organizada e redistribuída, para fins de que os procedimentos associados aos seus poderes dominem acontecimentos aleatórios, esquivando assim, a materialidade terrível do discurso. Sendo assim, o discurso passa por um processo de ordenação, de exclusão, que destaca que não se pode dizer tudo, a interdição, a separação e a rejeição, que recusa a palavra da/o/e outra/o/e ou ainda, louca/o⁶⁸ e a vontade da verdade, que legitima o discurso e o impõe de modo universalista e excludente; de limitação, que se refere aos exercícios do discurso, com comentário, noção de autor/a/e e da ciência, que classifica os saberes; e de efetuação da imposição do discurso.

Foucault (1999) coloca as doutrinas religiosas e suas verdades, dentro da lógica dos discursos e de suas ordenações, o que nos leva a pensar que os discursos religiosos estão presentes dentro das relações de poderes e de saberes, que disciplinam e adestram os corpos perpassados pelo regime da verdade religiosa, trazendo assim, profundo impacto na constituição das/os/es sujeitas/os/es.

Dentro de nossa pesquisa, a maioria das participantes se declarou como evangélica, sendo que uma se declarou como evangélica não praticante, uma se declarou como sem

⁶⁸Para Foucault, com base em seus estudos na/da Psicologia, dentro do processo de ordenação do discurso, aquele que o produz, vê a/o/ outra/o/e como louca/o, como uma/um sujeita/o/e a ser excluída/o/e, o que levaria a desdobramentos de relações de censura.

religião, mas afirma já ter participado de uma comunidade evangélica, uma afirmou ser católica não-praticante e nenhuma afirmou participar de uma religião de matriz indígena de acordo com a respectiva etnia que pertence. Diante disso, devemos pensar sobre a influência de missionários evangélicos dentro de comunidades indígenas. De acordo com Fabíola Caldas e Antonio Brito (2012), os povos indígenas no Brasil passaram por diversas missões religiosas ao longo de suas histórias, inicialmente, por meio das missões católicas jesuítas, posteriormente pelos franciscanos e dominicanos e em tempos mais recentes, existe um processo que a autora e o autor chamam de colonização pela fé evangélica.

Conforme Caldas e Brito (2012), diferentemente das missões católicas, as missões protestantes possuem um cunho fundamentalista, pregando as/os/es jovens, adolescentes e criança o medo ao diabo e uma associação de que as práticas religiosas e culturais indígenas seriam relacionadas a essa figura pecaminosa, e que praticá-las traria infortúnios em forma de doenças e guerras, os impedindo de chegar ao reino dos céus.

Ainda para a autora e autor, estes utilizavam de princípios antropológicos para realizar cultos de salvação, como por exemplo, a ideia de manutenção étnica por meio da fé cristã para auxílio do relacionamento social; ideia de que a cultura é dinâmica e que existem traços negativos que podem ser cortados e os considerados positivos podem ser mantidos; noção de que evolução e progresso são almejados pelos povos indígenas e valorização da autodeterminação dos povos, tudo em nome de Deus. Além também de prestarem assistência por meio de comida, doações de roupas, itens de higiene pessoal e afins e prometem curas por meio de orações e bençãos. Tais práticas levam a desdobramentos como, em diversas comunidades, o fim das danças tradicionais indígenas, proliferação de igrejas dentro das aldeias, diminuição da violência nas comunidades, diminuição do uso de álcool e drogas ilícitas, realização de orações e utilização de jargões cristãos em português e apagamento ou inversão de traços culturais das cosmologias e hábitos de vida indígenas.

Diante disso, podemos observar que a fé cristã adentrou diversas comunidades indígenas em todo o país, realizando diversas atividades e mudanças socioculturais. Conforme uma das entrevistadas, quando perguntada sobre sua religião, Ynara, que reside na aldeia indígena de Lagoinha, afirmou ser evangélica e ainda ressaltou a seguinte informação: "a única aldeia sem Igreja Católica", e citou as denominações presentes na comunidade (Igreja Adventista, Igreja Batista, Assembléia de Deus, Igreja Uniedas e Igreja Unida)⁶⁹.

⁶⁹Narrativa de Ynara, mulher cis de 35 anos e pertencente a etnia Terena.

De acordo com Grazielle Acçolini (2001), a Uniedas (União das Igrejas Evangélicas da América do Sul) e outras igrejas denominações evangélicas possuem grande influência entre as/os/es Terena do Mato Grosso do Sul, incorporando, além da religião, categorias culturais e assimilacionistas da sociedade não-indígena. Para a autora, as missões evangélicas e pentecostais começaram no século XX dentro das comunidades Terena, instaurando uma ideia de progresso cultural para estas, influenciando no campo religioso, social e também político.

Pudemos observar, em nossa pesquisa, que boa parte das participantes citaram Deus, utilizaram jargões cristãos e algumas utilizavam de vestes e costumes⁷⁰ da Igreja Deus é Amor, Igreja Pentecostal e Assembleia de Deus. Fazendo parte de suas constituições identitárias, muitas das entrevistadas citaram Deus em contextos estudantis, de forma agradecer a Deus por ter bolsa, ou por ter conseguido adentrar na Universidade, ou ainda em contextos de vivências entre colegas e/ou na universidade, conforme podemos observar nas narrativas de Alice, de Suyane, de Laura, de Helena e de Maya:

[...] Graças a Deus! Isso me ajuda bastante [...] graças a Deus os meninos têm muito respeito⁷¹ e as mulheres se respeitam bastante também [...].⁷²

[...] e vou continuar estudando, não vou parar não, quando eu terminar, eu penso em fazer o Mestrado, se Deus quiser! [...].⁷³

[...] então, no começo, assim foi difícil, hoje em dia tem sido mais fácil, graças a Deus [...].⁷⁴

[...]eu vou sair do meu trabalho pra mim fazer a faculdade, eu decidi, eu optei, tô encarando, graças a Deus e hoje eu moro em Bonito (MS) com os meus pais [...] ainda bem que, graças a Deus os da etnia Terena acolheu muito bem eles [...] tô começando esse ano mas quero terminar esses quatro anos logo, se Deus quiser! [...].⁷⁵

[...] pra eu fazer inscrição, aí eu fiz, eu nem pensava que ia passar, tá aqui né, foi tudo por Deus mesmo, eu achava que eu não ia passar [...].⁷⁶

Com isso, observamos que a religiosidade é algo latente na vida dessas mulheres indígenas, fazendo parte assim da constituição identitária delas, pois foi citada em diversos contextos de vida, tal qual, apontamos que a presença das missões evangélicas em suas

⁷⁰Algumas das participantes, durante o momento da entrevista, utilizavam saias longas e cabelos compridos, hábitos/dogmas das igrejas citadas no corpo do texto.

⁷¹Cabe ressaltar que iremos realizar uma crítica a esse enunciado no próximo momento (tópico: 4.3 Gênero e sexualidade das/para as indígenas universitárias).

⁷²Narrativa de Alice, mulher cis de 29 anos e pertencente a etnia Terena.

⁷³Narrativa de Suyane, mulher cis de 44 anos e pertencente a etnia Terena.

⁷⁴Narrativa de Laura, mulher cis de 20 anos e pertencente a etnia Terena.

⁷⁵Narrativa de Helena, mulher cis de 28 anos e pertencente a etnia Kinikinau.

⁷⁶Narrativa de Maya, mulher cis de 41 anos e pertencente a etnia Kinikinau.

comunidades proporcionou desdobramentos profundos, haja vista que nenhuma das participantes se declarou como adepta a cosmologia de sua aldeia, e houve uma mudança de hábitos, denotado em suas narrativas, colocando até suas conquistas universitárias e melhorias de vida como mérito de suas fés.

Posto a intersecção da religião das entrevistadas, no próximo momento iremos delinear as questões de gênero e sexualidade para suas constituições identitárias.

4.3 Gênero e sexualidade das/para as indígenas universitárias

Quando pensamos em gênero e sexualidade, primeiramente, apesar de serem marcadores sociais da diferença que caminham juntos, devemos pensar e analisá-los separadamente, haja vista suas diferenças. Sendo que, dentro das questões que permeiam nossa sociedade, uma das mais relevantes para nos entendermos e nos relacionarmos, são gênero e sexualidade. Existem múltiplas pesquisadoras/os/es que estudam essa temática, como, por exemplo, Judith Butler, estudiosa *queer*⁷⁷ que questiona gênero, assim como, Michel Foucault, que dedicou boa parte de sua vida para os estudos de sexualidade.

Em crítica às categorias de identidade, Butler (2003) pontua que gênero não é um aspecto que vem de uma essência nem uma construção social, mas de uma produção do poder. A autora baseia-se em Foucault e em seu entendimento de poder, podendo ser definido não como uma “entidade”, “ideia”, mas sim uma prática. Com base nessa perspectiva, todas/os/es exercem poder, que também implica aos saberes produzidos por alguém.

Butler (2003) coloca que o gênero está para além do determinismo biológico do qual o conceito foi forjado, da mesma forma que vai além da constituição e de discursos culturais que diferem gênero por meio do corpo. Sendo um exemplo, o corpo que nasce com vagina ainda não é mulher e a expressão “ainda” não se dá por meio de determinismo biológico ou social, mas sim pelo *locus* do livre arbítrio de nossas escolhas em relação ao gênero, haja vista que este é volúvel. Em suma, o gênero está ligado com nossas práticas, que se desenvolve como ato performativo e se desloca para além dos binarismos ligados à cisheteronormatividade.

⁷⁷*Queer* é uma expressão inglesa, que pode ser traduzida livremente como "estranho/raro/ridículo/excêntrico", essa expressão com frequência era/é utilizada de forma pejorativa, para ridicularizar os comportamentos de pessoas homossexuais e trans, insulto que se tornou grito de força dos/nos movimentos LGBTQIAPN+, se tornando um sinônimo para aqueles que colocam-se contra a cisheteronormalização, ser e pensar *queer* é uma resposta crítica a um (cis)tema. Ver: <https://www.scielo.br/j/ref/a/64NPxWpgVkt9BXvLXvTvHMr/>.

Posto o entendimento de gênero, retornamos a Foucault para analisar o que é sexualidade, o teórico preocupou-se em entender as relações sociais, suas práticas e éticas, olhando a partir da genealogia e da arqueologia dos enunciados e dos discursos. Sendo assim, perpassando por diversos deslocamentos e constituições de saberes, como os discursos médicos e culturais, a sexualidade para Foucault (2008) pode ser entendida como um discurso de verdade sobre o sexo, ou seja, jogos de verdade construídos historicamente e que estão ligados à relação de poder, maneiras pela busca do prazer, que por diversas vezes, foi utilizada como controle da produção dos corpos, subjetividades, sendo assim, sexualidade é um exercício de poder.

Devemos ainda levar em consideração que as noções de gênero e sexualidade são mutáveis, possuem diversos desdobramentos, estão em constante movimento e variam de acordo com o tempo e espaço. Sendo assim, devemos considerar que esses marcadores sociais da diferença mudam de acordo com a etnia e idade de cada sujeita entrevistada, haja vista os desdobramentos sociais e as relações de poderes engendradas em suas comunidades e trajetórias de vidas. Sabemos que as mulheres indígenas são sujeitas essenciais para as articulações de seus direitos e de seus parentes⁷⁸ e que, em diversas comunidades, elas são a força motora da aldeia, posto isso, iremos observar que as relações/conexões de gênero nas narrativas das entrevistadas, o que elas pensam sobre o assunto e como a sexualidade e o casamento são dispostos em suas constituições identitárias.

Dentre as doze participantes/entrevistadas, podemos observar suas autodeclarações de identidades de gênero e de identidades de sexualidade no quadro abaixo:

Quadro 4 - Autodeclarações de identidades de gênero e de identidades de sexualidade

Sujeita:	Autodeclarações de identidades de gênero:	Autodeclarações de identidades de sexualidade:	Outros comentários das entrevistadas
Maria, 23, Terena	Mulher cis	Hétero	"Mulher normal mesmo, mas tô descobrindo ainda."
Nina, 36, Terena	Mulher	Hétero	-

⁷⁸Expressão indígena utilizada para se referir a outra pessoa indígena, podendo ser de sua mesma etnia ou não. A utilização desta remonta a uma noção de coletividade e parentesco entre os povos indígenas, em resposta a antigas iniciativas que visavam segregá-los entre si.

Ynara, 35, Terena	Mulher	Feminina	-
Juli, 33, Terena	Mulher	Casada	-
Mayara, 48, Terena	Mulher	"Gosto de homem"	Ela perguntou: "Como assim? digo: "Você gosta de homens? mulheres?... e ela complementou "Ah, gosto de homem né? (ri)
Alice, 29, Terena	Mulher	Hétero/ Bissexual	"Eu sou abertamente heterossexual, mas eu sou bissexual, mas eu tenho que me assumir como hétero na minha comunidade que ainda é um tabu e eu sou casada com um homem, mas eu sou bi."
Suyane, 44, Terena	Mulher	"Gosto de homem"	"Gosto de homem mesmo (ri), gosto de mulher só por amizade mesmo (tinha dito a ela quais seriam as identidades de sexualidade)." Ela ainda disse que não via problema nenhum em responder perguntas assim
Yara, 56, Terena	Mulher	Não quis responder	-
Laura, 20, Terena	Mulher	-	"Ah, eu tô namorando"
Helena, 28, Kinikinau	Mulher	"Gosto de homem"	"Gosto de homem"
Liz, 24, Ofaié	Mulher	"Gosto só de homem mesmo"	"Como assim? (explico) "gosto só de homem mesmo"
Maya, 41, Kinikinau	Mulher	" Gosto de homem"	"Me identifico como mulher, gosto de homem mas sei de gente que gosta de mulher, de homem e a gente respeita a opção do outro."

Fonte: arquivo e produção pessoal.

Podemos observar que Maria, 23 anos, pertencente a etnia Terena, utilizou de um termo que se é mais recorrente em tempos atuais, a utilização da palavra cis, que indica que

aquela mulher e/ou homem se identifica e se aceita de acordo com o gênero biológico de seu nascimento. Entretanto, as demais participantes da pesquisa se identificam apenas como "mulher" fato que pode demonstrar uma não aceitação, familiarização e/ou conhecimento de outros gêneros, tais quais, mulher cis, mulher trans, homem cis, homem trans, mulher travesti, travesti e/ou trans travesti. Esses processos de aceitação, familiarização e/ou conhecimento de outros gêneros também estão atrelados a diversos motivos, tais quais, religião, escolha de concepção política, falta de discussões sobre o assunto no meio universitário, tabus e afins.

Ainda dentro das autodeclarações de gênero, faz-se necessário ressaltar as observações feitas pelas participantes sobre a temática. Maria, 23 anos, pertencente a etnia Terena, ao concluir suas autodeclarações disse: "Mulher normal mesmo, mas tô descobrindo ainda", a ambiguidade de sua frase possui diversos desdobramentos.

A utilização do termo "normal", nos demonstra certo julgamento acerca de outras identidades de gênero e sexualidade, podemos ainda pensar na noção de norma, para Foucault (1987). Norma é algo típico de uma sociedade disciplinar e pode ser aplicada a um corpo e age como um princípio de comparação e está atrelada a forma como uma/um sujeita/o/e se vê em relação a determinado grupo, possuindo um caráter altamente prescritivo, com isso, a norma age de forma que provoca ações homogeneizantes a ponto de exaltar as diferenças pensadas por meio de um referencial comunitário. Criando assim, um modelo de sujeita/o/e. Após definir a norma da sociedade disciplinar, se identificam as/os/es sujeitas/os/es normais e anormais, incluídos e excluídos, saudáveis e doentes, deficientes e não deficientes, heteroafetivos e homoafetivos, ricos e pobres, cis e trans, indígenas e não-indígenas e por seguinte.

Diante dessa norma, são ativados diversos dispositivos para que haja um processo de normatização dessas/desses sujeitas/os/es, dispositivos deveras violentos. Com isso, uma "mulher normal", de acordo com as relações disciplinares de "nossa" sociedade, seria uma mulher cis hétero, aquela que não é vista como anormal, ou ainda, de acordo com antigos catálogos da OMS (Organização Mundial da Saúde), aquela que não seria doente⁷⁹, que não é um CID (Classificação Estatística Internacional de Doenças).

Em sua narrativa ela ainda diz que "tá descobrindo ainda", o que indica uma certa abertura com relação às possibilidades de sexualidade. Diante disso, abordaremos os

⁷⁹Antes de 1999, a homossexualidade era considerada uma doença e em 2022, a transexualidade deixou de ser considerada uma doença. Ver: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/05/ha-30-anos-oms-tirou-homossexualidade-de-catalogo-de-disturbios.shtml#:~:text=Para%20a%20OMS%2C%20essas%20pessoas,de%20ser%20considerada%20uma%20doen%C3%A7a.>

discursos, identidades e seus deslocamentos no que se diz respeito a sexualidade das participantes. Como observado no Quadro 4, duas das entrevistadas se autodeclararam como heterossexuais, uma se declarou como feminina, uma se declarou casada, cinco disseram que gostam de homem, sendo que uma delas enfatizou o interesse afetivo/sexual apenas em homens. Uma delas afirmou ser bissexual não assumida, uma delas disse que está namorando, não deixando totalmente claro a sua identidade sexual e apenas uma das participantes preferiu não responder à pergunta.

Quando pensamos em sexualidade como um dispositivo devemos compreender que este, segundo Foucault (1989), envolve práticas discursivas e não discursivas, saberes, poderes, instituições, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas sobre o corpo, o ato sexual e seus prazeres. Com isso, a sexualidade é vista de forma individual e/ou coletiva, a partir de diversos enunciados vividos, interferindo e influenciando na forma como as constituições identitárias são formadas. Sendo assim, pensar em sexualidade é pensar coletivamente a partir de algo tão individual sobre nós mesmas.

Isso pode ser observado nas narrativas das participantes, haja vista que, em exemplo, Alice, mulher cis de 29 anos e pertencente da etnia Terena relatou: [...] Eu sou abertamente heterossexual, mas eu sou bissexual, mas eu tenho que me assumir como hétero na minha comunidade que ainda é um tabu e eu sou casada com um homem, mas eu sou bi [...].⁸⁰

De acordo com Beatriz Cruz, Maria Lima, Larissa Carneiro (2022), as compreensões e performances de sexualidades não-hegemônicas, são pautadas por meio de uma lógica binária e vinculada ao sexo biológico, gênero e desejo, esse binarismo recorrente tem como consequência relações de violências cisheteronormativas, algo que afeta pessoas bissexuais com frequência, a chamada bifobia, haja vista que, por diversas vezes sua sexualidade e gênero são consideradas como dissidentes, dentro e fora da comunidade LGBTQIPN+. Faz-se necessário ressaltar que a bissexualidade, ou ainda, as bissexualidades, está para além de sua designação binária indicada em sua nomenclatura, atualmente, segundo as autoras, entende-se que essa sexualidade se caracteriza pela atração por pessoas de gêneros específicos, mas não restringe a antiga lógica de "gostar de homens e mulheres (cis)".

Cruz, Lima e Carneiro (2022), também citam que a bifobia, ou ainda, as relações bifóbicas possui diversas faces, sendo que uma delas, é apresentada na narrativa de Alice, 29, Terena, quando relata que tem que se assumir como heterossexual em sua comunidade, que vê as bissexualidades como um tabu, esse tipo de relação bifóbica consiste na vigilância de

⁸⁰Narrativa de Alice, mulher cis de 29 anos e pertencente a etnia Terena.

performance das/os/es sujeitas/os/es bissexuais, que, por diversas vezes, se sentem coagidas/os/es para manterem relações monossexuais, que podem ser entendidas como um impedimento de assumir relacionamentos com pessoas de gêneros/sexualidades dissidentes.

Ainda falando sobre sexualidade, temos os enunciados "feminina"⁸¹ e "casada"⁸². Entendemos que a feminilidade é uma performance, sendo que a performance, segundo Daniel Kveller, Henrique Nardi (2022), consiste em uma repetição de comportamentos compostos por normas delimitadas em seu tempo e espaço, sendo algo internalizado de forma inconsciente e quando fugimos desses comportamentos, estamos sendo subversivos em relação à norma. A feminilidade, ou ainda, ser feminina, consistiria em performar o que nos é ensinado como feminino. Muitas vezes, o feminino é associado com a delicadeza, a cor rosa, suavidade, com os papéis de gênero impostos para mulheres cis (como engravidar, casar-se, criar filhos, obedecer ao marido, limpar a casa, cozinhar e afins.). Com isso, uma mulher feminina, em contexto do enunciado da Ynara, 35, Terena, seria uma mulher (cis) que é heterossexual e casada com um homem (cis), enunciado esse que acaba por replicar a monossexualidade, a hegemonia, a cisheteronormatividade. Neste mesmo contexto, estaria o discurso de Juli, 33, Terena, que afirmou ser casada.

Retomando aos enunciados de colocar o casamento e o namoro como identidade de sexualidade, podemos novamente nos aprofundar nos estudos foucaultianos. Michel Foucault, desenvolveu o conceito de dispositivos, para pensar e buscar compreender as relações de poder na sociedade. Para Foucault (1988), dispositivos são conjuntos complexos de práticas, instituições, discursos, leis e tecnologias que estruturam e governam os comportamentos e as relações sociais. Os dispositivos são específicos a cada contexto histórico e social e podem variar, eles atuam como meios de controle e regulamentação, exercendo poder e influência sobre as/os/es sujeitas/os/es, constituindo suas identidades, determinando quem é/são e quem é louca/o, o que é aceitável e inaceitável dentro de determinados contextos. Cabe ainda ressaltar que os dispositivos não são monolíticos e fixos, mas sim, estão em constante transformação, eles são desdobramentos de relações de poderes em constante mudança.

Dito isso, Foucault (1988) coloca para nós o dispositivo da aliança, que pode ser entendido como um dispositivo que busca o equilíbrio interno, independente das mudanças exteriores, um refúgio que busca um vínculo privilegiado com o direito social, ou seja, o dispositivo da aliança superpõe o dispositivo da sexualidade, criando laços e lógicas de

⁸¹Narrativa de Ynara, mulher cis de 35 anos e pertencente a etnia Terena.

⁸²Narrativa de Juli, mulher cis de 33 anos, e pertencente a Terena.

transmissões geracionais de bens e de nomes⁸³, colocando assim, os corpos dentro da lógica da biopolítica. Dentro do dispositivo da aliança, podemos pensar nos laços de matrimônio e de namoro, encontrados nas narrativas das nossas entrevistadas, algo que está priorizado, sobreposto em seus discursos sobre sexualidade.

Outro discurso a ser analisado, é a frequência do termo "respeito" nas narrativas das entrevistadas, principalmente no que se refere às relações de gênero. Embora o respeito seja geralmente considerado um valor positivo e desejável nas interações sociais, é importante refletirmos criticamente sobre como essa noção pode ser interpretada e aplicada, ou seja, é uma noção relativa. Maria Rita César, André Duarte e Jamil Sierra (2013), recorrem às diferentes formas de governamentalidade e suas relações de poderes para discorrer sobre essa temática, segundo a autora e os autores, em determinados contextos, a ideia de respeito pode ser utilizada como uma forma de imposição de normas sociais hegemônicas sobre grupos considerados minoritários pelo poder estatal. Isso pode levar à relações opressivas e à violação dos direitos desses grupos, sob o pretexto de "respeitar" suas identidades, que se proliferam e se transformam a cada dia, haja vista que as alianças entre os movimentos sociais (grupos considerados minoritários) e o Estado (poder estatal), nunca se consolidam de fato, pois sempre podemos observar avanços e recuos na relação do Estado com os movimentos sociais.

Ainda para César, Duarte e Jamil (2013), podemos observar que a política brasileira é marcada pela consolidação de direitos e ações afirmativas por meio da organização das militâncias em torno das suas identidades, as quais se concebem como sujeitas/os/es e que reivindicam pelos seus direitos⁸⁴. Criando assim uma dinâmica político-social em que essas/es novas/os sujeitas/os/es de direito reivindicam direitos individuais e coletivos, com isso, essa nova dinâmica abre espaço para riscos, principalmente o risco do respeito que surge diante da normatização dessas identidades na sociedade, perdendo assim, a força crítica em determinados espaços e relações.

Partindo do respeito e retomando as relações de gênero, podemos ainda observar seus jogos nos discursos das entrevistas em contextos dentro e fora da universidade. Dito isso, gostaríamos de destacar as relações de gênero dentro das etnias Kadiwéu, Kinikinau e Ofaié,

⁸³Cabe ainda ressaltar que, segundo o autor (1988), nos próximos séculos haverão, ou podemos imaginar que haverá, uma mudança de dispositivos, fazendo com que o dispositivo de sexualidade se sobreponha ao dispositivo de aliança, e não seríamos regidos por um conjunto de regras geracionais engessadas, mas sim, iremos priorizar as sensações do corpo e as sutilidades dos prazeres.

⁸⁴Em contexto, a autora e os autores citam o movimento LGBTQIAPN+, mas cabe a nós ressaltar, que essa dinâmica pode ser observada na relação do Estado com os movimentos indígenas, conforme anteriormente citado na introdução, no capítulo 1 e no capítulo 3 deste trabalho.

uma vez que observamos diversos silêncios e ditos das relações de gênero dentro da etnia Terena. Para pensarmos nessa temática, ou ainda, nesse marcador, perguntamos às nossas entrevistadas; como elas se percebem enquanto mulher em suas etnias; como elas são percebidas em suas etnias e como se dão suas realidades enquanto mulher indígena no Ensino Superior.

Pudemos perceber que o termo machismo atrelado com a noção de respeito, apareceram com frequência em suas narrativas, quando perguntei a Maria, como ela se vê enquanto mulher em sua etnia e como mulheres são percebidas em sua etnia, foram longos minutos de silêncio, mas depois ela disse:

[...] apesar de cada um ter sua parte, existe muito machismo no contexto escolar e no contexto da comunidade mesmo e que nas reuniões as mulheres acabam ficando mais em casa e os homens tomam as decisões, muitas pessoas nunca aceitariam ter uma mulher cacique e que tem um olhar de um pouquinho de preconceito e machismo [...].⁸⁵

Assim como Alice, quando perguntada como se dá a sua realidade, enquanto mulher indígena no Ensino Superior ela me diz:

[...] Pelos colegas, indígenas homens, eles têm esse respeito de ouvir e a gente também, essa é a parte boa, eles não tentam nos calar, tem um ou outro ali, mas a grande maioria deles tem isso, 'Alice, tá faltando isso, Alice, tá faltando aqui, Alice como que faz isso? Você pode me ajudar? Alice, o banheiro tá assim assim assim, com quem que é pra falar?' Então, eles sempre buscam da gente que é a mulher, até porque eles respeitam isso, a maioria respeita, não vou falar que não tem gente que menospreza, que é machista porque tem machismo! Ele é presente mas não tanto, graças a Deus os meninos tem muito respeito e as mulheres se respeitam bastante também [...].⁸⁶

Podemos observar, conforme anteriormente dito, que a ideia de machismo está muito vinculada com o respeito, o que nos retoma ao pensamento da normalização das identidades e de imposição de normas sociais hegemônicas, nesse contexto, na identidade da mulher cis, ou ainda de mulheres trans e travestis que podem coexistir nas comunidades das entrevistadas. A luta contra relações machistas vem sendo pauta das mais diversas vertentes do feminismo, nesse caso, notamos que o "respeito" para com as mulheres em pluralidade, vem como uma resposta às relações machistas, algo como "eu não sou machista pois respeito as mulheres", um discurso assim pode ser encontrado com facilidade nas sociedades, mas também acaba

⁸⁵Narrativa de Maria, mulher cis de 23 anos e pertencente a etnia Kadiwéu.

⁸⁶Narrativa de Alice, mulher cis de 29 anos e pertencente a etnia Terena.

por fragilizar e diminuir a luta de mulheres das mais diversas identidades, haja vista que a ideia de respeito está ligada com a normalização das identidades e de imposição de normas hegemônicas.

Outro enunciado atrelado às relações de gênero, foi o do orgulho. Quando perguntada sobre como você se percebe enquanto mulher em sua etnia, Helena me diz:

[...] Ah, é um orgulho ser uma mulher Kinikinau, porque a maioria acha que a nossa cultura Kinikinau tinha sido extinta, que hoje mesmo tem três alunos Kinikinau fazendo, nunca que teve tanto da parte Kinikinau fazendo faculdade, de pouco a pouco está aparecendo os Kinikinau, então é muito orgulho tá participando da faculdade, fazendo faculdade e levando o nome dos Kinikinau adiante, para aparecer de novo né, que gente não tá desaparecido do mapa, é isso [...].⁸⁷

Podemos pensar no orgulho como uma resposta crítica a noção de respeito, uma vez que, segundo bell hooks (2019) o orgulho vem como uma forma de ir contra a norma, contra a hegemonia, sendo assim, a identidade daquela/e que é diferente, que não deve ser copiado, mas sim internalizado de forma individual, buscando assim, transformações sociais coletivas no que se refere ao combate de relações de violências de grupos considerados minoritários e na busca de valorização de suas identidades. A beleza do orgulho está em (r)existir em meio a norma, de modo em que buscamos valorizar as nossas raízes.

Atrelado a isso, podemos pensar que Helena, coloca o orgulho, sentimento seu, de forma coletiva quando diz que se orgulha de estar na universidade e poder aprender e transmitir mais sobre sua etnia. Isso também pode ser observado na narrativa de Liz, 24, Ofaié, quando perguntada, como ela se percebe enquanto mulher em sua etnia, ela diz que para ela ser mulher Ofaié é um orgulho. Cabe ainda ressaltarmos que a noção de orgulho, conforme o contexto, têm sido frequentemente utilizada nas narrativas dos movimentos indígenas, haja vista que esta busca a valorização e de inclusão de suas culturas e muito mais coisas que lhes são de direito, por meio de muita luta.

Posto esse momento de análises, no próximo capítulo, iremos pontuar as considerações finais da nossa pesquisa, apresentando os resultados obtidos, as dificuldades encontradas e as sugestões para que novas pesquisas possam surgir e para que espaços de debates sobre as temáticas aqui analisadas possam ser cada vez mais presentes na área da Educação e das Ciências Humanas.

⁸⁷Narrativa de Helena, mulher cis de 28 anos e pertencente a etnia Kinikinau.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazer pesquisa com certeza não é uma tarefa fácil, mas decidir escrever e pesquisar com certeza é um ato político. Conforme citamos na apresentação deste trabalho, passamos por anos tenebrosos os quais foram marcados pelo regresso de ações afirmativas, pelo pouco investimento em ciências e educação, mas hoje podemos respirar sabendo que a nossa caminhada pode continuar, às vezes encontramos pedras no caminho, mas podemos sim continuar. Diante disso, gostaríamos de apontar como chegamos aos nossos objetivos, traçados lá no início dessa caminhada.

Nosso objetivo primário era analisar as constituições identitárias percorridas pelas acadêmicas indígenas mulheres, matriculadas nos cursos de Licenciatura Plena Intercultural Indígena "Povos do Pantanal", ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Campus de Aquidauana (CPAQ/UFMS) assim como buscamos observar como os marcadores sociais da diferença foram acionados em suas identidades. O processo da análise se tornou possível por diversos fatores, tais quais, a leitura de textos, arquivos, livros, a elaboração de um instrumento de pesquisa com o auxílio de professoras e professores; mas principalmente pela participação e acolhimento das entrevistadas e da comunidade acadêmica da CPAQ, haja vista que, não existe pesquisa ou luta sozinha, uma pesquisa possui textos, instrumentos, mas ela não é possível sem a participação de sujeitas/os/es, tanto de forma direta como indireta.

Pudemos observar que as constituições identitárias e seus desdobramentos, estão expressamente ligados e permeados com os discursos, normas e saberes institucionais engendrados. Entretanto, estes estariam também, em alguma medida, amarrados com os saberes e cosmologias de suas comunidades, em suas vivências tanto dentro como fora do ambiente acadêmico e esses discursos e narrativas nos demonstram como foram acionados os marcadores sociais da diferença, sendo esses, etnia, gênero, sexualidade, maternidade, escolaridade, regionalidade e religiosidade. Uma vez que, quando acionados, confluem nas avenidas da vida relacionadas da dinamicidade identitária, que por sua vez, podem possibilitar, por exemplo, no processo de agência dessas sujeitas.

Tivemos também como objetivo evidenciar os desafios e as potências vividas nas trajetórias identitárias acadêmicas de mulheres indígenas, e pudemos observar estes fatores em suas narrativas, as quais apontaram as relações de poderes envolvidas em suas trajetórias, tanto no contexto acadêmico, quanto no contexto pessoal, uma vez que diversas sujeitas relataram a mim, histórias de vida, sofrimentos, felicidades, conquistas, batalhas e

ensinamentos. Quanto às relações de poderes, que em termos foucaultianos não se dão de forma estática, observou-se a partir do relato de uma de nossas parceiras intelectuais, a criação de um alojamento específico para acadêmicas mães de crianças pequenas. Isso demonstra uma reivindicação que foi acatada pela instituição, dada a necessidade, a emergência dessas mulheres, indígenas, mães e acadêmicas que estudam na cidade de Aquidauana.

Creio que ao longo desse processo, acabei por me tornar mais forte, pois aprendi inúmeras coisas, coisas que saltaram ao campo, coisas que mesclaram a minha vida profissional com a minha vida pessoal e que me tornaram uma pessoa diferente e até mais sensível para os assuntos por elas levantados. Hoje vejo que os portões de uma instituição de ensino não são os limites do processo de ensino e aprendizagem, que este está para além daquilo que podemos compreender, de acordo com Thomas Cardoso e Maria Lima (2023), podemos aprender nos mais diversos espaços e estes são fundamentais para a constituição das/os/es sujeitas/os/es. Com certeza aprendi muitas coisas naquela sala de entrevistas e com certeza aprendi que o ensino e a aprendizagem estão para além daquilo que eu compreendia.

Nosso segundo objetivo específico foi observar como os marcadores sociais da diferença, em uma leitura interseccional construcionista estão presentes nas identidades, sendo esse um dos nossos principais resultados, uma vez que pudemos observar que os marcadores sociais da diferença presentes nas identidades das entrevistadas, constituem as suas maneiras de agir, pensar, se relacionar e de fazerem escolhas acadêmicas, como fazer um curso específico para pessoas indígenas, permanecer nele e buscarem uma bolsa de estudos que implica diretamente na afirmação de suas identidades indígenas, o leva, por conseguinte, na valorização e perpetuação dos conhecimentos e saberes indígenas nos mais diversos espaços. Pudemos observar isso na narrativa de uma de nossas parceiras intelectuais, quando disse que escolheu o curso por este ser específico para indígenas e por também lhe proporcionar o compartilhar de conhecimentos indígenas e acadêmicos para as/os/es suas/seus filhas/os/es.

Por fim, também conseguimos apresentar uma breve descrição dos caminhos percorridos pelos povos indígenas em busca da garantia do direito de uma educação superior específica no Brasil, quando realizamos a genealogia da nossa pesquisa. É importante ressaltarmos que concluímos que essa busca e garantia só é/foi possível principalmente pela articulação e participação de mulheres indígenas nesta causa, o que nos retoma a importância da pesquisa, uma vez que nossas sujeitas fazem parte dessa história, dessa luta incessante por mulherizar e indigenizar os espaços políticos e acadêmicos.

Assim como anteriormente citado, nos caminhos de uma pesquisa, às vezes encontramos pedras e para mim, houveram diversas delas. Primeiramente, conhecer um ambiente novo, pessoas novas já foi desafiador, depois disso, encarei um referencial teórico completamente desconhecido até então, foram diversas horas de leituras, discussões, aulas, reuniões, orientações para conseguir compreender a imensidão dos estudos foucaultianos e as diversas avenidas da interseccionalidade. Também, por muitas vezes me questioneei se estava fazendo certo, pois queria ser uma pesquisadora que contribui com a causa indígena, com isso, tive de aprender o meu lugar e como me posicionar como tal.

Outra dificuldade encontrada se deu nas diversas tentativas de aprovação no comitê de ética para a realização deste trabalho, assim como chegar no campus não foi uma tarefa fácil, viajar de carro e me sentir acolhida naquele local. Tenho certeza que essa pesquisa não seria possível sem a bolsa da Capes e das mais diversas ações afirmativas que estiveram presente na minha trajetória acadêmica-pessoal, minha eterna gratidão.

Para "concluir" esse trabalho, gostaria de motivar outras pessoas e outras pesquisas dentro das temáticas aqui apresentadas, parafraseando a Prof^a Dr^a Vera Lúcia, pensarmos em direitos indígenas é uma luta incessante e diária. Podemos nos aprofundar na formação dos Cursos de Licenciatura Plena Intercultural Indígena e as/os/es sujeitas/os/es envolvidos nesses processos, podemos pensar mais sobre as trajetórias de mulheres indígenas nas universidades, uma vez que concluímos que essa temática precisa ser mais explorada, com certeza devemos nos debruçar sobre os estudos de marcadores sociais da diferença e como estes são fundamentais para as constituições identitárias, pensar sobre isso geraria diversos desdobramentos sócio-políticos os quais lhes convido a pesquisar.

Convido a todas, todos e todes (e inclusive a mim) a valorizar as culturas indígenas, os saberes e conhecimentos indígenas, para que assim possamos mulherizar e indigenizar a nossa sociedade e os nossos pensamentos, que possamos assim, nos tornarmos eternas/os alunas/os/es das sabedorias originárias, para que possamos pensar hoje, em políticas de agência diversificadas e reparatórias, na inclusão de corpos indígenas nos mais diversos espaços, na descolonização de nossas mentes, saberes de nossas instituições de ensino e dos nossos currículos, na demarcação dos vastos territórios indígenas, em possibilidades e políticas antirracistas e feministas... para que assim, o futuro seja uma realidade, para que o futuro seja indígena, ou melhor, para que o futuro seja mulher indígena.

REFERÊNCIAS

ACÇOLINI, Grazielle. UNIEDAS: Uma igreja evangélica entre os índios Terena. **Cadernos de Campo**, n. 7, 2001. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/10332>. Acesso em: 15 de jan. 2023.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?**. São Paulo: Letramento, 2018. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_\(Feminismos_Plurais\)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/1154/o/Interseccionalidade_(Feminismos_Plurais)_-_Carla_Akotirene.pdf?1599239359). Acesso em: 1 nov. 2022.

ALMEIDA, Antonio. Cavalcante. Aspectos das políticas indigenistas no Brasil. **Interações**, Campo Grande, v. 19, n. 3, p. 611–626, jul. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/rQk3vztRBF6WNbwCdwPTPFQ/?lang=pt#>. Acesso em 30 de maio de 2023.

ALVES, Lidiane da Conceição. **Mulheres indígenas na pós-graduação: trajetórias e r-existências**. 2019. 128 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35409>. Acesso em: 19 jun. 2022.

AYRES, Ariadne Dall’acqua; BRANDO, Fernanda da Rocha; AYRES, Olavo Martins. Presença indígena na universidade como retomada de território. **Revista Brasileira de Educação**, v. 28, p. e280060, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/4TPxh9Xgf4FL5QCKG7MbkYw/?lang=pt#>. Acesso em: 01 jan. 2024.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; DOEBBER, Michele Barcelos; BRITO, Patricia Oliveira. Estudantes indígenas em universidades brasileiras: um estudo das políticas de acesso e permanência. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 99, n. 251, p. 37–53, jan. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/dx8gDkg34fWLQw7DvCbhyz/#>. Acesso em: 12 dez. 2023.

BITTAR, Eduardo Carlos Bianca. Reconhecimento e direito à diferença: teoria crítica, diversidade e a cultura dos Direito Humanos. **Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 104, p. 551-565, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67869>. Acesso em: 1 nov. 2022.

BONIN, Iara Tatiana; RIPOLL, Daniela; AGUIAR, José Vicente. A temática indígena sob as lentes dos Estudos Culturais e Educação – algumas tendências e enfoques analíticos. **Educação**, v. 38, n. 1, p. 59-69, 14 abr. 2015. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/18444/12753>. Acesso em: 22 jul. 2022

BONIN, Iara Tatiana. “Demarcar as universidades”: povos indígenas e ações afirmativas na Pós-Graduação brasileira. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1–26, 2022. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19422>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BOTH, Valesca Daiana Ames; ALMEIDA, Marilis Lemos de. Indígenas e ensino superior: as experiências universitárias dos estudantes Kaingang na UFRGS. **Sociologias**, [S. l.], v. 23, n. 56, p. 244–275, 2021. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/98065>. Acesso em: 23 jul. 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/08/butler-problemas-do-gecc82nero.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 21 jun. 2022.

BRASIL. Lei nº 010172. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 9 jan. 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2022

BRASIL. Lei nº. 6.001, de 19.12.1973. **Dispõe sobre o Estatuto do Índio**. Palácio do Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm. Acesso em 04 abr. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF, 20 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20as%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Parecer CNE/CEB 14/99 de 14 de setembro de 1999. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena**. Brasília, DF, 14 set. 1999. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb014_99.pdf. Acesso em: 30 maio 2023.

BRITO, Patrícia Oliveira. **Indígena-Mulher-Mãe-Universitária o estar-sendo estudante na UFRGS**. 2016. 127 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/148633>. Acesso em: 18 jun. 2022.

CALDAS, Fabíola Renata; BRITO, Antonio José Guimarães. DEUS É AMOR: ACULTURAÇÃO RELIGIOSA E ETNOCÍDIO ENTRE OS GUARANI KAIOWÁ NA ALDEIA BORORÓ DE DOURADOS, MS. **Espaço Jurídico Journal of Law [EJLL]**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 215–232, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/espacojuridico/article/view/1283>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CARDOSO, Thomas Victor Barreto; SOUZA DE LIMA, Maria Izabella. Interseccionalizando o direito à educação: quais corpos podem habitar o conhecimento?. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S. l.], v. 4, n. 13, p. 231–248, 2023.

Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/11405>. Acesso em: 8 fev. 2024.

CÉSAR, Maria Rita de Assis; DUARTE, André de Macedo; SIERRA, Jamil Cabral. Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. **Educação**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 192–200, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/faced/article/view/12908>. Acesso em: 2 fev. 2024.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. José Serra. **Resolução nº 304 de 09 de agosto de 2000**. Resolve aprovar normas para pesquisas envolvendo seres humanos - Área de Povos Indígenas. Brasília: Conselho Nacional de Saúde, 2000. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/images/comissoes/conep/documentos/NORMAS-RESOLUCOES/06_Resolu%C3%A7%C3%A3o_304_2000_Povos_Ind%C3%ADgenas.PDF. Acesso em: 16 maio 2023.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero, **Estudos feministas v. 1**, p.171-189, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 nov. 2022.

CRUZ, Beatriz Fragoso; LIMA, Maria Lúcia Campos; CARNEIRO, Larissa Raiza Costa. Faces da bifobia dentro (e fora) da comunidade LGBTQIAP+: reflexões a partir de narrativas de pessoas bissexuais. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 38, p. e22207, 2022.

DA FONSECA, João Paulo Ayub. Considerações sobre a constituição do sujeito do cuidado de si no pensamento de Michel Foucault. **Veritas (Porto Alegre)**, v. 57, n. 1, 30 abr. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/veritas/article/view/11231>. Acesso em: 8 jul. 2022.

DIAS, Edemir Braga. A Constituição de 1988 e os direitos dos povos indígenas: resistência à projetos genocidas. **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**, [S. l.], n. 6, 2018. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/1283>. Acesso em: 4 abr. 2023.

DIAS, Ewerton Naves. **Religiosidade e fatores associados: um estudo com residentes na cidade de Itajubá, Minas Gerais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Enfermagem na Saúde do Adulto) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/7/7139/tde-09012014-135527/pt-br.php/>. Acesso em: 14 jan. 2024.

FAUSTINO, Rosângela Célia; NOVAK, Maria Simone Jacomini; RODRIGUES, Isabel Cristina. O acesso de mulheres indígenas à universidade: trajetórias de lutas, estudos e conquistas. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, p. 01-30, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312292020e0103>. Acesso em: 16 nov. 2022.

FONSECA, Livia Gimenes Dias da. **Despatriarcalizar e decolonizar o estado brasileiro: um olhar pelas políticas públicas para mulheres indígenas**. 2016. 206 p. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/22132>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf. Acesso em: 9 jul. 2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2017/06/foucault-a-ordem-do-discurso.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2023.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª edição, Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf. Acesso em: 01 jan. 2024.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 3: O cuidado de si**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2016/09/FOUCAULT-Michel-Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-III.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2018/05/foucault-michel-em-defesa-da-sociedade.pdf>. Acesso em: 28 out. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989. Disponível em: https://www.sergiofreire.pro.br/ad/FOUCAULT_MDP.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: FOUCAULT, Michel. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 411-422. (Ditos e Escritos, 3). Disponível em: <https://joaocamillopenna.files.wordpress.com/2014/03/foucault-m-est3a9tica-literatura-e-pintura-mc3basica-e-cinema-ditos-escritos-iii.pdf>. Acesso em: 08 de ago. 2023.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? (1969). In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos: Estética – Literatura e Pintura, Música e Cinema (Vol. III)**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 2001. p. 264-298. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/179076/mod_resource/content/1/Foucault%20Michel%20-%20O%20que%20%C3%A9%20um%20autor.pdf. Acesso em: 29 maio 2023.

FOUCAULT, Michel. **Segurança Território, População**. Curso no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008. Disponível em: <https://projeto-phronesis.files.wordpress.com/2009/08/foucault-michel-seguranca-territorio-populacao-curso-no-college-de-france.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/centrocultural/foucault_vigiar_punir.pdf. Acesso em: 02 nov. 2022.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Lisboa, v. XVI, ed. 1, p. 5-20, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/5299>. Acesso em: 31 out. 2022.

FURLIN, Neiva. Sujeito e agência no pensamento de Judith Butler: contribuições para a teoria social. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 16, n. 2, p. 395-403, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/32198/17172>. Acesso em: 02 nov. 2022.

GALVÃO, Bruno Abilio. A ética em Michel Foucault: do cuidado de si à estética da existência. **Intuição**, v. 7, n. 1, p. 157-168, 13 jun. 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/intuicao/article/view/17068/11428>. Acesso em: 8 jul. 2022.

GONZALEZ RODRIGUEZ, Norma Luz. *Hoy somos capaces de crecer: mujeres indígenas rarámuri y su construcción identitaria en la universidad*. **Cuad. antropol. soc.**, Buenos Aires, n. 48, p. 23-37, nov. 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1850-275X2018000200002. Acesso em: 23 jul. 2022

GRUBITS, Sonia. Mulheres indígenas brasileiras: educação e políticas públicas. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 116-125, 6 mai. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/3mmjb9mWDq68MvmTKPcFtVR/?lang=pt#>. Acesso em: 23 jul. 2022.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 12^a. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

HOOKS, bell. **Olhares Negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019. Disponível em: <https://cpdel.ifcs.ufrj.br/wp-content/uploads/2020/10/bell-hooks-Olhares-Negros.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 1^a. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KVELLER, Daniel Boianovsky; NARDI, Henrique Caetano. Performance, performatividade, perfechatividade: repensando nós conceituais nos estudos queer. **Cadernos Pagu**, n. 66, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8672105>. Acesso em: 24 jan. 2024.

LASMAR, Cristiane. MULHERES INDÍGENAS: REPRESENTAÇÕES. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], p. 143, 1999. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11989>. Acesso em: 14 fev. 2024.

LIMA, Maria Alice Dias da Silva; ALMEIDA, Maria Cecília Puntel de; LIMA, Cristiane Caudoro. A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, Porto Alegre, v. 20, p. 130, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rgenf/article/view/4288>. Acesso em: 27 maio. 2024.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro**: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: MEC/SECAD; LACED/Museu Nacional, 2006. 233 p. (Coleção Educação Para Todos. Série Vias dos Saberes n. 1).

MARTINS, Mariana Zuaneti; SILVA, Kerzia Railane Santos; VASQUEZ, Vitor. As mulheres e o país do futebol: intersecções de gênero, classe e raça no Brasil. **Movimento**, [S. l.], v. 27, p. e27006, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/109328>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte. São Paulo: N-1, 2018.)

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, [s. l.], v. 21, ed. 10, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/J959p5hgv5TYZgWbKvspRtF/?lang=pt#>. Acesso em: 01 nov. 2022.

MEZA, Eduardo Ramirez. **Uma leitura interseccional sobre as relações de poder entre estudantes regulares e pessoas idosas inseridas em disciplinas isoladas de graduação presencial pela Universidade Aberta à Pessoa Idosa da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Aquidauana, MS, 2022. Disponível em: <https://ppgcultcpaq.ufms.br/dissertacoes-turma-de-2020/>. Acesso em: 28 fev. 2024.

MOLINA, Karina da Silva; RIBEIRO, Paula Regina Costa. Mulheres indígenas universitárias: problematizando ações afirmativas. **Revista Diversidade e Educação**, [s. l.], v. 9, n. Especial, p. 287-313, 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/12633>. Acesso em: 23 jul. 2022.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. Os Guarani e Kaiowá e suas lutas pelo *tekoha*: os acampamentos de retomadas e a conquista do *teko porã* (bem viver). **Revista NERA**, [S. l.], n. 39, p. 60–85, 2017. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4959>. Acesso em: 6 fev. 2023.

NASCIUTTI, Luiza Freire. **Identidade, experiência urbana e agências cotidianas: trajetórias de quatro mulheres indígenas na cidade do Rio de Janeiro**. 2019. 277 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.btdt.uerj.br:8443/handle/1/17336>. Acesso em: 18 jun. 2022.

PAIM, Elison Antonio; SANTANA, Tatiana de Oliveira. Narrativas femininas Guajajara e Akrãtikatêjê no Ensino Superior. **e-Mosaicos**, [S.l.], v. 7, n. 14, p. 46-62, maio 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/30145>. Acesso em: 23 jul. 2022.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 11, n. 2, p. 263-274, jul., 2008. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fcs/article/view/5247>. Acesso em: 28 out. 2022.

PIOVESAN, Flávia Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 887-896, set. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/JXPnmdcRhtfnv8FQsVZzFH/#>. Acesso em: 05 de jun. 2023.

RIOS, Mirivan Carneiro. **A formação de professores indígenas Suruí, no estado de Rondônia**. 2007. 384 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufms.br/bitstream/123456789/793/1/Mirivan%20Carneiro%20Rios.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2022.

ROMANI, Simone; RAJOBAC, Raimundo. Por que debater sobre interculturalidade é importante para a educação?. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 127, p. 65-70, 8 set. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12715>. Acesso em 03 nov. 2022.

RUANO-IBARRA, Elizabeth del Socorro; OLIVEIRA, Victoria Miranda da Gama. Mulheres indígenas, ensino superior e colonialidade de gênero. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 50, p. 273-299, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42048>. Acesso em: 23 jul. 2022.

SANTOS, Nívia Maria Trindade dos. **As Trajetórias das mulheres intelectuais indígenas no ensino superior: experiências das Kaiowá e Guarani na Licenciatura Intercultural - Teko Arandu/UFGD**. 2018. 100 p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/handle/prefix/1593>. Acesso em: 16 de jun. 2022.

SANTOS, Sérgio Coutinho; KABENGELE, Daniela do Carmo; MONTEIRO, Lorena Madruga. Necropolítica e crítica interseccional ao capacitismo: um estudo comparativo da convenção dos direitos das pessoas com deficiência e do estatuto das pessoas com deficiência. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 81, p. 158-170, abr., 2022. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rieb/article/view/197100>. Acesso em; 02 nov. 2022.

SARMENTO, Viviane Nunes; AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. Corpos de menor valor, sociedade de mais-valia: uma discussão sócio-histórica acerca do nascimento cultural da pessoa com deficiência. **D.E.L.T.A.**, São Paulo, v. 38, n.1, p.1-17, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/gSFqphzmkdWWyYcqwgst8jh/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 30 out. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 01, p. 11-30, abr. 2005. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2005000100002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 ago. 2023.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. **Mulher Terena: dos papéis tradicionais para atuação sociopolítica - SenoTêrenoe - kixoku ko'ítukeyea mekuke yoko kóóyene xapa viyénoxapa yoko nâti**. 2012. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3381>. Acesso em: 15 jan. 2024.

SOUSA, Adriano Amaro de. Território e Identidade: elementos para a identidade territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, [S. l.], v. 1, n. 30, p. 119–132, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7436>. Acesso em: 8 fev. 2023.

SOUZA, Adriana Uassuri de; SANTIAGO, Edileia; SANTOS, Juvana Evarista dos. A mulher indígena e o protagonismo da sua própria história de luta e resistência. **Emblemas**, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 94-104, jan-jun. 2020 Disponível em: <https://revistas.ufg.br/emblemas/article/view/63160/34703>. Acesso em: 20 out. 2022.

SOUZA, Lauriene Seraguza Olegario e. **As Donas do Fogo: política e parentesco nos mundos guarani**. 2022. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-17022023-161454/pt-br.php>. Acesso em: 17 jul. 2023.

SOUZAS, Raquel; ALVARENGA, Augusta Thereza de. Mulheres negras e brancas e a maternidade: questões de gênero e raça no campo da saúde. **ODEERE**, [S. l.], v. 2, n. 3, p. 278-299, 2017. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/1581>. Acesso em: 17 jan. 2024.

RICARTE, Rafael; CARVALHO, Rômulo Rossy Leal. Um quase eterno reencontro: Ailton Krenak e a Assembleia Nacional Constituinte (1987). **Revista Espacialidades**, [S. l.], v. 15, n. 02, p. 227–245, 2020. DOI: 10.21680/1984-817X.2019v15n02ID19538. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/espacialidades/article/view/19538>. Acesso em: 17 ago. 2023.

ROMANI, Simone; RAJOBAC, Raimundo. Por que debater sobre interculturalidade é importante para a educação?. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 11, n. 127, p. 65-70, 8 set. 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/12715>. Acesso em 03 nov. 2022.

RUANO-IBARRA, Elizabeth del Socorro; OLIVEIRA, Victoria Miranda da Gama. Mulheres indígenas, ensino superior e colonialidade de gênero. **Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia**, Niterói, v. 50, p. 273-299, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/42048>. Acesso em: 23 jul. 2022.

VIANNA, Fernando de Luiza Brito; FERREIRA, Eva Maria L.; LANDA, Beatriz dos Santos; URQUIZA, Antonio H. Aguilera. **Indígenas no ensino superior: As experiências do programa Rede de Saberes em Mato Grosso do Sul**. 1. ed. Rio de Janeiro: E-Papers, 2014. 192 p.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Instrumento de pesquisa/Roteiro de entrevista semiestruturada:

O roteiro em questão tem como objetivo analisar as constituições identitárias, ou ainda o processo de subjetivação das sujeitas da pesquisa, as mulheres indígenas acadêmicas dos cursos de Licenciatura Plena Intercultural Indígena da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Aquidauana (UFMS/CPAQ).

Para tanto, optou-se pela entrevista semiestruturada, uma vez que a mesma possibilita que as sujeitas discorram sobre suas experiências, partindo do *locus* da pesquisa, ao mesmo tempo que permite respostas livres e espontâneas.

Os dados obtidos por meio do instrumento em questão têm como fins, atingir os objetivos gerais e específicos da pesquisa em andamento e serão utilizados posteriormente em uma dissertação de mestrado, bem como poderão ser utilizados em outras publicações científicas, para tanto, optou-se por preservar a identidade das sujeitas em anonimato, criando assim, codinomes.

Por fim, afirmamos que as participantes possuem plena liberdade para não responder à alguma(s) pergunta(s) que a deixe desconfortável e/ou constrangida, bem como interromper a entrevista em questão a qualquer momento que desejar, sendo que os atos em questão não implicam em quaisquer prejuízos.

O roteiro em questão foi elaborado por Ana Luiza Benato e Silva (aluna de mestrado em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – PPGEduc/FAED/UFMS) e pelo Prof. Dr. Marcelo Victor da Rosa (professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – FAED/UFMS).

Momento 1 - Perfil das participantes:
1. Qual é o seu nome completo? (O qual você se identifica)
2. Qual nome fictício deseja ter?
3. Quantos anos você tem?
4. Qual é a etnia da qual você pertence?
5. Sua mãe é indígena? Seu pai é indígena?

6. Você nasceu em comunidade indígena? Se sim, em qual aldeia?
7. Você sempre morou na aldeia?
8. Em qual região ela se encontra? (Cidades próximas, região do estado etc.)
9. Qual religião você pratica e/ou se identifica?
10. Você faz parte de algum dos movimentos indígenas? (Militância) Se sim, qual?
11. Você se identifica como mulher cis ou mulher trans? Ou outra identidade de gênero?
12. Qual a sua identidade sexual?
13. Qual é o seu estado civil?
14. Você possui filhas/os/es? Se sim, quantos?
15. Você é advinda do Curso Normal Médio Intercultural Indígena?
16. Você trabalha? Se sim, em qual área atua? É bolsista?
17. Já atua na área da Educação? Se sim, há quanto tempo e onde?
18. Dentre os cursos disponibilizados, qual você cursa? (Matemática e Educação Intercultural, Linguagens e Educação Intercultural, Ciências Sociais e Educação Intercultural e Ciências da Natureza e Educação Intercultural)
19. Qual semestre você está cursando?
20. Você possui alguma outra formação acadêmica (graduação, pós-graduação)? Se sim, qual?
21. Gostaria de contribuir com mais algum comentário acerca da sua identidade/perfil?
Momento 2 – Trajetórias de vida das participantes:
22. Como você se percebe enquanto mulher em sua etnia?
23. Como vocês, mulheres são percebidas em sua etnia?

<p>24. Como se dá a sua realidade, enquanto mulher indígena no Ensino Superior?</p>
<p>25. Gostaria de contribuir para com essa pesquisa com mais algum comentário, vivência, experiência e/ou saber? Se sim, com qual/quais?</p>
<p>Momento 3 – Questões educacionais das participantes e trajetórias acadêmicas das participantes:</p>
<p>26. Como você ficou sabendo desse curso?</p>
<p>27. Por qual motivo você escolheu esse curso?</p>
<p>28. Quais são as relações entre esse curso e a sua comunidade/etnia?</p>
<p>29. Quais as relações entre o seu curso e a sua constituição enquanto mulher?</p>
<p>30. Quais as relações entre o seu curso e a sua constituição enquanto indígena?</p>
<p>31. Como se dá a sua trajetória acadêmica atual?</p>
<p>32. Ainda sobre sua trajetória acadêmica atual, quais são as potências vivenciadas nela?</p>
<p>33. Ainda sobre sua trajetória acadêmica atual, quais são as dificuldades vivenciadas nesse processo?</p>
<p>34. Gostaria de contribuir com mais algum comentário acerca da sua trajetória acadêmica? Se sim, com qual/quais?</p>

Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Você está sendo convidada a participar da pesquisa científica: **Mulheres indígenas acadêmicas dos cursos de Licenciatura Plena Intercultural Indígena da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana (CPAQ/UFMS) e suas constituições identitárias.**

Esta pesquisa está sendo conduzida pela pesquisadora Ana Luiza Benato e Silva, residente em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Você precisa decidir se quer participar ou não. Leia com atenção o que se segue e pergunte a pesquisadora, caso haja dúvidas.

O objetivo da pesquisa em questão é analisar as constituições identitárias percorridas pelas acadêmicas indígenas mulheres, matriculadas nos cursos de Licenciatura Plena Intercultural Indígena, ofertado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Campus de Aquidauana (CPAQ/UFMS). Participarão dessa pesquisa mulheres indígenas das etnias dos povos do pantanal, com idade igual ou superior a 18 anos, estudantes regulares das Licenciaturas Plena Intercultural Indígena em Aquidauana - MS.

Sua participação é voluntária e anônima e você não terá custos ou será remunerada para a participação. Sua participação consiste em responder as perguntas roteirizadas em entrevista pela pesquisadora. A entrevista leva cerca de 15 minutos para ser aplicada. Caso autorize, as respostas serão gravadas por meio de um aparelho de celular para essa finalidade, caso não autorize a gravação, você não será penalizada por isso e a entrevista será registrada de forma manuscrita e protegida, em um caderno da pesquisadora. A entrevista ocorrerá no local onde você estuda, de forma conjunta ou particular, sem causar prejuízo às suas atividades, pois a pesquisadora irá até o local onde você estuda, ou seja, no campus de Aquidauana da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Em caso de gastos decorrentes de sua participação na pesquisa, você (e seu acompanhante, se houver) será ressarcido.

Os riscos de sua participação na pesquisa são considerados mínimos, associados ao desconforto e/ou incômodo durante o decorrer da entrevista. Com isso, afirmamos que não admitimos qualquer tipo de exploração, seja física, mental, psicológica ou intelectual. Sendo assim, você tem toda a liberdade de desistir da pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo ou penalização alguma. Garantimos indenização de qualquer dano decorrente da sua

participação. Posto isso, em caso de eventuais danos decorrentes de sua participação na pesquisa, você será indenizado.

Essa pesquisa visa como benefício enaltecer as mulheres indígenas, bem como valorizar suas culturas e histórias de vida, proporcionando-lhe uma reflexão acerca de seu protagonismo e importância na sociedade, de modo que você perceberá o “aldeamento” dos mais diversos espaços institucionais por parte das mulheres indígenas. Outro benefício que essa pesquisa busca trazer é da promoção e manutenção do bem estar, a conservação e proteção da "diversidade" biológica, cultural, a saúde individual e coletiva e a contribuição ao desenvolvimento do conhecimento e tecnologia próprias dos povos indígenas do Brasil.

Todas as entrevistas ficarão armazenadas por cinco anos, sob responsabilidade da pesquisadora. Depois desse período, esses documentos serão destruídos, de forma segura, de modo que não ofereça risco de quebra de sigilo das informações neles contidos. Os dados obtidos nesta pesquisa serão utilizados em publicações, em eventos e artigos científicos futuros, preservando o anonimato sempre.

Essa pesquisa será desenvolvida no período de junho de 2023 a novembro de 2023. Caso você concorde em participar seu nome e identidades serão mantidos em sigilo. Você receberá uma via assinada deste termo de consentimento e a outra ficará com a pesquisadora. Afirmo que, para elaboração desse documento, a resolução nº 304 de 09 de agosto de 2000 foi consultada, de forma que a pesquisa siga as afirmativas sobre os direitos dos povos indígenas, que está amplamente relacionada com o direito de participação de indígenas em pesquisas científicas que os afetem.

Considerando que o termo e o estudo em questão foram analisados pela Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa) e pelo CEP (Comitê de Ética em Pesquisa). Para tanto, cabe ressaltar uma breve descrição do que é a Conep, qual sua função no estudo, e suas formas de contato.

A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa está diretamente ligada ao Conselho Nacional de Saúde (CNS). A composição multi e transdisciplinar reúne representantes de diferentes áreas do conhecimento para cumprir sua principal atribuição, que é a avaliação dos aspectos éticos das pesquisas que envolvem seres humanos no Brasil. Em cumprimento à sua missão, a Comissão elabora e atualiza as diretrizes e normas para a proteção dos participantes de pesquisa e coordena o Sistema CEP/Conep. Com isso, sua importância neste estudo se dá,

visando a valorização da ética e de todas as pessoas envolvidas na pesquisa, tendo em vista que o método de uma pesquisa, que envolve e tem a participação ativa de povos indígenas, deve ter o compromisso de que suas escolhas sejam verdadeiramente efetivas e que suas "diversidades" sejam promovidas e valorizadas, para tanto, faz-se necessário analisar se a pesquisa em questão implica no respeito pela dignidade humana e na proteção devida aos participantes. Para entrar em contato com a Conep, busque o seguinte endereço, telefone nacional, horário de atendimento e endereço de e-mail, respectivamente: Comissão Nacional de Ética em Pesquisa - Conep: SRTVN - Via W 5 Norte - Edifício PO700 - Quadra 701, Lote D - 3o andar - Asa Norte, CEP 70719-040, Brasília (DF); Telefone: (61) 3315-5877. Horário de atendimento: 09h às 18h - conep@saude.gov.br.

Para perguntas ou informações referentes à pesquisa, é possível entrar em contato com a pesquisadora responsável (Ana Luiza Benato e Silva) por meio do seguinte endereço, e-mail e telefone nacional, respectivamente, R. Ufms - Vila Olinda, Campo Grande - MS, Campus Universitário – Cidade Universitária, s/n, CEP. 79070-900, Em frente Anfiteatro do Corredor Central – Marçal de Souza (endereço profissional); e-mail: ana_luiza_silva@ufms.br e telefone: (67) 9 8196-1060.

Para sanar dúvidas quanto a sua participação no projeto, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos no endereço: UFMS - Av. Costa e Silva, s/nº, bairro Universitário, CEP: 79070-900. Campo Grande - MS, telefone: (67) 3345-7187 e e-mail: conep.prop@ufms.br.

Aquidauana, _____ de _____ de 2023.

Assinatura da participante.

Assinatura da pesquisadora.

ANEXOS

Anexo 1 - Carta de autorização

19/12/2022 09:21

SEI/UFMS - 3748856 - Autorização



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



AUTORIZAÇÃO

Eu, Professora Ana Grazielle Lourenço Toledo, diretora e responsável pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus Aquidauana, tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada "Mulheres indígenas acadêmicas dos cursos de Licenciatura Plena Intercultural Indígena da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Aquidauana (CPAQ/UFMS) e suas constituições identitárias", sob responsabilidade da mestranda Ana Luiza Benato e Silva do Programa de Mestrado e Doutorado em Educação (PPGEdu/FAED/UFMS). Para isto, disponibilizo o acesso as acadêmicas vinculados/as aos cursos e espaço físico para aplicação do instrumento de pesquisa.

Aquidauana, 19 de dezembro de 2022,

Ana Grazielle Lourenço Toledo.



Documento assinado eletronicamente por **Ana Grazielle Lourenço Toledo, Diretor(a)**, em 19/12/2022, às 09:16, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3748856** e o código CRC **8A25EC1D**.

GABINETE DA DIREÇÃO DO CÂMPUS DE AQUIDAUANA

Rua Oscar Trindade de Barros, 740

Fone: (67) 3241-0410

CEP 79200-000 - Aquidauana - MS

Referência: Processo nº 23450.002612/2022-58

SEI nº 3748856

Anexo 2 - Carta de anuência



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

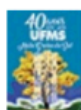
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



CARTA DE ANUÊNCIA

Eu, ALBERT SCHIAVETO DE SOUZA, ocupante do cargo de Pró-Reitor de Assuntos Estudantis da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, após ter tomado conhecimento da pesquisa intitulada MULHERES INDÍGENAS ACADÊMICAS DOS CURSOS DE LICENCIATURA PLENA INTERCULTURAL INDÍGENA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, CAMPUS DE AQUIDAUANA (CPAQ/UFMS) E SUAS CONSTITUIÇÕES IDENTITÁRIAS, AUTORIZO a estudante pesquisadora ANA LUIZA BENATO E SILVA, do Programa de Pós-Graduação em Educação/UFMS, sob orientação do professor MARCELO VICTOR DA ROSA, a realizar a coleta dos dados necessários à pesquisa, devendo os pesquisadores comprometerem-se a utilizar tais dados exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Campo Grande, 17 de maio de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Albert Schiaveto de Souza, Pró-Reitor(a)**, em 17/05/2023, às 09:50, conforme horário oficial de Mato Grosso do Sul, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufms.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4070053** e o código CRC **582EB86C**.

GABINETE DA PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS

Av Costa e Silva, s/nº - Cidade Universitária

Fone:

CEP 79070-900 - Campo Grande - MS

Referência: Processo nº 23104.000426/2023-03

SEI nº 4070053